banrisul

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

3T2026

Sumário

Relatório da Administração **3**
Balanço Patrimonial **12**
Demonstração do Resultado **14**
Demonstração do Resultado Abrangente **15**
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido **16**
Demonstração dos Fluxos de Caixa **17**
Demonstração do Valor Adicionado **18**
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras **19**
Nota 01 – Contexto Operacional 19
Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras 19
Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis 22
Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis 33
Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos 34
Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa 52
Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil 52
Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez 52
Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários 53
Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro 54
Nota 11 – Outros Ativos Financeiros 59
Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários 60
Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários 61
Nota 14 – Outros Ativos 62
Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas 62
Nota 16 – Investimentos em Coligadas 63
Nota 17 – Imobilizado de Uso 64
Nota 18 – Intangível 64
Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado 65
Nota 20 – Outros Passivos Financeiros 66
Nota 21 – (Ativos)/Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado 66
Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos 66
Nota 23 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes 66
Nota 24 – Outros Passivos 69
Nota 25 – Patrimônio Líquido 69
Nota 26 – Receita Líquida com Juros e Similares 71
Nota 27 – Ganhos/(Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo 71
Nota 28 – Receitas de Prestação de Serviços 71
Nota 29 – Despesas de Pessoal 71
Nota 30 – Outras Despesas Administrativas 72
Nota 31 – Outras Receitas Operacionais 72
Nota 32 – Outras Despesas Operacionais 72
Nota 33 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido 73
Nota 34 – Lucro por Ação 73
Nota 35 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados 73
Nota 36 – Compromissos e Outras Informações Relevantes 84
Nota 37 – Transações com Partes Relacionadas 85
Nota 38 – Informações por Segmentos 87
Nota 39 – Outras Informações 90
Relatórios **93**
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras 93

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativo ao terceiro trimestre e nove meses de 2026, elaborado de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e em atendimento aos requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Informações Selecionadas – 9M2026

R$704,7 mi
Lucro Líquido
-29,2% a/a

8,0%
ROAE
9M26

R$66,2 bi
Carteira de Crédito
+1,7% em 9M

R$5.003,3 mi
Margem Financeira
+5,3% a/a

R$11,9 bi
Patrimônio Líquido
+3,9% em 9M

R$299,0 mi
JCP e dividendos distribuídos

R$174,5 bi
Ativos Totais
+6,5% em 9M

Índice de Basileia
15,66%
(mínimo regulatório 10,5%)

Ratings

	Escala Nacional	Escala Global	Brasil-Risco Soberano (Global)
S&P	brAA+	BB-	BB
Fitch	AA+(BRA)	BB-	BB
Moody's	AA-.br	Ba3	Ba1

Ao longo do trimestre mantivemos o processo de evolução do modelo de negócios, conciliando transformação tecnológica, eficiência operacional, segurança, modernização dos canais de atendimento e aprimoramento da experiência dos clientes, sem abrir mão da proximidade e da presença junto às comunidades. Para os próximos ciclos, seguiremos empenhados na consolidação dessa trajetória e na incorporação gradual de tecnologias baseadas em inteligência artificial, com o propósito de elevar a produtividade, a competitividade e assegurar o crescimento sustentável dos negócios no longo prazo.

Rumo a +100

Cenário Econômico

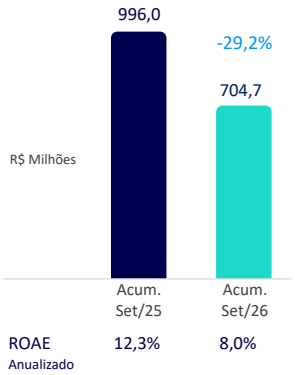
No cenário global, os primeiros nove meses de 2026 foram marcados por maior incerteza e volatilidade devido às tensões no Oriente Médio, resultando em desaceleração gradual da economia mundial, persistência da inflação e manutenção de políticas monetárias restritivas em diversas economias. No Brasil, após registrar avanço relevante nos primeiros meses do ano, a atividade econômica apresentou moderação gradual a partir do segundo trimestre. O Produto Interno Bruto (PIB) avançou 0,5% no segundo trimestre, sustentado sobretudo pela agropecuária, enquanto o consumo das famílias passou a mostrar sinais de desaceleração em meio à redução da renda, menor expansão do emprego, elevado endividamento e juros ainda em patamar contracionista, a despeito do ciclo de flexibilização monetária, que levou a taxa Selic a 13,75% ao ano ao final de setembro.

No Rio Grande do Sul (RS), a economia apresentou melhor desempenho ao longo de 2026, com crescimento de 3,3% no PIB gaúcho na comparação entre o primeiro semestre de 2026 e o mesmo período de 2025. O resultado refletiu o avanço do setor agropecuário após as perdas observadas no ano anterior, aliado à expansão da indústria e dos serviços. Apesar do cenário favorável, indicadores mais recentes apontam para uma acomodação do crescimento, refletindo os efeitos da maior volatilidade climática associada ao fenômeno El Niño e das condições financeiras ainda restritivas, que continuam limitando o avanço mais consistente dos investimentos e do consumo.

Em 2026, o setor externo contribuiu de forma relevante para a economia do RS. Entre janeiro e setembro, as exportações cresceram 7,1% sobre o mesmo período de 2025, impulsionadas pela recuperação do agronegócio, pela melhora das condições produtivas e pela demanda externa. As importações caíram 5,7%, principalmente pela redução nas compras de insumos industriais, fertilizantes, combustíveis e bens de capital. Equipamentos de informática e veículos automotores, no entanto, avançaram, indicando a manutenção do investimento e do consumo em setores específicos da economia gaúcha.

O mercado de crédito seguiu em expansão, ainda que em ritmo mais moderado que em anos anteriores. O avanço foi puxado pelas operações com famílias, apesar do alto endividamento, enquanto o crédito às empresas cresceu de forma mais contida, refletindo a incerteza e as condições financeiras restritivas.

Desempenho Consolidado



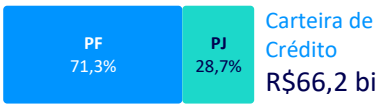
O **lucro líquido** dos 9M2026 alcançou R$704,7 milhões, com redução de 29,2% ou R$291,3 milhões quando comparado aos 9M2025. A margem financeira cresceu, sustentada especialmente pelo aumento das rendas de Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e pela intensificação das ações voltadas à expansão do crédito, por meio do reposicionamento do mix de produtos com maior *spread*. Contudo, o risco da carteira elevou-se em função do aumento da inadimplência no cenário econômico regional, com reflexos nas despesas relativas a perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, contribuindo para o efeito negativo do resultado. Adicionalmente, o reforço das ações de cobrança e recuperação de crédito, com expansão no volume de renegociações realizadas no período, resultou em aumento dos descontos concedidos em renegociações.

No âmbito administrativo, as despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis diminuíram, como resultado do avanço das ações voltadas ao tratamento de contingências já constituídas decorrentes de ações trabalhistas coletivas. A redução compensou o aumento das despesas administrativas, resultando em efeito líquido favorável sobre o resultado do período.

Os resultados líquidos em BrGaap e IFRS relativos aos 9M2026 foram equivalentes. Os ajustes de Gaap estão demonstrados na Nota Explicativa 39 das Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, distribuídos principalmente na receita líquida de juros e similares, nas perdas esperadas associadas ao risco de crédito e no efeito do reconhecimento, através da equivalência patrimonial, das normas estabelecidas pelo IFRS 17 nas operações da Rio Grande Seguros e Previdência S.A., bem como no efeito tributário.

Produtos e Serviços

Carteira de Crédito



Nossa carteira de crédito cresceu 3,2% em doze meses e 1,7% em nove meses, alcançando o saldo de R$66.162,6 milhões em setembro de 2026. Nos primeiros nove meses de 2026, destacaram-se os crescimentos das operações de capital de giro pessoa jurídica, com avanço de 39,2%, do crédito de câmbio, que cresceu 15,2%, e do crédito pessoal não consignado, que aumentou 14,8%. Os avanços foram parcialmente compensados pelas reduções observadas no crédito rural e desenvolvimento, de 32,5% no segmento pessoa jurídica e de 3,9% no segmento pessoa física, bem como pela retração de 6,5% no crédito consignado.

Neste trimestre, investimos na ampliação da carteira **Pessoa Física (PF)** com novas estratégias comerciais direcionadas à concessão, ao refinanciamento e à portabilidade do crédito consignado. As campanhas foram estruturadas com maior flexibilidade de taxas e condições de contratação, buscando ampliar resultados e fortalecer a principalidade do cliente. Além disso, superamos a marca de R$220,0 milhões em financiamentos contratados por meio do programa Move Brasil Táxis e Aplicativos, que viabilizou a aquisição de mais de 1.900 veículos. O resultado foi potencializado pela padronização dos critérios de comprovação de renda dos motoristas, que agilizou a análise cadastral e ampliou o acesso a outros produtos e serviços.

No segmento **Pessoa Jurídica (PJ)**, ampliamos as linhas de capital de giro e intensificamos nossa atuação em negociações de operações estruturadas para clientes **Corporate**, com destaque para notas comerciais e debêntures. Os 9M2026 também foram marcados pela prospecção de novos negócios através do lançamento das Cédulas de Produto Rural (CPR) financeiras, que passaram a compor o portfólio PF e PJ. No âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), atingimos a marca de R$1,0 bilhão em operações contratadas para mais de 10,6 mil empresas apoiadas, das quais cerca de 32,7% são microempresas, e 23,1% são liderados por mulheres.

No **agronegócio**, destacamos nossa participação na Expointer 2026 diante de um cenário otimista que aponta para uma retomada do setor no RS. Na edição deste ano, ofertamos crédito para custeio da safra, irrigação, manejo e correção de solo, além de financiamentos para empresas e para o setor público, especialmente voltados ao desenvolvimento e à inovação. Também disponibilizamos soluções de renegociação através da Medida Provisória (MP) 1.376/26, que contribuem para a preservação do fluxo de caixa dos produtores, a manutenção do acesso ao crédito e a recuperação financeira do setor.

Em agosto de 2026, retomamos a concessão de **crédito imobiliário** para o público geral, incluindo condições diferenciadas para servidores públicos. Paralelamente, conduzimos a transição dos processos operacionais e das políticas de crédito às alterações regulatórias aplicáveis aos financiamentos imobiliários e ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), estabelecidas pela Resolução CMN nº 5.255/2025.



No âmbito da gestão da **qualidade dos ativos de crédito**, mantivemos a atuação voltada à ampliação das soluções de recuperação e ao fortalecimento dos canais de negociação. No 3T2026, reforçamos as atividades de cobrança com seis novas cobradoras terceirizadas, com atuação dedicada à recuperação de operações ativas e de créditos baixados a prejuízo, ampliando a eficiência na cobrança massificada. Adicionalmente, a plataforma digital **Finanças em Dia** passou a apoiar a formalização de renegociações por elas realizadas. Por meio do Programa Desenrola Brasil, encerrado em 31 de agosto de 2026, foram negociados mais de 28 mil contratos, totalizando R$92,0 milhões em saldo renegociado ao longo da iniciativa.

Recursos Captados e Administrados

Mantemos uma estrutura diversificada de recursos captados e administrados, composta por diferentes instrumentos e fontes, primando sempre pela manutenção de níveis adequados de liquidez, pela compatibilidade entre prazos e pela continuidade das fontes de financiamento. Nossa rede de agências desempenha um papel central neste processo, apoiada no relacionamento com os clientes e na capilaridade dos canais de atendimento.



Ao final de setembro de 2026, a carteira de recursos captados e administrados, composta por depósitos, recursos em letras, letras financeiras subordinadas, dívida subordinada e fundos de investimento, alcançou o saldo de R$141.365,2 milhões, com crescimento de 5,9% em nove meses. A expansão foi sustentada principalmente pelos depósitos a prazo, especialmente CDBs, que alcançaram R$78.378,3 milhões e cresceram 9,1% frente a dezembro de 2025. Destacamos ainda o desempenho das Letras Financeiras (LF), cujo saldo avançou 51,9% em nove meses, atingindo R$7.294,7 milhões. Os recursos administrados, por sua vez, totalizaram R$23.713,7 milhões, com expansão de 12,4% em relação a dezembro de 2025.

No 3T2026, visando intensificar o relacionamento com clientes investidores e prospectar novos recursos, reabrimos a captação através de Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e de Agronegócio (LCA), reforçando nossa proposta de valor com soluções de investimento competitivas.

Câmbio

Em apoio à forte vocação exportadora do Estado, ampliamos nossa atuação em soluções cambiais, com foco em competitividade, segurança, governança e atendimento às necessidades dos clientes que operam no comércio exterior. Ao final de setembro de 2026, nossa carteira de câmbio totalizava R$3.289,3 milhões, alta de 15,2% em nove meses e de 38,2% em doze meses, mantendo o índice de inadimplência em patamar reduzido. O desempenho está associado à intensificação da atuação comercial, ampliação das operações vinculadas ao financiamento do comércio exterior, manutenção de critérios prudentes de concessão e acompanhamento permanente das operações. A **Banri Global Account** registrou, no acumulado do ano, 10.385 contas, ampliando a base de clientes atendidos pelo produto ao longo do período.

Cartões de Crédito e de Débito

Ao final de setembro de 2026, contávamos com uma base de 1,4 milhão de cartões de crédito nas bandeiras Mastercard e Visa. Nos 9M2026, o total de transações cresceu 2,8% e o faturamento avançou 3,0% em relação

aos 9M2025. As receitas de crédito e de tarifas com cartões de crédito e cartões BNDES somaram R$602,3 milhões no mesmo período.

Cartão de Crédito		Banricompras		Banricard	
83,5 milhões de transações	R$8,6 bi faturamento	100,0 milhões de transações	R$10,6 bi faturamento	4.817 convênios ativos	R$1,9 bi faturamento

No 3T2026 avançamos no fortalecimento do negócio de cartões, combinando iniciativas voltadas à expansão da base de clientes, à qualificação do portfólio e ao aprimoramento da experiência digital, incluindo benefícios para novas adesões e melhorias na jornada de contratação em ambiente digital.

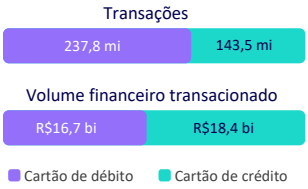
No segmento empresarial, promovemos iniciativas para ampliar o uso dos cartões corporativos como meio de pagamento recorrente das empresas, contribuindo para a estratégia de aumentar a principalidade dos meios de pagamento Banrisul e ampliar o relacionamento com clientes PJ.

Ao final do 3T2026, anunciamos o lançamento do **Banricard Multibenefícios**, um novo cartão em parceria com a bandeira Elo. A iniciativa amplia o modelo de atuação do Banricard, que deixa de operar em um arranjo fechado e passa a atuar em um modelo aberto, expandindo sua aceitação para estabelecimentos de todo o território nacional, bem como em plataformas, sites e aplicativos. O novo modelo permite reunir diferentes categorias de benefícios em um único cartão, o que reforça a integração do produto ao portfólio de soluções Banrisul para o público corporativo.



Rede de Adquirência Vero

A Vero encerrou os 9M2026 com 151,5 mil estabelecimentos credenciados ativos, com transações nos últimos 12 meses. No período, foram capturadas 381,3 milhões de transações, totalizando R$35,1 bilhões em volume transacionado.





No 3T2026, aprimoramos o canal digital de credenciamento com a inclusão de novos planos comerciais, a expansão da solução Vero Tap (venda pelo celular sem maquininha) e a disponibilização da contratação da Vero Smart diretamente no site. A solução concentra, em um único equipamento, diversos recursos para o funcionamento dos negócios, como emissão de nota fiscal e acesso a aplicativo de gestão, contribuindo para o fortalecimento do relacionamento comercial e a principalidade das soluções Vero junto aos clientes. Paralelamente, reforçamos nossa presença institucional e comercial por meio da participação em importantes feiras e eventos realizados no Rio Grande do Sul.

Consórcios e Seguridade

A **Banrisul Consórcio** disponibiliza soluções para investimento patrimonial em frotas e imóveis, integrando atendimento presencial e digital. Nos 9M2026, foram contempladas 1.067 cotas de imóveis e 6.144 cotas de automóveis e motocicletas, resultando na disponibilização de mais de R$618,6 milhões em créditos destinados à aquisição de bens.





A **Banrisul Seguridade** oferece produtos de seguros e previdência privada destinados à proteção financeira de seus clientes e familiares. No 3T2026, foram lançados três produtos estratégicos: o fundo de previdência Rio Grande Essencial; o Seguro Residencial com contratação via App Banrisul e o Seguro Prestamista para operações de investimento do Crédito Rural. Também foram realizadas ações comerciais para clientes, entre as quais a campanha de previdência "Presente para o Futuro", com concessão de *cashback*, e o 1º Feirão de Produtos de Seguridade. Ao final de setembro de 2026, a Banrisul Seguridade contava com 2,4 milhões de contratos ativos.

Relacionamento com o Cliente

Em continuidade à implementação do novo modelo de atendimento nas agências, focado em eficiência operacional, relacionamento com os clientes e geração de negócios, no 3T2026 seguimos avaliando oportunidades e realizando estudos voltados à otimização da rede de agências e à capilaridade dos pontos de atendimento físicos. Complementando essas iniciativas, avançamos na padronização de pontos de atendimento destinados a públicos especializados, e iniciamos o projeto **Carteiras Remotas Afinidade**, modelo que une tecnologia, especialização e proximidade para aprimorar a experiência dos clientes e fortalecer ainda mais o segmento alta renda.

Tipo	Quantidade
Total de Pontos de Atendimento no País (1)	**592**
Rio Grande do Sul	573
Demais Estados	19
PAEs – Pontos de Atendimento Eletrônico	**353**
Banripontos	**921**
Abrangência de Atendimento com Banrisul	**92,56%**

(1) Agências e postos de atendimento.

No âmbito corporativo, implementamos uma nova segmentação de clientes **Middle Corporate**, com faturamento igual ou superior a R$5,0 milhões e inferior a R$15,0 milhões. A iniciativa tem o objetivo de alinhar o perfil dos clientes às estruturas de atendimento mais adequadas.

A rede **Banripontos** está presente em 70% dos municípios do RS e segue em transformação, ampliando sua atuação como canal de atendimento e negócios do Banrisul. No 3T2026, intensificamos as ações voltadas à ampliação da autonomia dos correspondentes, diversificação das soluções ofertadas aos clientes e fortalecimento dos mecanismos de suporte e governança da rede.

Canais Digitais

Os canais digitais consolidam-se como o principal meio de relacionamento com os clientes, combinando escala, segurança e evolução contínua da experiência de uso.



90,48% do total de operações via canais digitais nos 9M2026

567,8 milhões de acessos nos 9M26

+4,68% frente ao 9M25

Média 2,1 milhões/dia

9M26 X 9M25:

+6,58% Operações

+7,76% Transações

-5,2% Volume transacionado

134.078 novos clientes abriram **Conta Digital PF**

2.196 novos clientes abriram **Conta MEI** pelo App

Nos primeiros nove meses de 2026, o App Banrisul recebeu novas funcionalidades, dentre elas:

- **Central de Segurança:** novo espaço que centraliza os serviços de proteção, prevenção a fraudes e orientações sobre uso seguro dos canais digitais.
- **Soluções Afinidade:** nova versão do espaço, com aprimoramento da experiência de contratação dos produtos exclusivos desse público.
- Novos produtos: no 3T2026 passaram a ser oferecidos o **Seguro Residencial Digital** e o **Cofrinho Banriway**.
- **Conta MEI pelo App:** passou a estar disponível também para quem já é cliente PF, trazendo mais agilidade e autonomia para os clientes MEI do Banco.
- **Pagamentos:** a jornada via App recebeu um novo leitor de código de barras, mais rápido e prático.
- **Open Finance:** foram disponibilizados o Pix integrado a carteiras digitais por meio da Jornada Sem Redirecionamento (JSR) e a nova versão da plataforma **Minhas Finanças**, que consolida informações financeiras de diferentes instituições em um só lugar.

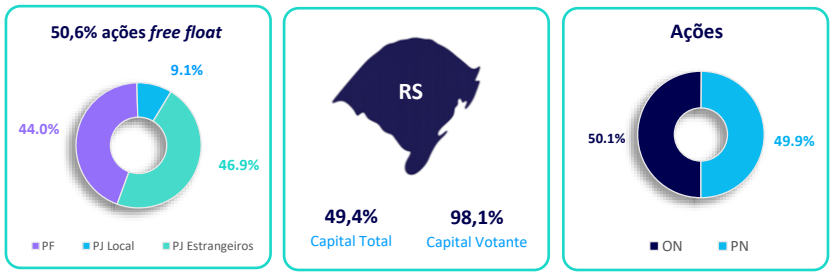
A **BanriWay**, conta digital do Banrisul para crianças e adolescentes de 0 a 16 anos, reforça a nossa atuação na promoção da inclusão e da educação financeira das novas gerações. No 3T2026, foram abertas 3.022 novas contas, totalizando 5.653 contas desde o lançamento em dezembro de 2025. No trimestre, o produto evoluiu com o lançamento do Cofrinho, uma ferramenta de investimentos voltada para o incentivo à formação de hábitos de poupança e investimento desde a infância, e que já recebeu mais de R$1,6 milhão em aportes. A Banriway integra a estratégia de inovação e digitalização do Banrisul, contribuindo para a renovação da base de clientes e para o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo.

Governança Corporativa

Contamos com uma estrutura de Governança Corporativa consolidada, com atribuições claramente definidas e foco permanente na evolução de métodos, políticas e processos decisórios, alinhada às melhores práticas de mercado. Desde 2007, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, atendendo integralmente aos requisitos desse segmento. Adicionalmente, adotamos práticas complementares exigidas de companhias listadas no Novo Mercado, reforçando nosso compromisso com a transparência, equidade e prestação de contas.

Informações detalhadas sobre a Governança Corporativa do Banrisul estão disponíveis no site de Relações com Investidores: ri.banrisul.com.br – Seção Governança Corporativa.

Estrutura Acionária



BRSR3/BRSR5/BRSR6 | Nossas ações estão presentes em sete índices da B3.

R$299,0	9,7%	153,0 mil	R$25,3 mi
JSCP e dividendos pagos nos 9M2026*	*Dividend Yield* em 12 meses	Acionistas em Set/26	Volume Médio Diário Negociação (90 dias)

*Antes da retenção de IR.

Nosso programa de **Relações com Investidores** conecta o Banrisul com o mercado, interagindo e atuando de forma aberta e transparente no compartilhamento de informações com acionistas e investidores. Entre em contato conosco pelo canal Fale com o RI para esclarecer dúvidas e Cadastre-se no Mailling para receber as informações por e-mail quando ocorrer evento corporativo ou qualquer comunicação da Companhia.

Gestão de Capital e de Risco

Tratamos o gerenciamento de capital como um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e de necessidade de capital, que abrange o acompanhamento das exposições aos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental e climático.

No 3T2026, os riscos de liquidez e os riscos social, ambiental e climático permaneceram dentro dos limites estabelecidos em políticas internas, e os indicadores da Carteira de Negociação mantiveram-se em níveis adequados, em conformidade com os limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS). Na Carteira de Não Negociação, foi observado status crítico para o indicador Delta EVE, que permanece sob monitoramento. Em relação ao risco operacional, a mensuração da parcela RWA_{OPAD} indicou redução de 0,74% no requerimento de capital com relação a junho, devido à redução do componente de perdas.

A Estrutura Institucional de Gestão de Capital e de Riscos Corporativos é revisada anualmente. Informações complementares sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, os ativos ponderados pelo risco, o patrimônio de referência e a razão de alavancagem estão disponíveis no Relatório de Pilar 3, publicado no site de Relações com Investidores - Seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos.

Investimento e Inovação

Investimos permanentemente na evolução dos ambientes tecnológicos corporativos, dos canais de atendimento, das jornadas e dos produtos digitais, com iniciativas para ampliar o acesso aos serviços, simplificar processos, adquirir clientes, aprimorar a experiência e modernizar a infraestrutura que suporta as operações. Nos 9M2026, os investimentos em modernização tecnológica e infraestrutura patrimonial e de TI totalizaram R$326,6 milhões, valor 13,9% superior aos 9M2025, destinados principalmente à modernização da infraestrutura de TI (hardware, software, licenças), ao autoatendimento, aos serviços de TI, à segurança patrimonial e às reformas e ampliações.

Principais iniciativas

As ações do período incluíram iniciativas nas jornadas de aquisição de clientes, na oferta de produtos financeiros, no crédito, nas soluções para o agronegócio e nas plataformas Vero. Também fortalecemos o ecossistema de Banking as a Service (BaaS), que já conta com mais de 4 mil clientes com movimentação financeira através das APIs Pix e Cobrança.

No âmbito da concessão de crédito, aprimoramos a simulação online e o envio de propostas de crédito consignado, o que trouxe mais transparência e eficiência ao processo. Adicionalmente, disponibilizamos um mecanismo de *feedback* após a contratação para avaliar a experiência dos clientes e identificar oportunidades de melhoria contínua. Os processos de contratação de operações de câmbio garantidas por duplicatas foram aperfeiçoados, o que ampliou a segurança das operações e a agilidade na execução.

Para dar suporte ao novo cartão Banricard Multibenefícios, que faz parte da rede Elo, alcançamos novas capacidades tecnológicas com potencial para agilizar futuros negócios, serviços e parcerias. Esta plataforma habilita, com flexibilidade e escalabilidade, integrações com bandeiras, processadoras e outros parceiros.

No fortalecimento das estratégias de recuperação de crédito, realizamos melhorias sistêmicas relacionadas ao programa Novo Desenrola Brasil, a fim de oferecer condições mais adequadas para a regularização de débitos. Além disso, o Banrisul foi pioneiro na disponibilização da linha de crédito do Programa Liquida Rural (MP 1.376/26), apoiado pela estrutura sistêmica modular existente que permitiu a rápida adequação à regulamentação de 2026.

No escopo da inovação e aprimoramento contínuo dos mecanismos de segurança física e digital, destacamos a implementação da solução de biometria comportamental BioCatch, capaz de analisar os padrões de interação dos clientes ao longo de sua jornada digital e contribuir para a identificação preventiva de indícios de fraude em tempo real. Concluímos ainda a implantação de uma solução de identificação e autenticação de chamadas telefônicas para reduzir fraudes como falsificação de números telefônicos (*spoofing*), chamadas indevidas e golpes realizados por telefone em nome do Banrisul.

Sustentabilidade

No 3T2026 publicamos o **Relatório de Sustentabilidade 2025**, reporte que apresenta os principais avanços do Banrisul nas áreas de governança, responsabilidade socioambiental, inovação, relacionamento com clientes e desenvolvimento de pessoas. O relatório é elaborado com base nos padrões internacionais da Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB), específicos para o setor bancário, e pode ser acessado em nosso site de Relação com Investidores (https://ri.banrisul.com.br).

Também neste trimestre, passamos a integrar, pela primeira vez, a carteira IDIVERSA B3, índice da bolsa brasileira que reúne empresas que se destacam em diversidade de gênero e raça. Integrar a carteira é o reconhecimento de nossa busca contínua por um ambiente de inclusão e valorização das pessoas.

Pessoas



9.376 empregados

1.635 estagiários

294 funcionários declarados PCD em 30/09/2026 (3,14%)

MULHERES	Set/2026		Jun/2026	
Total	3.960	42,2%	3.991	42,3%
Função de Liderança	381	33,9%	380	33,8%
Alta Administração	2	22,2%	2	22,2%

Reforçando o compromisso institucional com o desenvolvimento de lideranças e a promoção de ambientes de trabalho mais respeitosos e inclusivos, promovemos continuamente o Programa Integrado de Prevenção ao Assédio e Letramento em Diversidade. No trimestre, foram realizadas ações voltadas ao fortalecimento da governança e da cultura inclusiva, com avaliação dos avanços e oportunidades relacionados à gestão de pessoas, sustentabilidade, inovação e gestão de riscos.

Por meio da nossa Universidade Corporativa, no 3T2026 foram capacitados 37 novos Gerentes Administrativos e 47 novos Gerentes de Relacionamento. Também tiveram continuidade as iniciativas do programa **Banrisul Nosso Jeito**, com destaque para a Jornada de Desenvolvimento de Líderes e o início da formação em Dados e Inteligência Analítica.

No âmbito do tratamento de contingências decorrentes de ações coletivas trabalhistas em andamento, no 3T2026 reabrimos a janela de oferta de propostas de acordos individuais de adesão voluntária para empregados elegíveis. A iniciativa resultou em 236 novos acordos firmados e R$35,3 milhões em montante desembolsado no trimestre, totalizando 762 acordos e R$152,1 milhões desembolsados ao longo de 2026, devidamente provisionados.

Política de Equidade Salarial e Igualdade de Oportunidades

Nossa política de remuneração é pautada na igualdade de oportunidades, equidade salarial, valorização do mérito e não discriminação, assegurando condições isonômicas de ingresso, desenvolvimento profissional e remuneração, sem distinção de gênero. Nossos colaboradores ingressam exclusivamente por meio de concurso público, enquanto a evolução na carreira se baseia em critérios como competências profissionais, experiência e aderência aos requisitos de cada função.

Razão Mulher/Homem – Remuneração Média Semestral*

Funções	Set2026	Jun2026
Diretoria	100,20%	103,47%
Lideranças [1]	96,78%	86,37%
Técnicos e Especialistas[2]	95,38%	99,66%
Administrativo, TI e Serviços[3]	100,86%	103,23%
Remuneração Média M/H	**98,31%**	**98,18%**

(1) Comissionados com função de liderança; (2) Comissionados e designados sem função de liderança; (3) Não comissionados ou designados.
*Fixa + variável + eventual.

A estrutura remuneratória do Banrisul está vinculada aos cargos e funções efetivamente exercidos. Eventuais diferenças salariais observadas decorrem de fatores legítimos, tais como tempo de vínculo com a instituição, tempo de exercício na função, nível de responsabilidade e, no caso de funções gerenciais na rede de atendimento, o porte da unidade sob gestão.

Ações e Programas Culturais e Sociais

Por meio do programa **Banrieduca**, disseminamos nosso compromisso com a educação financeira na sociedade. No trimestre, as ações do programa alcançaram 330 participantes de diferentes públicos, entre eles alunos da Brigada Militar, estudantes do Instituto Caldeira, colaboradores da iniciativa privada e profissionais do próprio Banco, e abordaram temas relacionados ao planejamento financeiro, uso consciente dos recursos e qualidade de vida.

banrisul cultural

O **Banrisul Cultural e Social** ampliou seu alcance por meio de programas culturais e sociais em todo o RS, que contemplaram públicos diversos, desde crianças e jovens até pessoas idosas. Entre os destaques do período estão:

- Atendimento mensal de 2 mil membros do **Clube do Livro Banrisul 60+**.
- Início da implementação do **Programa Banrisul Entre Artes** para 4 mil estudantes.
- Início da circulação do projeto **Cultura que Circula** em municípios gaúchos.
- Seleção de 30 bibliotecas públicas em cidades de diferentes regiões, que receberão investimentos para a renovação de seus ambientes pelo projeto **Bibliotecas Banrisul**.
- Desenvolvimento da plataforma **P@TIO** para alcance de cerca de 9 mil escolas.
- Execução dos editais dos projetos **Mobilidade e Conexões**, para seleção de propostas de estudantes, artistas e profissionais da cultura para receberem bolsas de estudo, e do **Prêmio Merece!**, iniciativa que valoriza Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que transformam realidades por meio de iniciativas de impacto social. Juntos, os editais mobilizaram mais de 700 inscrições oriundas de diversas regiões do Estado.
- Campanha **Basta!** que consolidou ações de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, coma implantação de salas de atendimento, central especializada e ações de mobilização comunitária em diferentes territórios.

Para conhecer melhor as iniciativas do Banrisul Cultural, acesse www.banrisulcultural.com.br.

Reconhecimentos

Março/2026. Banrisul é destaque na principal categoria da pesquisa Marcas de Quem Decide.

Abril/2026. Ouvidoria do Banrisul é reconhecida pela sexta vez no Prêmio Ouvidorias Brasil.

Abril/2026. Banrisul está no coração e na lembrança do povo gaúcho.

Maio/2026. Banco britânico premia Banrisul como melhor parceiro mundial em operações de câmbio.

Maio/2026. Premiação destaca desempenho da parceria entre Banrisul e empresa Azul.

Julho/2026. Presidente do Banrisul recebe título de cidadão de Porto Alegre por sua trajetória no serviço público.

Em sessão solene, o presidente do Banrisul, Fernando Lemos, recebeu o título de cidadão de Porto Alegre, honraria concedida em reconhecimento a três décadas de atuação na administração pública.

Setembro/2026. Banrisul conquista 1º lugar no Ranking Top 5 do Banco Central para projeções do PIB.

O Banrisul conquistou a primeira colocação no ranking Top 5 do Sistema Focus para as projeções do PIB Total referentes ao 2T2026. O ranking reconhece as instituições cujas estimativas mais se aproximam dos resultados efetivamente observados, reunindo instituições financeiras, consultorias e gestoras que participam regularmente da pesquisa Focus.

Setembro/2026. BanriWay é finalista em premiação internacional de tecnologia financeira.

A BanriWay está entre as finalistas do 27º Banking Tech Awards 2026, premiação internacional promovida pelo FinTech Futures que reconhece iniciativas de destaque em inovação tecnológica no setor financeiro. É a primeira vez que uma solução do Banco alcança a fase final da premiação, que reúne instituições bancárias, fintechs e empresas de tecnologia de mais de 85 países.

Setembro/2026. Banrisul é destaque em ranking nacional.

O Banrisul está entre os 100 maiores bancos do País no ranking Finanças do anuário Valor 1000, edição de 2026, em que ocupa a 12ª posição. A pesquisa é elaborada pelo jornal Valor Econômico em parceria com a Serasa Experian e o Centro de Estudos em Finanças da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. Entre as empresas do Grupo, a Banrisul Pagamentos integra o ranking das 1000 maiores empresas, e a Rio Grande Seguros e Previdência e a Rio Grande Capitalização aparecem entre as maiores de seus respectivos segmentos.

Setembro/2026. Banrisul é a segunda maior empresa do RS.

O Banrisul recebeu distinção da revista Exame na lista das 10 maiores empresas do Rio Grande do Sul (RS) pelo critério da receita líquida – o faturamento de 2025, despontando como a segunda maior empresa do Estado.

Agradecimentos

É com a dedicação de nossos funcionários e a confiança de nossos clientes, investidores, fornecedores e parceiros que o Banrisul segue olhando para o futuro, preservando seus valores, inovando, crescendo e fortalecendo sua contribuição para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Nosso muito obrigado a todos que fazem parte dessa trajetória marcada pela capacidade do Banrisul de gerar riqueza de forma sustentável.

A Diretoria

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	30/09/2026	31/12/2025
Ativo			
Disponibilidades	6	1.154.012	1.298.124
Ativos Financeiros		165.963.928	156.590.693
Ao Custo Amortizado		140.785.406	132.993.625
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	7	16.142.890	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8	3.590.081	4.024.499
Títulos e Valores Mobiliários	9	52.361.256	45.848.429
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10	66.162.574	65.061.559
Outros Ativos Financeiros	11	6.546.653	5.936.592
(Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito)		(4.018.048)	(3.738.490)
(Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro)	10	(3.680.297)	(3.425.345)
(Outros Ativos Financeiros)		(337.751)	(313.145)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		24.312.779	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	12	24.312.779	21.937.981
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		865.743	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	13	859.804	1.558.847
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	5.939	100.240
Ativos Fiscais		4.157.617	3.869.114
Correntes		437.425	199.421
Diferidos	15a	3.720.192	3.669.693
Outros Ativos	14	713.201	672.897
Investimentos		207.253	169.748
Investimentos em Participações em Coligadas	16	207.253	169.748
Imobilizado de Uso	17	936.391	958.757
Imobilizações de Uso		2.012.173	1.995.256
(Depreciação Acumulada)		(1.075.782)	(1.036.499)
Intangível	18	1.337.168	299.199
Ativos Intangíveis		1.880.655	1.945.017
(Amortização Acumulada)		(543.487)	(1.645.818)
Total do Ativo		**174.469.570**	**163.858.532**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	30/09/2026	31/12/2025
Passivo			
Passivos Financeiros		157.517.431	147.521.081
Ao Custo Amortizado		157.433.868	145.722.468
Depósitos	19	105.179.814	100.557.914
Captações no Mercado Aberto	19	26.517.040	22.819.656
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	19	9.764.911	7.739.376
Letras Financeiras Subordinadas	19	2.706.785	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	19	2.928.550	2.806.928
Obrigações por Repasses	19	4.871.980	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	20	5.464.788	5.582.728
Ao Valor Justo por meio do Resultado		635	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	635	1.027
Dívidas Subordinadas	21	-	1.689.405
Provisão para Perda Esperada		82.928	108.181
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar		69.764	96.100
Garantias Financeiras Prestadas		13.164	12.081
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	23b	2.169.039	2.518.055
Passivos Fiscais		700.649	556.822
Correntes		414.284	284.128
Diferidos	15b	286.365	272.694
Outros Passivos	24	2.174.833	1.797.423
Total do Passivo		**162.561.952**	**152.393.381**
Patrimônio Líquido	**25**		
Capital Social		8.700.000	8.300.000
Reservas de Capital		5.098	5.098
Reservas de Lucros		3.270.996	3.290.325
Outros Resultados Abrangentes		(130.081)	(133.709)
Lucros/Prejuízos Acumulados		57.703	-
Participação dos Acionistas Não Controladores		3.902	3.437
Total do Patrimônio Líquido		**11.907.618**	**11.465.151**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**174.469.570**	**163.858.532**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Receitas com Juros e Similares		6.093.961	17.694.541	5.822.322	15.934.433
Despesas com Juros e Similares		(4.496.919)	(12.800.721)	(4.156.393)	(11.059.854)
Receita Líquida com Juros e Similares	**26**	**1.597.042**	**4.893.820**	**1.665.929**	**4.874.579**
Ganhos/(Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	**27**	**(1.537)**	**(70.332)**	**(69.825)**	**(323.353)**
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		**58.456**	**179.826**	**992**	**202.007**
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida		**(317.288)**	**(1.103.968)**	**(111.735)**	**(582.514)**
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(330.747)	(1.105.960)	(101.437)	(681.990)
Outros Instrumentos Financeiros		13.459	1.992	(10.298)	99.476
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**(1.195.761)**	**(3.026.400)**	**(989.294)**	**(2.831.825)**
Receitas de Prestação de Serviços	28	537.882	1.586.995	532.192	1.579.135
Despesas de Pessoal	29	(732.944)	(2.169.974)	(679.802)	(1.993.933)
Outras Despesas Administrativas	30	(628.463)	(1.738.636)	(550.949)	(1.607.278)
Despesas Tributárias		(140.220)	(426.796)	(142.127)	(423.636)
Resultado de Participação em Coligadas	16	17.607	75.672	21.673	73.161
Outras Receitas Operacionais	31	135.580	483.651	172.502	509.838
Outras Despesas Operacionais	32	(327.181)	(781.878)	(176.934)	(548.721)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	23b	(58.022)	(55.434)	(165.849)	(420.391)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		**140.912**	**872.946**	**496.067**	**1.338.894**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**33**	**5.568**	**(168.279)**	**(130.293)**	**(342.939**)
Corrente		(78.065)	(222.080)	(75.060)	(295.042)
Diferido		83.633	53.801	(55.233)	(47.897)
Lucro Líquido do Período		**146.480**	**704.667**	**365.774**	**995.955**
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		146.253	704.022	365.601	995.478
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		227	645	173	477
Lucro por Ação	**34**				
Lucro Básico e Diluído por Ação (em Reais – R$)					
Ação Ordinária		0,36	1,72	0,89	2,43
Ação Preferencial A		0,36	1,77	0,89	2,56
Ação Preferencial B		0,36	1,72	0,89	2,43

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores em Milhares de Reais)

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Lucro Líquido do Período	**146.480**	**704.667**	**365.774**	**995.955**
Itens Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	**1.879**	**11.306**	**8.423**	**27.639**
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	1.879	11.306	8.423	27.639
Variação de Valor Justo	1.752	22.671	15.273	43.683
Efeito Fiscal	127	(11.365)	(6.850)	(16.044)
Itens não Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	**-**	**(7.678)**	**-**	**(53.175)**
Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	-	(7.678)	-	(53.175)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	(14.145)	-	(96.559)
Efeito Fiscal	-	6.467	-	43.384
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido do Período	**1.879**	**3.628**	**8.423**	**(25.536)**
Resultado Abrangente Líquido do Período	**148.359**	**708.295**	**374.197**	**970.419**
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Controladores	148.132	707.650	374.024	969.942
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Não Controladores	227	645	173	477

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores em Milhares de Reais)

		Acionistas Controladores										
				Reservas de Lucros								
	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Para Expansão	Especial de Lucros	ORA	Lucros Acumulados	Banrisul	Acionistas Não Controladores	Consolidado
Saldo em 01/01/2025		**8.000.000**	**5.098**	**805.107**	**1.430.430**	**283.771**	**-**	**(109.359)**	**-**	**10.415.047**	**3.706**	**10.418.753**
Aumento de Capital		300.000	-	-	(24.419)	(275.581)	-	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes												
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA		-	-	-	-	-	-	27.639	-	27.639	-	27.639
Ajuste de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	(53.175)	-	(53.175)	-	(53.175)
Variação na Participação dos Acionistas Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(828)	(828)
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	-	4.352	4.352	-	4.352
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	-	995.478	995.478	477	995.955
Destinação do Lucro Líquido	25c											
Constituição de Reservas		-	-	30.944	154.720	200.709	-	-	(386.373)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(290.000)	(290.000)	-	(290.000)
Dividendos Adicionais Provisionados/Pagos		-	-	-	-	-	66.405	-	(66.405)		-	-
Saldo em 30/09/2025		**8.300.000**	**5.098**	**836.051**	**1.560.731**	**208.899**	**66.405**	**(134.895)**	**257.052**	**11.099.341**	**3.355**	**11.102.696**
Saldo em 01/01/2026		**8.300.000**	**5.098**	**885.321**	**1.807.079**	**597.925**	**-**	**(133.709)**	**-**	**11.461.714**	**3.437**	**11.465.151**
Aumento de Capital		400.000	-	-	(84.066)	(315.934)	-	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA		-	-	-	-	-	-	11.306	-	11.306	-	11.306
Ajustes de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	(7.678)	-	(7.678)	-	(7.678)
Variação na Participação dos Acionistas Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(180)	(180)
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	-	4.352	4.352	-	4.352
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	-	704.022	704.022	645	704.667
Destinação do Lucro Líquido	25c	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	27.327	136.637	175.910	-	-	(339.874)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(270.000)	(270.000)	-	(270.000)
Dividendos Adicionais Provisionados/Pagos		-	-	-	-	-	40.797	-	(40.797)	-	-	-
Saldo em 30/09/2026		**8.700.000**	**5.098**	**912.648**	**1.859.650**	**457.901**	**40.797**	**(130.081)**	**57.703**	**11.903.716**	**3.902**	**11.907.618**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	**872.946**	**1.338.894**
Ajustes ao Lucro Antes da Tributação sobre o Lucro	**1.798.670**	**1.135.183**
Depreciação e Amortização	343.445	305.059
Resultado de Participações em Coligadas	(75.672)	(73.161)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	242.214	(86.785)
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida	1.103.968	582.514
Variação Cambial de Caixa e Equivalente de Caixa	129.281	(12.835)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	55.434	420.391
Variações Patrimoniais		
(Aumento)/Redução em Ativos	**(2.500.060)**	**502.366**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(565.604)	66.362
Depósito Compulsório no Banco Central do Brasil	18.146	(2.366.427)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	790.482	2.080.800
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	93.909	240.846
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(1.952.024)	(1.161.828)
Outros Ativos Financeiros	(609.369)	2.082.631
Ativos Fiscais	(234.702)	(281.291)
Outros Ativos	(38.859)	(149.695)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(2.039)	(9.032)
Aumento/(Redução) em Passivos	**11.437.527**	**8.870.175**
Depósitos	4.621.900	7.387.269
Captações no Mercado Aberto	3.697.384	816.666
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.025.535	1.568.843
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.279.608	663.645
Outros Passivos Financeiros	(117.940)	(1.849.634)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(404.450)	(272.538)
Passivos Fiscais	339.410	665.580
Outros Passivos	245.464	292.140
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Pagos	(249.384)	(401.796)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	**11.609.083**	**11.846.618**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Dividendos/JSCP Recebidos de Coligadas	40.973	104.811
Financeiros ao Valor Justo por Meio Outros Resultados Abrangentes	(2.374.798)	(1.951.082)
Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado	(6.512.933)	(9.999.663)
Alienação de Imobilizado de Uso	21.903	22.474
Alienação de Intangível	-	186
Aquisição de Imobilizado de Uso	(141.585)	(166.369)
Aquisição de Intangível	(1.240.811)	(22.522)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	**(10.207.251)**	**(12.012.165)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Letras Financeiras Subordinadas	-	1.000.000
Pagamento de Juros/Resgate da Dívida Subordinada	(1.637.874)	888.733
Dividendos Pagos	(28.998)	(35.978)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(270.000)	(290.000)
Liquidação de Arrendamentos	(88.832)	(88.212)
Variação na Participação de Não Controladores	465	(351)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	**(2.025.239)**	**474.192**
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes a Caixa	**(623.407)**	**308.645**
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Período	3.375.262	1.784.836
Variação Cambial de Caixa e Equivalente de Caixa	(129.281)	12.835
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Período	2.622.574	2.106.316

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Receitas (a)	**18.770.713**	**17.319.546**
Receitas de Intermediação Financeira	17.804.035	15.813.087
Receitas de Prestação de Serviços	1.586.995	1.579.135
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida	(1.103.968)	(582.514)
Outras Receitas Operacionais	483.651	509.838
Despesas (b)	**(12.800.721)**	**(11.059.854)**
Despesas de Intermediação Financeira	(12.800.721)	(11.059.854)
Insumos Adquiridos de Terceiros (c)	**(2.183.858)**	**(2.242.693)**
Materiais, Energia e Outros	(1.566.855)	(1.706.748)
Serviços de Terceiros e Técnicos Especializados	(617.003)	(535.945)
Valor Adicionado Bruto (d=a-b-c)	**3.786.134**	**4.016.999**
Depreciação e Amortização (e)	**(343.445)**	**(305.059)**
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (f=d-e)	**3.442.689**	**3.711.940**
Valor Adicionado Recebido em Transferência (g)	**75.672**	**73.161**
Resultado de Participações em Coligadas	75.672	73.161
Valor Adicionado a Distribuir (h=f+g)	**3.518.361**	**3.785.101**
Distribuição do Valor Adicionado	**3.518.361**	**3.785.101**
Pessoal	**1.894.951**	**1.742.122**
Remuneração Direta	1.317.910	1.217.418
Benefícios	490.686	446.753
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	86.355	77.951
Impostos, Taxas e Contribuições	**870.098**	**1.018.386**
Federais	813.254	959.131
Estaduais	290	242
Municipais	56.554	59.013
Remuneração de Capitais de Terceiros	**48.645**	**28.638**
Aluguéis	48.645	28.638
Remuneração de Capitais Próprios	**704.667**	**995.955**
Juros sobre o Capital Próprio	270.000	290.000
Dividendos	40.797	66.405
Lucros Retidos do Período	393.225	639.073
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores	645	477

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em IFRS (demonstrações financeiras) do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e distribuídas como segue:

Nota 01 – Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul, Instituição), principal empresa do Grupo Banrisul, controlado pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 – 4° andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Estado.

Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com práticas contábeis internacionais, com observância à IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, às International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e em atendimento aos requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio da Resolução CMN n° 4.818/20.

As políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Banrisul na preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e imposto diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

A Administração do Banrisul (Administração) declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as demonstrações financeiras são consistentes com os normativos vigentes em cada período.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação do valor justo dos ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes e dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas e julgamentos que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos contingentes e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e das receitas e despesas durante o período. Os assuntos que demandam maior nível de discricionariedade estão apresentados na Nota 4.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis 09(R1) (CPC 09(R1)). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo apresentada de forma suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras elaboradas para o período de reporte foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banrisul em 06 de novembro de 2026.

(a) Base de Consolidação

As demonstrações financeiras incluem as operações do Banrisul, das empresas controladas e coligadas. Na elaboração das demonstrações financeiras, os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como são destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários (não controladores). As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

Controladas: são todas as empresas sobre as quais o Banrisul possui o controle. O Banrisul possui controle sobre a investida quando está exposto, ou detém direitos sobre seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a empresa e possui capacidade de afetar tais retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banrisul e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Controladas	Segmento	Participação do Capital Social (%) 30/09/2026
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Armazenagem	100,00
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Intermediação de Valores Mobiliários	98,98
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	Meios de Pagamentos	100,00
Banrisul Seguridade Participações S.A. (1)	Comercialização de Seguros	100,00

(1) A controlada Banrisul Seguridade Participações S.A. controla integralmente a Banrisul Corretora de Seguros S.A.

Coligadas: são todas as empresas nas quais o Banrisul tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Coligadas	Segmento	Participação do Capital Social (%) 30/09/2026
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	Correspondente Bancário	49,90
Banrisul Icatu Participações S.A.	Seguros, Previdência e Capitalização	49,99

Participações de Não Controladores: o Banrisul apresenta a participação de acionistas não controladores segregada no patrimônio líquido, no Balanço Patrimonial. O resultado atribuível aos acionistas não controladores é evidenciado separadamente na Demonstração do Resultado e na Demonstração do Resultado Abrangente.

(b) Normas a Serem Adotadas em Períodos Futuros

Lei Complementar nº 214, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026: em decorrência da Reforma Tributária do Consumo instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, da Lei Complementar nº 214/2025, bem como da Resolução CGIBS nº 6/2026 e Decreto nº 12.955/2026, o Banrisul vem acompanhando a implementação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), incluindo as disposições aplicáveis ao período de teste operacional iniciado em 2026. As referidas normas criaram e regulamentaram a CBS e o IBS, tributos estes que substituirão gradualmente o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), entre outros.

A implementação definitiva do novo modelo depende da publicação de normas complementares, incluindo diretrizes do Comitê Gestor do IBS, regulamentações setoriais e atos normativos da Receita Federal do Brasil. Tais normas definirão aspectos essenciais, como alíquotas finais dos tributos, regras de creditamento, mecanismos de governança e procedimentos de apuração, controle e fiscalização.

Diante da ausência de regulamentação integral, ainda não é possível determinar de forma definitiva os impactos da Reforma Tributária sobre a apuração dos tributos mencionados. De todo modo, a Administração do Banrisul permanece acompanhando o tema e atuará de forma diligente para assegurar plena

conformidade, priorizando a continuidade operacional e a segurança tributária. Vale ainda destacar que, para viabilizar sua implementação, o Banrisul contratou consultoria especializada e criou um Comitê de Implementação da Reforma Tributária, com grupos de trabalho responsáveis por analisar os impactos legais, operacionais, sistêmicos, contábeis e tributários.

Além disso, a Administração avaliou os requisitos da Orientação Técnica CFC nº 1/2026 para a definição do tratamento contábil aplicável aos eventos relacionados à CBS e ao IBS, os quais serão tratados como impostos não cumulativos incidentes sobre operações de consumo, e continuará acompanhando os desdobramentos acerca dos critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: emitida em abril de 2024, a IFRS 18 substitui a IAS 1, introduzindo novos requisitos de apresentação e divulgação da Demonstração do Resultado, como foco em sua estrutura; nas divulgações de medidas de desempenho definidas pela Administração; e em princípios aprimorados de agregação e desagregação de informações.

As alterações da IFRS 18 têm vigência em ou após 1° de janeiro de 2027 e se aplicam a informações comparativas, sendo permitida a adoção antecipada, sujeita à regulamentação aplicável. A Administração está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras para a adoção desta norma.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública – Divulgações: emitida em maio de 2024, a IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis que adotem os padrões IFRS apliquem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação previstos nas demais normas IFRS.

A norma é voluntária e aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada, sujeita à regulamentação aplicável. A Administração está avaliando os impactos no contexto das subsidiárias elegíveis do Grupo Banrisul.

Alteração à IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública – Divulgações: emitida em agosto de 2025, essa alteração atualiza os requisitos reduzidos de divulgação previstos na IFRS 19 para contemplar normas e alterações emitidas entre fevereiro de 2021 e maio de 2024, incluindo, entre outras, a IFRS 18, as alterações relativas à Supplier Finance Arrangements, International Tax Reform – Pillar Two Model Rules, Lack of Exchangeability e às alterações de classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

A alteração é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada, sujeita à regulamentação aplicável. A Administração está avaliando os impactos no contexto das subsidiárias elegíveis do Grupo Banrisul.

IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade: emitida pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), a IFRS S1 estabelece requisitos gerais para a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade que sejam relevantes para a avaliação dos riscos e oportunidades que possam afetar a capacidade da entidade de gerar valor no curto, médio e longo prazo. A norma contempla divulgações relacionadas à governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas associadas a questões de sustentabilidade.

A Administração acompanha a evolução do ambiente regulatório aplicável e está avaliando os impactos para a adoção desta norma sobre suas divulgações futuras.

IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima: emitida pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), a IFRS S2 estabelece requisitos específicos para divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades climáticas que possam afetar a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa ou o acesso a capital da entidade. A norma requer divulgações sobre governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas relacionadas ao clima.

A Administração acompanha a evolução do ambiente regulatório aplicável e está avaliando os impactos para a adoção desta norma sobre suas divulgações futuras.

Alteração à IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio: emitida em novembro de 2025, as alterações especificam os procedimentos de tradução a serem observados quando a moeda de apresentação corresponder à moeda de economia hiperinflacionária.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada, sujeita à regulamentação aplicável. A Administração está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras para a adoção desta norma.

Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis

(a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Banrisul são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua: moeda funcional. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banrisul.

(b) Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados pelas disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos bancários), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(c) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com as categorias custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e valor justo por meio do resultado (VJR). Os passivos, de modo geral, são classificados e reconhecidos conforme tratamento da operação como ao CA e, para algumas exceções, conforme tratamento da operação, como ao VJR, sem a possibilidade de reclassificação.

- **Custo Amortizado (CA):** é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.
- **Valor Justo:** é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.
    - **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** o reconhecimento de certas mudanças no valor justo de ativos ou passivos que não são refletidas imediatamente na Demonstração do Resultado, mas sim em uma seção separada do patrimônio líquido chamada outros resultados abrangentes (ORA). No ORA são incluídos itens de receita, despesa, ganhos e perdas que não são realizados e que, de acordo com as normas contábeis, não são registrados na Demonstração do Resultado do período corrente. Em vez disso, esses itens são apresentados no Balanço Patrimonial e afetam o patrimônio líquido da empresa, sendo reconhecidos na Demonstração do Resultado Abrangente até que certos critérios para sua realização sejam atendidos, momento em que poderão ser reclassificados para a Demonstração do Resultado.
    - **Valor Justo no Resultado (VJR):** compreende o registro do valor justo de um ativo ou passivo financeiro na Demonstração do Resultado.

O reconhecimento inicial de um ativo financeiro é o processo contábil pelo qual o Banrisul inclui pela primeira vez um ativo financeiro em seu balanço. No reconhecimento inicial, o ativo financeiro é mensurado pelo seu valor justo, que geralmente é o preço da transação, ou seja, o valor pago para adquirir o ativo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro, a menos que o ativo seja mensurado ao VJR, caso em que os custos de transação são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os instrumentos classificados nas categorias CA ou VJORA devem ser ajustados da seguinte maneira:

- No caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento; e
- No caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Dessa forma, os instrumentos financeiros classificados nas categorias VJR ou VJORA devem ser avaliados pelo valor justo, considerando a valorização ou a desvalorização em contrapartida de conta de (i) receita/despesa, no resultado do período, se instrumento financeiro ao VJR; ou (ii) ORA, pelo valor líquido dos efeitos tributários, se instrumento financeiro ao VJORA.

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os *inputs* significativos têm base nos dados de mercados observáveis; e
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado, como dados históricos, informações de transações similares e taxas de referência calculadas a partir de informações e condições do mercado financeiro.

Para instrumentos mais complexos ou que não possuem liquidez é preciso um julgamento considerável para definir o modelo a ser utilizado, selecionando *inputs* específicos. Em alguns casos, ajustes de avaliação são aplicados ao valor do modelo ou ao preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente. Para fins de divulgação do valor justo, os instrumentos financeiros são classificados em uma hierarquia de três níveis, com base no grau de observabilidade dos *inputs* utilizados nas técnicas de mensuração.

O Grupo Banrisul pode deter, eventualmente, instrumentos financeiros ou instrumentos patrimoniais não cotados cuja mensuração envolva técnicas de avaliação com utilização de *inputs* não observáveis, os quais são classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Quando aplicável, a natureza desses instrumentos, os montantes envolvidos e as técnicas de avaliação utilizadas são divulgados de forma agregada nas Notas Explicativas específicas.

(c.1) Classificação de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- Ativos Financeiros ao CA: ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal e juros (*solely payment of principal and interest – SPPI Test).* Inicialmente, são reconhecidos a valor justo adicionado aos custos de transação e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos (TJE).
- Ativos Financeiros ao VJORA: ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal *(SPPI Test),* quanto para a venda. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação, enquanto ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, em ORA.
- Ativos Financeiros ao VJR: ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial ou subsequente como ao VJR para reduzir descasamentos contábeis. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado e os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos como ganhos (perdas) líquidos(as) com ativos e passivos financeiros ao valor justo.

A mensuração subsequente de ativos financeiros refere-se ao processo contábil de atualização do valor e do tratamento de um ativo financeiro nos balanços após o seu reconhecimento inicial. Esse processo é contínuo e ocorre em cada período contábil subsequente até que o ativo seja removido das demonstrações financeiras,

sendo que a classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e da característica de seus fluxos de caixa (*SPPI Test*).

Modelos de Negócios

Os modelos de negócios do Banrisul representam a forma como é efetuada a gestão conjunta dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não dependem apenas das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser geridos com o propósito de obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou outros. Para aqueles dois primeiros propósitos é necessário que satisfaça o conceito de acordo de empréstimo básico (passar no *SPPI Test*).

Para avaliar os modelos de negócios, leva-se em consideração: os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Características Contratuais dos Fluxos de Caixa – SPPI Test

O SPPI Test consiste no processo de avaliação dos fluxos de caixa contratuais a partir da originação, aquisição ou emissão de instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os respectivos fluxos de caixa são constituídos apenas de pagamento de principal e juros, ou seja, estão alinhados com o conceito de um acordo de empréstimo básico.

(c.2) Classificação de Passivos Financeiros

O Banrisul classifica suas operações passivas e as mensura seguindo a norma para cada uma das categorias.

- **Passivos Financeiros ao CA:** por definição, os passivos financeiros serão classificados ao CA.
- **Exceção para os Passivos Financeiros:** na exceção de classificação ao CA, são incluídos os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros que serão classificados ao VJR; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro que devem ser mensurados e reconhecidos; compromissos de crédito e créditos a liberar que devem ser reconhecidos e mensurados; e garantias financeiras prestadas. As garantias financeiras prestadas devem ser mensuradas pelo maior valor entre: i) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e ii) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

(c.3) Taxa de Juros Efetiva

O método dos juros efetivos dá-se pela aplicação da taxa de juros efetiva (TJE) ao valor contábil bruto do instrumento. Por sua vez, a TJE é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Os custos de transação e valores recebidos considerados materiais são apropriados mediante aplicação da TJE ao longo da vigência dos instrumentos financeiros. Para o cálculo da TJE, o Banrisul adota o método diferenciado para as operações de crédito, sendo realizada a apropriação das despesas relativas aos custos de transação na originação do instrumento financeiro de forma linear ou proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada e reconhecida contabilmente aplicando-se a TJE ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

(c.4) Perda de Crédito Esperada Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo, dos compromissos de crédito a liberar e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;

- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da estimativa de utilização dos recursos de compromissos de crédito e o valor presente de créditos a liberar; e
- Contratos de garantia financeira: a perda é mensurada pelo valor presente dos desembolsos futuros estimados.

O Banrisul avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual e coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, podendo levar em consideração: o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, o ramo de atividade, entre outros fatores.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro com base na extensão da deterioração da qualidade do crédito desde a originação conforme segue:

- Estágio 1: a partir do reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha passado por aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, desde que o ativo não apresente atraso superior a 30 dias (60 para as carteiras de crédito Imobiliário e Rural), a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito resultantes de prováveis perdas (*defaults*) esperadas ao longo dos próximos 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito e, nesse estágio, as rendas são calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 2: após aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou no caso de atraso entre 30 e 90 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito, cujo risco de crédito aumentou significativamente e as rendas se mantêm calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 3: os ativos registrados nesse estágio são instrumentos financeiros com problema de recuperação. Nesse estágio, enquadram-se os ativos com descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – acima de 90 dias) e/ou qualitativo, caracterizado por indicativos de que o cliente não irá honrar integralmente suas obrigações. Nesse caso, dado que o ativo já se tornou problemático, a probabilidade de *default* é considerada como sendo de 100% (cem por cento), cessando a apropriação das rendas da operação. O reconhecimento da receita ocorrerá quando do efetivo pagamento total ou parcial da operação ou, prospectivamente, a partir do período em que o instrumento deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. Também são registrados nesse estágio operações anteriormente baixadas a prejuízos e agora recuperadas, sendo as rendas dessas operações devidamente apropriadas pelo regime de competência.

A reclassificação dos ativos se dará conforme critérios estabelecidos nos normativos vigentes.

Mudança de Metodologia para Avaliação de Aumento Significativo do Risco de Crédito

Em agosto de 2026 foi aprovada a revisão do gatilho temporal de aumento significativo do risco de crédito (*Significant Increase in Credit Risk* – SICR) para as carteiras de carteiras de crédito Imobiliário e Rural. Para essas carteiras, a migração automática para o Estágio 2 passou a considerar atraso superior a 60 dias, em substituição ao critério anterior de atraso superior a 30 dias. A alteração foi suportada por estudos técnicos internos e não implicou mudanças nos demais mecanismos de identificação de deterioração significativa do risco de crédito.

Metodologia Completa para Provisionamento de Perdas Associadas ao Risco de Crédito: é um conjunto de procedimentos detalhados para o cálculo da perda esperada e de parâmetros quantitativos referenciais aplicados para o provisionamento base de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) enquadradas entre os segmentos S1 e S3. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

O Banrisul utiliza modelos estatísticos internos para estimar as perdas esperadas decorrentes do risco de crédito. A metodologia requer uma análise aprofundada de cada exposição ao risco de crédito, levando em consideração fatores como:

- *Probability of Default* (PD): percentual que representa a probabilidade de *default* de um instrumento financeiro ao longo de sua vida esperada;

- *Loss Given Default* (LGD): percentual que representa a perda, dada a ocorrência de *default*;
- *Exposure at Default* (EAD): valor monetário que representa a exposição do Banrisul no momento de ocorrência do *default*;
- *Credit Conversion Fator* (CCF): percentual que representa o fator de conversão em crédito dos limites disponíveis.

Dessa forma, o Banrisul é capaz de gerenciar o risco de crédito de maneira precisa e dinâmica, ajustando as provisões para perdas de crédito de acordo com as mudanças nas condições econômicas e no perfil de risco dos tomadores (contraparte). Ainda, é necessário estimar de forma individual os seguintes parâmetros em termos percentuais:

- Probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito (Ativo Problemático);
- Expectativa de recuperação do instrumento financeiro.

Fatores Macroeconômicos, Informação Prospectiva e Múltiplos Cenários: compreendem os riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado. Tais fatores são utilizados para avaliar uma série de possíveis resultados que incorporem previsões de condições econômicas futuras e as informações prospectivas são, desta forma, incorporadas na mensuração da perda esperada, bem como na determinação da existência de aumento significativo no risco de crédito desde a originação da operação.

(c.5) Ativos Problemáticos

Ativo problemático é aquele ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, ou seja, quando o ativo financeiro incorrer em (i) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou (ii) indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(c.6) *Default*

O IFRS 9 não estabelece uma definição específica para *default*, mas prevê uma presunção refutável de que o *default* ocorra quando uma exposição apresenta atraso superior a 90 dias, critério adotado pelo Banrisul. Os ativos são baixados (*write-off*) quando não há expectativas razoáveis de recuperação dos fluxos de caixa contratuais, seja integral ou parcialmente, do ativo financeiro.

(c.7) Renegociação

- **Renegociação**: acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

(c.8) Baixa de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(c.9) Critérios para *Write-Off*

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando dados históricos, sua baixa é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada.

(c.10) Aplicações no Mercado Aberto

O Banrisul dispõe de operações de compra com compromisso de revenda e de venda com compromisso de recompra de ativos. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas aplicações no mercado aberto e captações no mercado aberto, respectivamente. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como receita financeira e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser utilizados pelo Banrisul, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou para negociação. Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações financeiras. Quando a contraparte tem o direito de negociar ou de utilizar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

(c.11) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Esses instrumentos são avaliados pelo valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

O Banrisul também adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accountig*), na categoria *hedge* de valor justo, para contabilização de operações de *swap*. Estes instrumentos, assim como os ativos e os passivos financeiros que são objetos de proteção, são contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Em janeiro de 2026, o Banrisul procedeu à liquidação antecipada da dívida subordinada (*Tier 2*), emitida em janeiro de 2021 no valor total de US$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), mediante o exercício da opção de recompra integral a partir do 5º ano. Concomitantemente, foram liquidadas as operações de *swap* associadas à referida captação. Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de Contratos Futuros de DI, todos os contratos foram integralmente liquidados em janeiro de 2026. No momento, o Banrisul não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* e Contratos Futuros de DI1.

Ainda, relativamente ao tratamento contábil das operações de câmbio, essas operações são tratadas como instrumentos financeiros derivativos.

(c.12) Operações de Crédito

A área de risco de crédito é responsável por definir a metodologia utilizada para mensurar a perda esperada associada ao risco de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão. Esta área monitora as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecer entendimento inicial das variáveis que impactam na PD, na LGD, na CCF e na avaliação de cenários e, consequentemente, na provisão. Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, para entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças nas políticas de concessão ou de mensuração das perdas esperadas de crédito.

(c.13) Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar e Garantias Financeiras Prestadas

Os compromissos de crédito são os limites contratados pelos clientes do Banrisul, principalmente, na forma dos produtos Banricompras, cartão de crédito e cheque especial. Os compromissos de crédito e créditos a liberar são limites concedidos aos clientes, limites os quais (i) não são canceláveis incondicional e unilateralmente pelo Banrisul; (ii) não podendo ser cancelados ou suspendidos na gestão normal desses instrumentos financeiros; ou (iii) o Banrisul não dispõe de meios de monitoramento individual desses instrumentos financeiros ou da situação financeira da contraparte de modo que permita o imediato

cancelamento, bloqueio ou suspensão do compromisso ou do desembolso dos recursos, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte.

O Banrisul reconhece no Balanço Patrimonial como uma obrigação, no grupo passivos financeiros, na rubrica provisão para perda esperada, o valor justo das garantias emitidas, na data de sua emissão. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração do Resultado na rubrica receitas de prestação de serviços.

Se, após a emissão e com base na melhor estimativa, concluir-se que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida, uma provisão é reconhecida por tal valor.

As garantias financeiras prestadas são objeto de provisionamento e se enquadram como parâmetro para a definição de ativos problemáticos. A perda, nesse cenário, é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banrisul espera recuperar.

(d) Investimentos

Os investimentos em coligadas são, inicialmente, reconhecidos pelo valor de custo e, subsequentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da coligada.

(e) Ativo Imobilizado

Imóveis de uso compreendem, principalmente, terrenos e edifícios. Os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento no prazo de vida útil, na sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Ativo Imobilizado	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60,00
Instalações	25,00
Equipamentos em Uso	16,60
Outros	7,00

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente, é realizada a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais na Demonstração do Resultado.

Nas operações de arrendamento mercantil como arrendatário, o Banrisul trata as operações conforme a IFRS 16.

(f) Ativo Intangível

É composto, basicamente, por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros reconhecidos, inicialmente, pelo custo (Nota 18). Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares com vida útil definida amortizada pelo método linear conforme descrito a seguir:

Ativo Intangível	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Direitos de Aquisição de Folhas de Pagamento	5,00 a 10,00
Softwares	8,00

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento: compreende contratos firmados relativos à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento com entidades públicas e privadas:

- Setor Público: direitos adquiridos por meio de outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas, não sendo identificados indícios de *impairment* relacionado a esses ativos.
- Setor Privado: possuem vigência de cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares: as licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares:

- Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis;
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis;
- Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software; e
- Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativos em período subsequente.

(g) Bens Mantidos para Venda

São registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Em caso de recuperação do valor justo a perda reconhecida pode ser revertida.

(h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As despesas fiscais do período compreendem o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos. O IR é reconhecido na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente em ORA, no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no mesmo grupo.

A provisão para IR é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A alíquota da CSLL para o Banrisul é de 20%, para a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio é de 15%, e para as demais empresas do Grupo Banrisul não financeiras é de 9%. Especificamente para a Banrisul Soluções em Pagamentos S.A., a alíquota da CSLL foi de 9% até março de 2026, passando para 12% a partir de abril de 2026, em conformidade com a Lei Complementar nº 224/2025.

O IR e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre os devidos fatos geradores, e são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais), promulgadas na data do Balanço Patrimonial, as quais devem ser aplicadas quando o respectivo fato gerador do tributo for realizado ou liquidado.

Em 01/01/2025 entrou em vigor e Lei nº 14.467/22 que modificou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais

instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei nº 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e que não tenham sido deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IR e CSLL a razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026. O Banrisul optou pela razão de 1/120 para a dedução da apuração do IR e CSLL. Para o ano de 2025, ficou vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. O saldo referente a essa perda foi adicionado ao saldo das perdas descritas anteriormente, sendo deduzido na mesma razão dessas, conforme a opção realizada.

O IR e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais possam ser realizados, bem como na apuração de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. O IR e a CSLL diferidos relacionados com a mensuração de valor justo dos ativos financeiros por meio de ORA são creditados ou debitados ao resultado abrangente e, subsequentemente, reconhecidos no resultado no momento da venda.

A composição dos valores do IR e CSLL e a demonstração dos seus cálculos, origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados nas Notas 15 e 33.

(i) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões para riscos sobre valores discutidos judicialmente são reconhecidas quando o Banrisul tem uma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados e é provável que a saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor é estimado confiavelmente.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com o IAS 37, sendo provisionados com base na política de provisionamento e na opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

Provisões e Passivos Contingentes: a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na política de provisionamento e na opinião da área jurídica do Banrisul, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e divulgação.

(j) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

Obrigações de Aposentadoria: o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, respectivamente.

Planos de Previdência: o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido”, “contribuição variável” e “contribuição definida”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente, depende de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Já os planos de contribuição definida estabelecem contribuições fixas a serem pagas pelo patrocinador, assemelhando-se a um plano financeiro.

A obrigação reconhecida no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada, periodicamente, por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, entre outros. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas ao final de cada semestre. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, quando ocorrerem, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ORA.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefício definido é estabelecido, separadamente, para cada plano utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

O plano de contribuição definida tem apenas os benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. O abono anual é opcional, necessitando de formalização da opção pelo participante.

Planos de Saúde: são benefícios assegurados pela Cabergs, e oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão. O Banrisul oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial. Estas obrigações são avaliadas, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente ao Banrisul. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

Prêmio Aposentadoria: para os empregados que se aposentam é concedido um prêmio aposentadoria proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário vigente na época da aposentadoria.

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

O resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado somente quando o Banrisul:

- Controla o recurso: capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- Esse controle é o resultado de acontecimentos passados: contribuições pagas pelo Banrisul e serviço prestado pelo funcionário; e
- Estão disponíveis benefícios econômicos futuros para o Banrisul na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, diretamente ou indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego, obedecida a legislação pertinente.

(k) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

(l) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, são definidos os valores de dividendo mínimo, estabelecido no estatuto social, e dos dividendos adicionais, sendo contabilizados como passivo no final de cada exercício.

O valor dos juros sobre o capital próprio (JSCP) pode ser imputado aos dividendos e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução direta no patrimônio líquido.

Os dividendos foram e continuam a ser calculados e pagos com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen.

(m) Participação nos Lucros

O Banrisul reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica despesas de pessoal na Demonstração do Resultado) com base em acordo coletivo. O Banrisul reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática nos acordos coletivos passados que criem uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(n) Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída.

Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos, como: ações preferenciais conversíveis, debêntures conversíveis e bônus de subscrição – que podem ser convertidos em ações ordinárias, assim caracterizando o potencial dilutivo desses instrumentos. No cálculo do LPA diluído são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

O Banrisul não dispõe de instrumentos que devam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído. Dessa forma, o lucro por ação básico e o diluído são semelhantes.

(o) Apuração do Resultado

De acordo com o princípio contábil da competência, as receitas e despesas são registradas no período em que ocorrem, mesmo que não tenham sido recebidas ou pagas. Quando as receitas e despesas são correlacionadas, elas são reconhecidas simultaneamente. No caso das receitas e despesas de ativos e passivos financeiros, essas são reconhecidas pelo método da TJE, conforme descrito no item c.3.

As transações financeiras pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, enquanto as transações financeiras prefixadas são registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de receitas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As transações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas na data do Balanço Patrimonial, de acordo com as taxas de câmbio da mesma data.

Para as receitas de prestação de serviços, os serviços relacionados à conta corrente e às taxas de administração de fundos, de cobrança e de custódia, são mensurados pelo valor justo da contrapartida recebida. O reconhecimento da receita é efetuado quando o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pelo Banrisul são transferidos para o cliente.

Na linha de produtos de adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço. A composição da receita de prestação de serviços está detalhada na Nota 28.

(p) Informações por Segmento

As informações por segmento foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimentos e outros fins, considerando o ambiente regulatório e as semelhanças entre os produtos e serviços. A Administração considera as operações do Banrisul e de suas controladas em quatro segmentos: Bancário, Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização), Consórcios e Outros Segmentos, conforme apresentado na Nota 38.

Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração realize estimativas e julgamentos que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e têm base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração considera que as estimativas e os julgamentos realizados são apropriadas e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banrisul e o resultado das suas operações em todos os aspectos relevantes. As principais estimativas e julgamentos contábeis utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

(a) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual dessas obrigações é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada semestre e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações dos planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A data de referência do índice IMA-B e outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 35.

(b) Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

O Banrisul revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 23.

(c) Provisão para Perda Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

Ao medir a perda de crédito esperada, o Banrisul considera o período contratual máximo sobre o qual está exposto ao risco de crédito, adequando o cálculo da perda de crédito esperada ao estágio do ativo.

Vida Esperada dos Ativos: para todas as linhas de crédito, a vida esperada é o prazo máximo da operação, com exceção do crédito rotativo, cuja vida esperada é estimada com base no comportamento histórico de utilização e considerando o período em que o Banrisul espera permanecer exposto ao risco de crédito. Os principais produtos de crédito rotativo que o Banrisul mantém exposições são cartão de crédito e cheque especial/conta empresarial.

Avaliação do Aumento Significativo do Risco de Crédito: para avaliar se o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente desde a originação, o Banrisul compara o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do ativo financeiro frente ao risco esperado de inadimplência na origem. Esse acompanhamento é efetuado por meio de modelos estatísticos que definem as migrações entre os estágios 1 e 2, processo que ocorre em cada data de reporte.

Cenários Macroeconômicos: essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando o Banrisul transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(e) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Banrisul. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizadas como receita na Demonstração do Resultado.

Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos

A gestão de capital e de riscos corporativos é uma ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital; e identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos; possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

A Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S5 implementem estrutura de gerenciamento contínuo de capital e estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

As Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos visam possibilitar o gerenciamento contínuo e integrado de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book* – IRRBB), de liquidez, operacional, social, ambiental, climático, incluindo também o risco país e o risco de transferência, e demais riscos considerados relevantes pelo Banrisul. Além disso, buscam estabelecer princípios básicos, atender exigências legais e garantir que todas as atividades sejam praticadas em conformidade com a regulamentação vigente.

A otimização da administração de ativos e passivos e do uso do capital regulatório e a maximização da rentabilidade dos investidores são reflexos da adoção, pelo Banrisul, das melhores práticas de mercado. O aprimoramento das Estruturas e Políticas Institucionais, sistemas, controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos.

(a) Estrutura Integrada de Gestão

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banrisul e das demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos do Grupo Banrisul é coordenada pela área de riscos corporativos, que realiza a gestão integrada de capital e dos riscos de crédito, de mercado, variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book* – IRRBB), de liquidez, operacional, social, ambiental e climático, incluindo também o risco de transferência; sendo uma ferramenta estratégica fundamental para o Banrisul.

O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital, identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tornam mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

As informações produzidas pela área de riscos corporativos subsidiam o Comitê de Riscos e demais Comitês da gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração, no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Risco é responsável pela área de riscos corporativos e o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas relativas à gestão de riscos.

(b) Declaração de Apetite por Riscos

O apetite por riscos é definido pelo *Bank for International Settlements* (BIS) como o nível de risco, agregado e individual, que uma instituição está disposta a assumir dentro de sua capacidade para alcançar seus objetivos estratégicos e seguir o seu plano de negócios. A Resolução CMN nº 4.557/17 determina que os níveis de apetite por riscos sejam documentados na Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS).

A RAS é o documento que descreve os níveis de risco que a instituição está disposta a aceitar ou evitar, para atingir os seus objetivos de negócios. Deve incluir medidas quantitativas e qualitativas relativas a receitas, capital, medidas de risco, liquidez e outros itens relevantes.

Adicionalmente, a RAS reflete o ambiente operacional, a estratégia e os objetivos do negócio do Banrisul. Este documento define os diferentes níveis aceitáveis de cada um dos riscos incorridos pelo Banrisul, tornando possível o acompanhamento e controle rigorosos para que os riscos permaneçam de acordo com a estratégia traçada. Dessa forma, cada nível da operação do Banrisul desempenha um papel no tocante à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos.

O Banrisul desenvolveu uma série de indicadores e sinalizadores para o acompanhamento de seu apetite por riscos, que são monitorados e reportados, periodicamente, às instâncias superiores, por meio de relatórios e de um *dashboard*. O objetivo é manter os indicadores em conformidade com os apetites estabelecidos e identificar possíveis ações necessárias de acordo com o cenário existente, seja positivo ou negativo em relação à estratégia traçada pelo Banrisul.

(c) Linhas de Defesa

Todos os empregados do Banrisul, estagiários e prestadores de serviços terceirizados são responsáveis pela prática de medidas comportamentais que evitem a exposição a risco, no limite de suas atribuições. Buscando esclarecer os papéis e responsabilidades das áreas e pessoas envolvidas no processo de gerenciamento de riscos, o Banrisul adota o modelo das Três Linhas de Defesa para segmentar os grupos dentro da estrutura de governança, partindo dos objetivos estratégicos do Banrisul.

1ª Linha de Defesa: é atribuída às funções que gerenciam os riscos. É composta pelas áreas estratégicas, de negócios e de suporte, devendo assegurar a efetiva gestão de riscos e controles, no escopo de suas atividades. Tem a atribuição de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos associados

aos processos, produtos, serviços, sistemas e pessoas sob sua gestão. É responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, além de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

2ª Linha de Defesa: é atribuída às áreas que desempenham funções de auxílio ao desenvolvimento e monitoramento da gestão de risco, controle e conformidade, composta por áreas de controle do Banrisul. É responsável por fornecer a metodologia e o suporte necessário à gestão dos riscos assumidos pela primeira linha, auxiliando na identificação, mensuração, avaliação, controle e mitigação dos riscos. O monitoramento e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos, na primeira linha, também fazem parte do escopo de atuação da segunda linha.

3ª Linha de Defesa: é atribuída à área de auditoria interna, sendo responsável por avaliar as duas primeiras linhas, incluindo a forma como essas alcançam os objetivos no âmbito do gerenciamento de riscos e controles. Atua propondo melhorias e imputando as medidas corretivas necessárias. Reporta-se de forma independente à Administração e aos órgãos de governança.

(d) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliadas à otimização de controles, fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança.

Na sequência é apresentado o montante das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro do Banrisul segmentado por setor de atividade:

Composição da Carteira por Setor de Atividade	30/09/2026	31/12/2025
Setor Público	**172.244**	**188.890**
Administração Pública – Direta e Indireta	172.244	188.890
Setor Privado	**65.990.330**	**64.872.669**
Pessoa Física	47.182.955	48.511.967
Pessoa Jurídica	18.807.375	16.360.702
Agropecuário	325.773	274.850
Alimentos, Bebidas e Fumo	3.383.392	2.862.085
Automotivo	725.101	733.550
Celulose, Madeira e Móveis	396.653	400.574
Comércio Atacadista – Alimentício	1.050.414	1.039.512
Comércio Atacadista – não Alimentício	890.461	860.525
Comércio Varejista – Outros	1.751.836	1.519.863
Construção e Imobiliário	1.583.343	1.343.210
Educação, Saúde e Outros Serviços Sociais	1.616.521	1.695.218
Eletroeletrônico e Informática	422.206	507.714
Financeiro e Seguro	347.556	289.963
Máquinas e Equipamentos	366.075	326.717
Metalurgia	524.830	459.502
Obras de Infraestrutura	60.107	29.633
Petróleo e Gás Natural	752.975	616.935
Químico e Petroquímico	1.069.414	1.022.766
Serviços Privados	946.215	582.692
Têxtil, Confecções e Couro	470.535	413.338
Transportes	505.582	470.715
Outros	1.618.386	911.340
Total	**66.162.574**	**65.061.559**

(d.1) Identificação, Mensuração e Avaliação

No processo de identificação, mensuração e avaliação do risco de crédito, o Banrisul adota metodologias estatísticas e/ou o princípio de decisão técnica colegiada. A concessão de crédito, alicerçada em modelos de

escoragem, oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos. A concessão de crédito fundamentada na decisão colegiada ocorre por políticas de alçada. Os Comitês de Crédito das Agências podem deferir ou indeferir operações de crédito até os limites de suas alçadas, estabelecidas de acordo com a categoria de cada agência e/ou produto. Para clientes de alçadas superiores às dos Comitês de Crédito das Agências, as operações e Limite de Exposição (LE) são deferidos pelos comitês de crédito da Direção-Geral. A Diretoria aprova operações específicas (acima de R$12 milhões) e operações com LE acima de R$8 milhões até os limites de concentração por cliente e grupo econômico estipulados pela Declaração de Apetite por Riscos (RAS). Operações superiores a esse limite são submetidas à apreciação do Conselho de Administração, obedecendo os limites estabelecidos na RAS.

(d.2) Monitoramento, Controle e Mitigação

Na etapa de monitoramento e reporte são realizadas análises de aderência dos modelos de escoragem de crédito por meio de técnicas estatísticas de validação a fim de verificar se os modelos permanecem atribuindo corretamente a probabilidade de cada cliente ficar inadimplente com base nas características cadastrais e hábitos de pagamento. Além disso, é realizado acompanhamento do montante de exposição ao risco de crédito, com segmentações definidas pelo Bacen e pelo próprio Banrisul, assim como dos impactos de legislações e/ou políticas adotadas. Por fim, são realizados Testes de Estresse da carteira de crédito, com o objetivo de estimar o capital exigido e o impacto em Índices de Capital.

O monitoramento, por meio de ferramentas de gestão da carteira de crédito, está diretamente relacionado ao controle e à mitigação do risco de crédito, pois a partir dele se verificam comportamentos passíveis de intervenção. O controle do risco de crédito engloba, fundamentalmente, os seguintes procedimentos:

- A exposição ao risco de crédito é administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado;
- A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial; e
- Os níveis de risco que o Banrisul assume são estruturados a partir da definição de limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores, a segmentos da indústria, entre outros. As concentrações são observadas, periodicamente, e sujeitas a revisões. Quando necessário, os limites sobre o nível de risco de crédito são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(d.3) Políticas de Provisionamento

A provisão para perda esperada é reconhecida, para fins de elaboração de relatórios financeiros, por meio de modelagens estatísticas, observando os critérios definidos nas normas vigentes, sendo apurada mensalmente para toda a carteira de ativos financeiros passíveis de cálculo.

(d.4) Exposição Máxima ao Risco de Crédito antes de Garantias ou de Outros Mitigadores

A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no Balanço Patrimonial, assim como a exposição ao risco de crédito relativo a itens não registrados no Balanço Patrimonial é a seguinte:

	30/09/2026	31/12/2025
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	**144.803.616**	**136.732.163**

Depósitos Compulsórios no Banco Central	16.142.890	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.590.120	4.024.531
Títulos e Valores Mobiliários	52.361.379	45.848.445
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	66.162.574	65.061.559
Outros Ativos Financeiros	6.546.653	5.936.592
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	**24.312.779**	**21.937.981**
Títulos e Valores Mobiliários	24.312.779	21.937.981
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	**865.743**	**1.659.087**
Títulos e Valores Mobiliários	859.804	1.558.847
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.939	100.240
Off Balance	**27.447.571**	**21.513.417**
Garantias Financeiras	737.995	648.413
Crédito Imobiliário	222.366	359.516
Cheque Especial	6.626.279	4.745.864
Cartão de Crédito	5.179.812	4.569.958
Limites Pré-Datados Eletrônicos – Banricompras	6.265.610	5.869.970
Limites Pré-Aprovados Parcelados – Crédito 1 Minuto	7.388.348	4.981.121
Outros Limites Pré-Aprovados	1.027.161	338.575
Total	**197.429.709**	**181.842.648**

(d.5) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, segregadas por estágios, são apresentadas a seguir:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão
Pessoa Física	**43.124.139**	**578.065**	**638.084**	**144.992**	**3.420.732**	**1.982.575**	**47.182.955**	**2.705.632**
Cartão de Crédito	2.345.955	20.755	40.373	20.943	373.103	257.243	2.759.431	298.941
Crédito Consignado	16.832.448	115.000	190.888	27.778	1.199.065	638.536	18.222.401	781.314
Crédito Pessoal	2.953.056	44.591	85.035	18.181	441.620	245.913	3.479.711	308.685
Crédito Imobiliário	5.379.960	27.013	7.550	3.224	78.911	44.834	5.466.421	75.071
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	12.714.839	223.073	177.829	39.173	586.347	294.870	13.479.015	557.116
Outros	2.897.881	147.633	136.409	35.693	741.686	501.179	3.775.976	684.505
Pessoa Jurídica	**17.575.778**	**247.077**	**195.594**	**38.603**	**1.208.247**	**688.985**	**18.979.619**	**974.665**
Operações de Câmbio	3.223.045	9.572	1.391	34	64.898	5.129	3.289.334	14.735
Capital de Giro	6.926.741	65.878	36.986	9.542	369.593	219.755	7.333.320	295.175
Conta Empresarial/Garantida	2.389.279	81.400	80.362	13.612	264.814	160.689	2.734.455	255.701
Crédito Imobiliário	887.377	10.624	21.799	3.547	-	-	909.176	14.171
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	2.123.866	42.821	18.912	3.804	110.221	75.972	2.252.999	122.597
Outros	2.025.470	36.782	36.144	8.064	398.721	227.440	2.460.335	272.286
Total em 30/09/2026	**60.699.917**	**825.142**	**833.678**	**183.595**	**4.628.979**	**2.671.560**	**66.162.574**	**3.680.297**
Total em 31/12/2025	**60.448.440**	**901.558**	**636.713**	**137.593**	**3.976.406**	**2.386.194**	**65.061.559**	**3.425.345**

Estágio 1: são classificadas no estágio 1 as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias. Para as carteiras de crédito Imobiliário e Rural são contempladas operações não vencidas a mais de 60 dias.

	30/09/2026	31/12/2025
Não vencidos	58.824.425	59.031.301
Vencidos em até 30 dias	1.786.535	1.417.139
Vencidos de 31 a 60 dias	88.957	-
Total	**60.699.917**	**60.448.440**

	30/09/2026	31/12/2025
Avaliação Coletiva	60.582.697	60.424.048
Avaliação Individual	117.220	24.392
Total	**60.699.917**	**60.448.440**

Estágio 2: são classificadas no estágio 2 as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que possuem atraso de 30 a 90 dias e/ou apresentam aumento significativo no risco de crédito. Para as carteiras de crédito Imobiliário e Rural são contempladas operações com atraso de 60 a 90 dias.

	30/09/2026	31/12/2025
Não Vencidos	282.646	201.934
Vencidos em até 30 dias	19.177	16.124
Vencidos de 31 a 60 dias	218.991	274.189
Vencidos de 61 a 90 dias	312.864	144.466
Total	**833.678**	**636.713**

	30/09/2026	31/12/2025
Avaliação Coletiva	833.331	635.217
Avaliação Individual	347	1.496
Total	**833.678**	**636.713**

Estágio 3: são classificadas no estágio 3 as operações que possuem atraso superior a 90 dias e/ou apresentam evidências de deterioração na qualidade do crédito.

	30/09/2026	31/12/2025
Não Vencidos	1.160.139	940.201
Vencidos em até 30 dias	112.789	116.713
Vencidos de 31 a 60 dias	90.203	83.310
Vencidos de 61 a 90 dias	131.040	118.222
Vencidos a mais de 90 dias	3.134.808	2.717.960
Total	**4.628.979**	**3.976.406**

	30/09/2026	31/12/2025
Avaliação Coletiva	4.319.065	3.537.021
Avaliação Individual	309.914	439.385
Total	**4.628.979**	**3.976.406**

Análise de Concentração dos Clientes Individualmente Significativos: a análise de concentração apresentada a seguir está baseada no saldo total da carteira dos clientes considerados individualmente significantes no valor de R$427.481 (31/12/2025 – R$465.273), excluídas operações adquiridas pelo Banrisul junto a outras instituições financeiras.

Clientes Individualmente Significativos (%)	30/09/2026	31/12/2025
Maior Devedor	16,48	22,84
Cinco Maiores Devedores	54,92	54,90
Dez Maiores Devedores	78,38	78,45
Vinte Maiores Devedores	100,00	98,98

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro Renegociadas e Reestruturadas: as atividades de renegociação comumente utilizadas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro e praticadas pelo Banrisul são compostas por extensão nos prazos de pagamentos e repactuação de taxas previamente acordadas.

As políticas e práticas para aceitação de renegociações são baseadas em indicadores ou critérios previamente definidos e que, no entendimento da Administração, indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser realizados.

O total dos instrumentos renegociados, incluindo reestruturados, ao final do período de reporte totalizaram R$1.234.235 (01/01 a 30/09/2025 – R$1.223.669). Não estão contempladas operações com característica de operação de crédito da controlada Banrisul Pagamentos.

(d.6) Retomada de Bens Dados em Garantias

Os bens mantidos para venda são registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda desses bens contempla a realização de licitações/leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado. Os bens retomados (móveis, imóveis, etc.) ao final do período de reporte totalizaram R$104.163 (01/01 a 30/09/2025 – R$75.744).

(e) Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul está exposto ao risco de mercado decorrente da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banrisul. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação, e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul gerencia o risco de mercado de acordo com as melhores práticas de mercado. Conforme a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, o Banrisul estabelece limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A identificação das operações que estão sujeitas ao risco de mercado é realizada por meio de processos operacionais, considerando as linhas de negócios do Banrisul, os fatores de riscos das operações, os valores contratados e os respectivos prazos, bem como a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação.

Carteira de Negociação (*Trading Book*): compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

Carteira de Não Negociação ou Carteira Bancária (*Banking Book*): compreende todas as operações do Banrisul não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda.

Comunicação Interna: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado, periodicamente, aos membros da Administração o Relatório de Risco de Mercado (*Trading*) e o Relatório de Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (*Banking*)e, ao Comitê de Gestão de Risco, relatórios produzidos para o acompanhamento das exposições a risco do Banrisul. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e a Política de Gerenciamento do Risco de Taxas de Juros na Carteira Bancária, são propostas ao Conselho de Administração, a quem cabe a sua aprovação. Também são produzidos *dashboards* para a Carteira de Negociação e para a Carteira de Não Negociação (IRRBB) com os principais elementos determinantes de cada risco, como descasamentos entre ativos e passivos e principais determinantes das flutuações de resultados.

Comunicação Externa: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado, conforme Resolução CMN nº 4.557/17, a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual. No seguinte endereço são disponibilizadas a Estrutura de Gestão de Gerenciamento de Risco de Mercado (*Trading*) e a Estrutura de Gestão de Gerenciamento do Risco de Taxas de Juros na Carteira Bancária (*Banking*) além do Relatório de Gerenciamento de Riscos: https://ri.banrisul.com.br/.

(e.1) Metodologias de Apuração do Risco de Mercado e do Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul monitora o risco de mercado (carteira de negociação) e o risco de taxas de juros (carteira de não negociação) através das metodologias padronizadas do Bacen, entre outras abordagens complementares à gestão de riscos do Banrisul:

Marcação a Mercado: em casos excepcionais, por definição regulatória, se as atribuições de marcação a mercado – que são atribuições de primeira linha (especialmente *middle*/*backoffice*) – não estiverem sendo observadas, será realizado o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos utilizando-se os preços e taxas capturados na ANBIMA e na B3. A partir destes preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* (ano em 252 dias úteis) para a obtenção das taxas de juros nos prazos das operações, intermediários aos vértices apresentados.

Valor em Risco (VaR) e *Maturity Ladder*: o Banrisul utiliza metodologias padronizadas para o cálculo de alocação de capital das parcelas de risco de mercado (Pjur1, Pjur2, Pjur3, Pjur4, Pacs e Pcam) para a carteira *Trading Book*. Para operações prefixadas (Pjur1), utiliza-se o VaR conforme definido na Circular Bacen nº 3.634/13. O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual por mudanças adversas nas condições do mercado. O modelo expressa o valor máximo que o Banrisul pode perder, levando-se em conta um nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas pelos métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. Nas operações referenciadas em cupom de moedas (Pjur2), índice de preços (Pjur3), taxa de juros (Pjur4), carteira de ações (Pacs) e carteira de câmbio (Pcam), a métrica utilizada é a *Maturity Ladder*, que se baseia no conceito de *duration*, estabelecendo uma relação entre o quanto altera-se o preço de um título ao se variar a taxa do seu respectivo cupom, conforme definido nas Circulares Bacen nº 3.635/13, 3.636/13, 3.637/13, 3.638/13 e 3.641/13.

Valor Econômico (EVE): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira *Banking Book* do Banrisul. A variação do EVE (ΔEVE) é definida como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O ΔEVE é o valor econômico da carteira *Banking Book* e sua capacidade de solvência, sendo obtido através do cálculo de valor presente das parcelas e calculado utilizando curvas futuras de taxas juros. Às curvas futuras, também chamadas de estrutura a termo de taxa de juros, são aplicados choques para se verificar a sensibilidade da carteira a mudanças de taxas e a variação de valor econômico. A sensibilidade do valor patrimonial mede o risco dos juros no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NII): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária do Banrisul. A variação do NII (ΔNII) é definido como diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. É a variação do resultado da intermediação financeira na carteira *Banking Book* (receitas/despesas), considerado o cenário base e cenários de alta e baixa de taxa de juros. Observa intervalo de 1 ano. A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros. O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curvatura das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Perdas e Ganhos Embutidos (PGE): o cálculo das perdas e ganhos embutidos é realizado conforme determina o modelo padrão adotado pelo Banrisul. O cálculo das perdas e ganhos embutidos é uma métrica que compara o EVE no cenário normal versus o contábil, comparando o valor presente das carteiras com o contábil. Quando o valor presente de um ativo é maior que seu saldo contábil ou quando o valor presente de um passivo é menor que seu saldo contábil, computa-se um ganho a realizar através dessa métrica. Quando o valor presente de um ativo é menor ou o valor presente de um passivo é maior, computa-se uma perda a realizar.

Risco de *Spread* (*Credit Spread Risk on the Banking Book* – CSRBB): é um dos quatro escopos do risco de taxa de juros na carteira de *Banking Book* (IRRBB). Desta forma, este reporte observa a definição posta pelo regulador na Circular Bacen nº 3.876/18, que define o CSRBB como a possibilidade de ocorrência de perdas

associadas à variação de taxas de juros requeridas pelo mercado que excedam a taxa livre de risco para instrumentos sujeitos ao risco de crédito classificados na carteira *Banking Book*.

Análise de Sensibilidade do Risco de Mercado: a análise de sensibilidade é realizada trimestralmente ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico para cada fator de risco, com o objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes cenários: 1% (cenário 1), 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3), nas curvas de juros prefixados, em moedas estrangeiras e ações, tendo como base as informações de mercado da B3, da ANBIMA e da cotação do dia do dólar norte-americano PTAX Venda – Bacen. A metodologia de análise de cenários permite avaliar ao longo de um período determinado o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital do Banrisul, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Testes de Estresse na Carteira de Negociação (Risco de Mercado): os cenários desenvolvidos internamente para o risco de mercado no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo calcular e projetar as exposições para o risco de câmbio (Pcam), para o risco do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) e para as exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas (Pjur1), considerando as operações atuais do Banrisul. As projeções das exposições são realizadas como segue:

- Para exposições em taxas de juros prefixadas (Pjur1) por variações da taxa CDI; e
- Para exposição em câmbio (Pcam) e do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) é utilizada a flutuação cambial.

Testes de Estresse na Carteira de Não Negociação (Risco de Taxas de Juros): os cenários desenvolvidos internamente no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo projetar os fluxos e calcular o risco de taxas de juros da carteira *Banking Book* (IRRBB), em seu modelo padronizado, a partir das operações atuais do Banrisul. São consideradas as flutuações dos cenários macroeconômicos sobre os estoques existentes na data referência do teste. A partir deles, evoluem-se as operações pós-fixadas e efetua-se a variação para o cenário estressado de paralelo de alta (cenário que apresenta maior perda histórica), utilizando o ΔNII (principal métrica para determinação de suficiência de Patrimônio de Referência (PR) para este risco). As metodologias e procedimentos adotados para elaboração dos testes de estresse para o IRRBB estão descritos em manuais internos da área de gestão de riscos corporativos.

A seguir, apresenta-se a tabela com o resultado da análise de sensibilidade para a Carteira *Trading*:

Cenários		Fator de Risco	Total em 30/09/2026
		Moeda Estrangeira	
1	1%	4.025	**4.025**
2	25%	48.667	**48.667**
3	50%	95.168	**95.168**

A tabela acima apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos. Para a elaboração dos cenários que compõem a tabela de análises de sensibilidade foi levado em consideração as seguintes condições e fator de risco na data de reporte:

- Cenário 1 – situação provável: foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 2 – situação possível: foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 3 – situação remota: foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado; e
- Moeda Estrangeira: exposições sujeitas à variação cambial.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R$5,1809 de 30/09/2026 (PTAX Venda – Bacen). As análises de sensibilidade acima identificadas não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Em 30/09/2026, o Teste de Sensibilidade da Carteira *Trading Book* evidencia exposição integral ao fator de risco “Moeda Estrangeira”, responsável por 100% das perdas estimadas nos três cenários. As perdas apuradas

correspondem a R$4.025, R$48.667 e R$95.168 nos Cenários 1, 2 e 3, respectivamente, sendo a maior perda observada no Cenário 3.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos: em janeiro de 2026, o Banrisul procedeu à liquidação antecipada da dívida subordinada (*Tier* 2), emitida em janeiro de 2021 no valor total de US$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), mediante o exercício da opção de recompra integral a partir do 5ºano. Concomitantemente, foram liquidadas as operações de *swap* associadas à referida captação. Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de Contratos Futuros de DI, todos os contratos foram integralmente liquidados em janeiro de 2026.

(e.2) Resumo da Carteira de Negociação e de Não Negociação

A tabela a seguir demonstra o resultado da carteira *Trading Book*:

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	7
Total		**7**

A tabela a seguir demonstra o resultado do ΔNII da carteira *Banking Book*, que apresenta a potencial perda dos instrumentos classificados decorrente de cenários de variação das taxas de juros classificados nessa carteira (cenário 2 – paralelo de baixa nas taxas de juros).

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Não Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	1.151.825
Cupom Índice	Taxa de Longo Prazo (TLP)	118
Cupom de Moedas	Dólar EEUU	7.052
	Euro	531
	Libra Esterlina	15
Cupom de Taxas	Taxa de Referência (TR)	78.855
	Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	(36)
DI	Certificado de Depósito Interbancário (CDI)	2.861.187
Selic	Selic	(3.786.580)
Total		**312.967**

(e.3) Exposições Sujeitas ao Risco de Câmbio

O Banrisul está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente por meio da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. A política institucional do Banrisul para o risco define que o consumo de capital para este risco deverá ser administrado de maneira a manter sua exposição no limite inferior a 3,55% do seu Patrimônio de Referência (PR). A exposição apresentada na data de reporte foi de R$199.003 (31/12/2025 – R$433.245). O consumo de capital apresentado no mesmo período foi de R$44.247 (31/12/2025 – R$99.224).

O Banrisul está aderente às novas determinações do Bacen e apura o montante dos ativos ponderados pelo risco RWA_{CAM}, sendo verificado na data de reporte o valor de R$553.084 (31/12/2025 – R$1.233.060).

(e.4) Exposições Sujeitas ao Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banrisul se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. A Diretoria e o Conselho de Administração do Banrisul aprovam anualmente limites propostos sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido pelo Banrisul.

A tabela a seguir resume a exposição do Banrisul ao risco das taxas de juros, considerando os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

	Circulante		Não Circulante			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 30/09/2026	Total em 31/12/2025
Ativos Financeiros	**26.693.632**	**31.593.611**	**89.652.017**	**21.989.214**	**169.928.474**	**159.771.600**
Ao Custo Amortizado	26.316.430	31.031.264	65.419.025	21.983.233	144.749.952	136.174.532
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	16.089.226	-	-	-	16.089.226	15.303.405
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	899.985	2.115.808	574.327	-	3.590.120	4.024.531
Títulos e Valores Mobiliários	32.164	9.269.651	31.236.280	11.823.284	52.361.379	45.848.445
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	9.295.055	15.565.308	31.142.262	10.159.949	66.162.574	65.061.559
Outros Ativos Financeiros	-	4.080.497	2.466.156	-	6.546.653	5.936.592
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	79.787	-	24.232.992	-	24.312.779	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	79.787	-	24.232.992	-	24.312.779	21.937.981
Ao Valor Justo por meio do Resultado	297.415	562.347	-	5.981	865.743	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	291.476	562.347	-	5.981	859.804	1.558.847
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.939	-	-	-	5.939	100.240
Passivos Financeiros	**52.332.465**	**22.713.543**	**60.355.522**	**19.029.384**	**154.430.914**	**143.116.413**
Ao Custo Amortizado	52.331.830	22.713.543	60.355.522	19.029.384	154.430.279	141.425.981
Depósitos	24.180.141	10.161.222	52.461.482	15.373.380	102.176.225	96.261.427
Captações no Mercado Aberto	26.517.040	-	-	-	26.517.040	22.819.656
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	974.978	4.282.001	4.507.677	255	9.764.911	7.739.376
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.706.785	2.706.785	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	479.455	1.759.098	680.992	9.005	2.928.550	2.806.928
Obrigações por Repasses	180.216	1.048.135	2.703.670	939.959	4.871.980	3.802.826
Outros Passivos Financeiros		5.463.087	1.701	-	5.464.788	5.582.728
Ao Valor Justo por meio do Resultado	635	-	-	-	635	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	635	-	-	-	635	1.027
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.689.405
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	**(25.638.833)**	**8.880.068**	**29.296.495**	**2.959.830**	**15.497.560**	**16.655.187**

(f) Risco de Liquidez

A definição de risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, esperados e inesperados, correntes e futuros, num horizonte de tempo definido; e na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

Para o efetivo gerenciamento do risco de liquidez, o Banrisul considera as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas. Exemplo disso são os serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas. Igualmente o risco de liquidez nas moedas às quais há exposição, observando eventuais restrições à transferência de liquidez e a conversibilidade entre as moedas. Ainda, são considerados possíveis impactos na liquidez do Banrisul decorrentes de fatores de risco associados às demais empresas do conglomerado prudencial.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela área de risco corporativo, que é responsável pelo monitoramento diário do risco de liquidez do Banrisul e por executar e atualizar, anualmente, a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, tanto em cenários normais como em cenários adversos, com a adoção de ações corretivas caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas do Banrisul sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também às necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada.

A gestão e o controle do risco de liquidez são realizados, diariamente, a partir da elaboração e reporte de relatórios com indicadores e as posições de risco, mensurados a partir de metodologias internas definidas na política de gerenciamento de riscos do Banrisul.

Mensalmente, é remetido ao Bacen as informações relativas à exposição ao risco de liquidez e, periodicamente são submetidos à Administração relatórios com as posições de risco de liquidez e de limites

estabelecidos em políticas, assim como projeções para a liquidez total a partir de modelos internos para o fluxo de caixa do Banrisul.

No âmbito de Contingência de Liquidez, o Banrisul tem como objetivo identificar, antecipadamente, e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Os processos de gestão do risco de liquidez estão em linha com as diretrizes da Política Institucional de Gestão do Risco de Liquidez e com a RAS do Banrisul, cujos documentos são revisados anualmente (ou em periodicidade menor, caso necessário) e propostos ao Conselho de Administração para aprovação.

(f.1) Fluxos de Caixa para Não Derivativos

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do Balanço Patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem disponibilidades e ativos financeiros.

	Circulante		Não Circulante			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 30/09/2026	Total em 31/12/2025
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	**55.462.593**	**23.259.240**	**61.905.255**	**19.430.709**	**160.057.797**	**149.585.389**
Ao Custo Amortizado	55.462.593	23.259.240	61.905.255	19.430.709	160.057.797	147.890.491
Depósitos	27.221.837	10.368.495	53.348.608	15.633.345	106.572.285	101.831.070
Captações no Mercado Aberto	26.533.119	-	-	-	26.533.119	22.832.490
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.026.680	4.509.071	4.746.715	269	10.282.735	8.074.815
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.706.785	2.706.785	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	481.376	1.768.267	737.350	18.380	3.005.373	2.882.675
Obrigações por Repasses	199.581	1.150.179	3.070.575	1.071.930	5.492.265	4.273.082
Outros Passivos Financeiros	-	5.463.228	2.007	-	5.465.235	5.583.319
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	-	-	-	-	1.694.898
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.694.898
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	**26.507.579**	**32.942.813**	**103.072.460**	**31.668.088**	**194.190.940**	**182.583.475**
Disponibilidades	1.154.012	-	-	-	1.154.012	1.298.124
Ativos Financeiros	25.353.567	32.942.813	103.072.460	31.668.088	193.036.928	181.285.351
Ao Custo Amortizado	24.982.304	32.380.466	78.839.468	31.662.107	167.864.345	157.788.523
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	79.787	-	24.232.992	-	24.312.779	21.937.981
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	291.476	562.347	-	5.981	859.804	1.558.847

(f.2) Itens Não Registrados no Balanço Patrimonial

O Banrisul disponibiliza ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados pelo Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado do Rio Grande do Sul ou os Municípios do mesmo Estado. Os valores à disposição do Estado do Rio Grande do Sul na data reporte somaram o montante de R$9.823.501 (31/12/2025 – R$9.823.501), conforme descrito na Nota 36a. No caso de resgates pelos depositantes em volumes superiores aos mantidos em Fundo de Reserva específico para garantir liquidez, o Estado do Rio Grande do Sul deve cobrir imediatamente as necessidades de caixa. Desde janeiro de 2018 não estão sendo transferidos novos valores ao Estado até a habilitação, conforme determina a legislação vigente.

(g) Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: na tabela a seguir, os valores dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo valor justo segregados conforme a hierarquia do valor justo.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total em 30/09/2026	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total em 31/12/2025
Ativos Financeiros	**25.098.041**	**77.387**	**3.094**	**25.178.521**	**23.434.760**	**160.932**	**1.376**	**23.597.068**
Ao Valor Justo por Meio de ORA	24.232.992	77.387	2.400	24.312.779	21.876.161	61.820	-	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	24.232.992	77.387	2.400	24.312.779	21.876.161	61.820	-	21.937.981
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	24.232.992	-	-	24.232.992	21.876.161	-	-	21.876.161
Cotas de Fundo de Investimento	-	55.418	-	55.418	-	39.851	-	39.851
Ações	-	-	2.400	2.400	-	-	-	-
Outros	-	21.969	-	21.969	-	21.969	-	21.969
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	865.049	-	694	865.742	1.558.599	99.112	1.376	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	859.110	-	694	859.804	1.557.471	-	1.376	1.558.847
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	568.328	-	-	568.328	361.623	-	-	361.623
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	-	999.446	-	-	999.446
Cotas de Fundo de Investimento	290.782	-	694	291.476	196.402	-	1.376	197.778
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.939	-	-	5.939	1.128	99.112	-	100.240
Passivos Financeiros	**635**	**-**	**-**	**635**	**1.027**	**1.689.405**	**-**	**1.690.432**
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	635	-	-	635	1.027	1.689.405	-	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	635	-	-	635	1.027	-	-	1.027
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.689.405	-	1.689.405

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: na tabela a seguir, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo custo amortizado.

	30/09/2026		31/12/2025	
	Valor Contábil	**Valor Justo**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Ativos ao Custo Amortizado	**144.803.616**	**142.597.805**	**136.732.163**	**133.778.096**
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	16.142.890	16.142.890	15.861.036	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.590.120	3.575.359	4.024.531	4.054.553
Títulos e Valores Mobiliários	52.361.379	52.452.989	45.848.445	45.927.869
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	66.162.574	63.879.914	65.061.559	61.998.046
Outros Ativos Financeiros	6.546.653	6.546.653	5.936.592	5.936.592
Passivos ao Custo Amortizado	**157.433.868**	**157.382.939**	**145.722.468**	**145.732.458**
Depósitos	105.179.814	105.049.296	100.557.914	100.511.721
Captações no Mercado Aberto	26.517.040	26.517.041	22.819.656	22.819.645
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	9.764.911	9.780.693	7.739.376	7.731.765
Letras Financeiras Subordinadas	2.706.785	2.770.591	2.413.040	2.476.845
Obrigações por Empréstimos	2.928.550	2.928.550	2.806.928	2.806.928
Obrigações por Repasses	4.871.980	4.871.980	3.802.826	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	5.464.788	5.464.788	5.582.728	5.582.728

- **Títulos e Valores Mobiliários:** o valor justo tem base em preços de mercado ou em cotações de corretoras ou operadoras. Quando essas informações não estão disponíveis, o valor justo é estimado utilizando-se preços cotados no mercado para títulos com características de crédito, vencimento e rentabilidade similares.
- **Créditos com Característica de Operações de Crédito:** o valor representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado acrescidas da taxa de risco da contraparte para determinar seu valor justo.
- **Passivos Financeiros:** o valor justo estimado dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, é o valor repagável à vista. O valor justo estimado dos depósitos com taxas pré e pós-fixadas e outros empréstimos sem cotação no mercado ativo baseia-se em fluxos de caixa não descontados, utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos até o vencimento similares somadas à taxa de risco do Banrisul.
- **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** o valor justo é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa adotando taxas de desconto equivalentes às taxas médias ponderadas das contratações ou negociações similares mais recentes de títulos com característica semelhantes.
- **Captações no Mercado Aberto:** para as operações com taxas prefixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.
- **Obrigações por Empréstimos e Obrigações por Repasses:** tais operações são exclusivas do Banrisul, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.

- **Demais Instrumentos Financeiros:** o valor justo é, aproximadamente, equivalente ao correspondente valor contábil.

(h) Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do risco operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto, conforme mostra a tabela:

Fase da Gestão de Risco Operacional	Atividade
Identificação do Risco	A identificação dos riscos operacionais visa indicar as áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros dos riscos associados aos processos, produtos e serviços a que as empresas controladas pelo Banrisul estão expostas.
Mensuração e Avaliação do Risco	A avaliação consiste na quantificação do risco, levando à consequente mensuração do seu nível de criticidade de acordo com os parâmetros previamente estabelecidos, com o objetivo de estimar o impacto de sua eventual ocorrência nos negócios da instituição.
Monitoramento	O monitoramento tem por objetivo acompanhar a exposição aos riscos operacionais identificados, antecipando situações críticas, de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento das instâncias decisórias tempestivamente.
Controle	Controle compreende o registro do comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos, de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	A mitigação consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco, buscando reduzir as perdas operacionais por meio da eliminação da causa, alteração da probabilidade de ocorrência ou atenuação das consequências. Nesta fase, é solicitado ao gestor que determine a resposta ao risco, considerando todos os impactos.
Reporte	Consiste na elaboração de relatórios relacionados à gestão do risco operacional, conforme definido no Plano de Comunicação da Unidade de Riscos Corporativos.

Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Adicionalmente, por meio da Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), busca-se incentivar no Banrisul uma cultura de atenção para evitar ou mitigar os riscos materializados por um cenário de crise, por uma interrupção em seus processos de negócio críticos e essenciais ou por uma indisponibilidade prolongada, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como auxiliando os responsáveis da primeira linha de defesa. Visa, assim, assegurar a continuidade dos negócios e mitigar os riscos operacionais, fornecendo um nível de cobertura adequado e auxiliando nas decisões estratégicas.

Os resultados das análises realizadas e os registros da BDPO são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(i) Risco Social, Ambiental e Climático

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banrisul decorrentes de eventos relacionados à violação de direitos e garantias fundamentais, bem como a prática de atos lesivos ao interesse comum.

O risco ambiental corresponde à possibilidade de perdas para o Banrisul resultantes de eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático, por sua vez, compreende duas vertentes:

- Risco climático de transição: refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, caracterizada pela redução ou compensação das emissões de gases do efeito estufa e pela preservação dos mecanismos naturais de captura desses gases; e

- Risco climático físico: corresponde à possibilidade de perdas ocasionadas por eventos relacionados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo associadas a mudanças nos padrões climáticos.

O gerenciamento do risco social, ambiental e climático abrange produtos, serviços, atividades e processos internos do Banrisul, assim como as atividades desempenhadas por contrapartes, entidades controladas, fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes.

Os resultados das análises realizadas são reportados aos comitês deliberativos, em conformidade com a estrutura de governança estabelecida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(j) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando riscos aos quais o Banrisul está sujeito, bem como seus objetivos estratégicos.

A adoção das melhores práticas de mercado e a maximização da rentabilidade dos investidores é realizada a partir da melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital regulatório. O aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos nesse escopo.

A estrutura de gestão de capital do Banrisul é de responsabilidade do Conselho de Administração, que deve revisá-la anualmente e direcionar o alinhamento da estratégia corporativa com o RAS. O objetivo desta estrutura de gestão é assegurar que os riscos aos quais o Banrisul está sujeito sejam entendidos, gerenciados e comunicados, de modo que o capital do Banrisul seja gerido da melhor forma possível.

Os riscos relevantes para o Banrisul são divididos entre os riscos sujeitos aos cálculos de requerimento de capital, ou Riscos de Pilar 1, e os demais riscos considerados relevantes.

Os Riscos de Pilar 1 são aqueles cuja necessidade de apuração é determinada pelo Bacen com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital das instituições financeiras. Estes riscos são: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. A exigência mínima de capital para estes riscos busca proporcionar solidez às instituições financeiras. O Banrisul adota o modelo padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco (*Risk Waited Assets – RWA*), que prevê metodologias de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de crédito, de mercado e operacional, definidas pelo Bacen.

Cada um dos riscos mencionados é calculado e gerenciado em consonância com sua respectiva Estrutura e a sua consolidação faz parte da Estrutura de Gestão de Capital. O RWA é base para apuração dos limites mínimos de Capital Principal (CP), Capital de Nível 1 (CN1) e do Patrimônio de Referência (PR), que têm seus percentuais definidos em cronograma divulgado pelo Bacen.

Além dos riscos que são apurados no Pilar 1, a Resolução CMN nº 4.557/17 determina que a estrutura de gerenciamento deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de liquidez, IRRBB, social, ambiental e climático e demais riscos relevantes considerados pelo Banrisul.

A Razão de Alavancagem (RA) é outro indicador exigido pelo Bacen, o qual objetiva balizar a alavancagem do setor bancário, aperfeiçoando a capacidade das instituições financeiras em absorver choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, resultando em um ambiente de estabilidade financeira. Este indicador é o resultado da divisão do CN1 do PR pela Exposição Total, calculados conforme regulamentação vigente.

A Resolução CMN nº 4.615/17 determina que as instituições enquadradas no Segmento S1 e no Segmento S2 do Bacen devem cumprir, permanentemente, um requerimento mínimo de 3% para a RA. Neste caso, quanto maior o índice, melhores as condições da instituição em termos de alavancagem. A RA calculada para o Banrisul na data de reporte foi de 5,14%.

O Banrisul avalia e monitora a sua suficiência e necessidade de capital com o objetivo de manter o seu volume de capital compatível com os riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial. Neste sentido, sobre o valor apurado para o total do RWA, são calculados os Capitais Mínimos Exigidos, e confrontados com os valores de CP, de CN1 e PR, projetados e realizados, considerando também os adicionais de capital, apurados para o mesmo período. Comparando-se os Índices de Capital exigidos com os calculados para o Banrisul são apuradas as margens para os três níveis de capital, e em relação ao IRRBB e ao Adicional de Capital Principal. Após esta apuração é realizada a avaliação da Suficiência de Capital para cada nível:

- Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido;
- Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível 1 Requerido;
- Margem sobre o Capital Principal Requerido;
- Margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP;
- Margem de Capital Principal Após Pilar 1 considerando o ACP; e
- Margem Após Pilar 2.

Caso a avaliação da necessidade de capital calculada pela instituição financeira aponte para um valor acima dos requerimentos mínimos de PR, CN1 e CP, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

Os requisitos de capital impostos pela regulamentação em vigor visam manter a solidez das instituições financeiras e do Sistema Financeiro Nacional. O Banrisul busca organizar os elementos exigidos pela regulação de forma que atuem na busca da otimização da sua gestão. Entre os componentes da Gestão de Capital da Instituição, podem ser destacados os definidos a seguir:

A Estrutura e a Política Institucional de Gestão de Capital são os pilares organizadores da gestão de capital. A estrutura determina os seus principais componentes e as suas responsabilidades gerais e a política organiza e delimita as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Respeitando os normativos existentes, tanto a estrutura quanto a política são revisadas anualmente, sendo que um resumo da primeira é publicado no site de Relações com Investidores do Banrisul.

A RAS, introduzida pela Resolução CMN nº 4.557/17, define os níveis de apetite por riscos do Banrisul e do Conglomerado Prudencial. O apetite por riscos da instituição é o nível máximo de risco ao qual ela está disposta a aceitar, dentro de sua capacidade produtiva, para alcançar os objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios. A capacidade de assunção de riscos do Banrisul é baseada nos níveis dos seus recursos disponíveis, como por exemplo, capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas de informação e na capacidade de gestão de seus administradores. A principal função da RAS está baseada no apoio à formulação dos objetivos e estratégias de negócios e de gestão de riscos e na identificação e direcionamento estratégico quanto aos riscos aceitáveis para o Banrisul em relação aos objetivos definidos para o seu capital.

O Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital ($ICAAP_{SIMP}$) também foi introduzido pela Resolução CMN nº 4.557/17, para as instituições enquadradas no segmento S2. Este processo compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. Para isso são realizadas projeções para um horizonte de três anos, considerando as definições dispostas na estratégia corporativa, bem como na Declaração de Apetite por Riscos da Instituição. O processo do $ICAAP_{SIMP}$, além de considerar o Plano de Capital e todos os elementos nele avaliados (conforme descrito abaixo) também considera os resultados do programa de teste de estresse.

O Plano de Capital, elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/17, abrange as empresas do Conglomerado Prudencial e considera os possíveis impactos das empresas do Grupo Banrisul que são controladas por integrantes do conglomerado. O Plano de Capital é elaborado para um horizonte de três anos, prevê metas e projeções e descreve as principais fontes de capital, além de estar alinhado ao planejamento estratégico do Banrisul. O Plano de Capital é fundamentado nas estratégias definidas pelo Conselho de Administração, considerando o ambiente econômico e de negócios, os valores de ativos e passivos, as operações *off balance*, as receitas e despesas, as metas de crescimento e participação no mercado e, especialmente, as definições da RAS.

O Programa de Testes de Estresse (PTE), definido a partir da Resolução CMN nº 4.557/17, é um conjunto coordenado de processos e rotinas, com metodologias, documentação e governança próprias, e seu objetivo

principal é identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. O teste de estresse em si é um exercício de avaliação dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em uma carteira específica. Os testes de estresse fornecem uma indicação do nível apropriado de capital necessário para suportar as condições econômicas em deterioração. No âmbito da Estrutura de Gestão de Capital, é uma ferramenta que complementa outras abordagens e medidas de gerenciamento de risco, fornecendo insumos, no mínimo, para o Planejamento Estratégico, para a RAS, para o $ICAAP_{SIMP}$ e para o Plano de Capital.

O monitoramento e reporte dos requisitos de capital são realizados por meio de relatórios gerenciais que contêm referências tanto quantitativas quanto qualitativas para um determinado período, permitindo avaliação e a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. Esses relatórios são elaborados para reporte dos elementos da Gestão de Capital, que contemplam as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante do RWA e do PR, à análise de adequação e o monitoramento das projeções do Plano de Capital e da RAS. O monitoramento inclui também os limites mínimos exigidos pelo regulador, os limites mínimos definidos para o Banrisul e os limites para manutenção de instrumentos elegíveis à capital.

Outros relatórios tempestivos podem ser necessários ou demandados pelos integrantes da estrutura de capital, que podem versar sobre eventuais deficiências identificadas na própria estrutura de gestão, ou nos seus componentes, e ações para corrigi-las; a adequação dos níveis do PR, do CN1 e do CP aos riscos incorridos pelo Banrisul; e demais assuntos pertinentes. Todos os relatórios são enviados aos órgãos de governança definidos na Estrutura Institucional de Gestão de Capital para apreciação.

Considerando-se o período reportado, o Banrisul atendeu a todos os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

(k) Índices de Capital

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.950/21, e é composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; Banrisul S.A. Administradora de Consórcios; Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio; e Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial, bem como as participações em cotas de fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme disposto na regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência (PR), dos ativos ponderados pelo risco (RWAs) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial (IB):

Conglomerado Prudencial	30/09/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência (PR)	**11.988.059**	**14.405.845**
Nível 1	**9.281.274**	**10.303.400**
Capital Principal (CP)	**9.281.274**	**10.303.400**
Capital Social	8.701.859	8.301.859
Reserva de Capital, de Reavaliação e de Lucros	2.984.945	3.015.055
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	(7.246.783)	(138.414)
Ajustes Prudenciais	(2.422.979)	(994.100)
Ajuste Negativo decorrente da Constituição de Perdas Esperadas	79.333	119.000
Nível 2	**2.706.785**	**4.102.445**
Instrumentos Elegíveis ao Nível 2	2.706.785	4.102.445
RWA	**76.531.968**	**73.706.989**
RWA_{CPAD} (Risco de Crédito)	63.056.690	60.974.294
RWA_{SP} (Serviços de Pagamento)	1.026.765	1.078.089
RWA_{MPAD} (Risco de Mercado)	553.170	1.240.814
RWA_{JUR1} (Risco de Juros)	86	1.015
RWA_{CAM} (Risco de Taxa de Câmbio)	553.084	1.233.060
RWA_{CVA} (Risco de Avaliação Creditícia da Contraparte)	-	6.739
RWA_{OPAD} (Risco Operacional)	11.895.343	10.413.792
Carteira *Banking* (IRRBB)	**312.731**	**348.158**
Margem sobre o PR considerando Carteira *Banking* após o Adicional de Capital Principal	3.639.472	4.884.300
Índices de Capital		
Índice de Basileia	15,66%	19,54%
Índice de Nível 1	12,12%	13,98%
Índice de Capital Principal	12,12%	13,98%
Índice de Imobilização	13,17%	10,20%
Razão de Alavancagem	5,14%	6,08%

Conforme a regulamentação em vigor, o IB representa a relação entre o PR e os RWAs, demonstrando a solvência da empresa. Conforme resolução CMN nº 4.958/21, nesse período de reporte, estavam previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o IB; 6,00% para o índice de Nível 1; e 4,50% para o índice de Capital Principal. O Adicional de Capital Principal (ACP) exigido nesse período foi de 2,50%, totalizando 10,50% para o IB; 8,50% para o índice de Nível 1; e 7,00% para o índice de Capital Principal.

O PR do Banrisul alcançou na data de reporte R$ 11.988.059, apresentando uma redução de R$2.417.786 frente a dezembro de 2025.

A Circular Bacen nº 3.876/18 determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros da carteira bancária é calculada através da variação do valor econômico (*Variation of Economic Value of* Equity – ΔEVE) e da variação do resultado da intermediação financeira (*Variation of Net Interest Income* – ΔNII).

Neste contexto, o IRRBB calculado na data de reporte foi de R$312.731.

Para o Cálculo da Margem do PR considerando o IRRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, Fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira, e o ACP mínimo requerido pelo Bacen (2,50% a partir de abril de 2022).

O IB foi de 15,66% na data de reporte, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. Os Índices de Nível 1 e de Capital Principal foram de 12,12% na mesma data.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul cumpre todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor de caixa e equivalentes a caixa está assim representado:

	30/09/2026	31/12/2025
Disponibilidades	1.154.012	1.298.124
Disponibilidades em Moeda Nacional	978.294	984.008
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	175.718	314.116
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez [1]	899.985	1.900.000
Aplicações no Mercado Aberto	899.985	1.900.000
Títulos e Valores Mobiliários	268.577	177.138
Cotas de Fundos de Investimento	268.577	177.138
Depósitos Voluntários	300.000	-
Depósitos Voluntários no Banco Central do Brasil	300.000	-
Total	**2.622.574**	**3.375.262**

(1) Composto pelos títulos discriminados na Nota 8 com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

Tipo de Depósito	Forma de Remuneração	30/09/2026	31/12/2025
Depósitos à Vista	Não Remunerado	53.664	557.631
Depósitos de Poupança	Poupança	2.131.499	2.187.382
Depósitos a Prazo	Taxa Selic	13.351.925	12.322.718
Conta de Pagamento Instantâneo	Taxa Selic	305.802	462.737
Depósitos de Moeda Eletrônica	Taxa Selic	-	569
Outros Depósitos	Taxa Selic	300.000	329.999
Total		**16.142.890**	**15.861.036**

Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/09/2026	31/12/2025
Aplicações no Mercado Aberto	899.985	-	-	899.985	1.900.000
Revendas a Liquidar – Posição Bancada	899.985	-	-	899.985	1.900.000
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	899.985	-	-	899.985	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	-	1.900.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	2.115.808	574.288	2.690.096	2.124.499
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	2.115.808	574.288	2.690.096	2.124.499
Total em 30/09/2026	**899.985**	**2.115.808**	**574.288**	**3.590.081**	
Total em 31/12/2025	**2.517.526**	**882.955**	**624.018**		**4.024.499**

Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

									30/09/2026
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	-	9.201.406	10.192.530	20.301.498	11.822.322	51.517.756	-	51.517.756	51.602.961
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	9.188.694	10.192.530	20.301.498	11.822.322	51.505.044	-	51.505.044	51.590.428
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	12.712	-	-	-	12.712	-	12.712	12.533
Letras Financeiras (LF)	32.164	57.748	346.761	-	-	436.673	(99)	436.574	440.108
Debêntures	-	10.497	181.479	214.012	-	405.988	(24)	405.964	409.037
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	962	962	-	962	883
Total	**32.164**	**9.269.651**	**10.720.770**	**20.515.510**	**11.823.284**	**52.361.379**	**(123)**	**52.361.256**	**52.452.989**

									31/12/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	4.011.304	3.975.038	14.031.393	15.385.622	7.549.881	44.953.238	-	44.953.238	45.035.800
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.011.304	3.975.038	14.002.662	15.385.622	7.549.881	44.924.507	-	44.924.507	45.009.059
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	28.731	-	-	28.731	-	28.731	26.741
Letras Financeiras (LF)	101.062	74.695	294.122	22.231	-	492.110	(12)	492.098	486.523
Debêntures	-	-	67.186	127.916	206.798	401.900	(4)	401.896	404.461
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.197	1.197	-	1.197	1.085
Total	**4.112.366**	**4.049.733**	**14.392.701**	**15.535.769**	**7.757.876**	**45.848.445**	**(16)**	**45.848.429**	**45.927.869**

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado foram classificados em estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco. A carteira do Banrisul é composta, majoritariamente, por Títulos Públicos Federais, que possuem risco soberano.

Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

(a) Carteira de Crédito Segregada por Estágios

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	30/09/2026	31/12/2025
Pessoa Física	**43.124.139**	**638.084**	**3.420.732**	**47.182.955**	**48.511.967**
Cartão de Crédito	2.345.955	40.373	373.103	2.759.431	2.850.369
Crédito Consignado	16.832.448	190.888	1.199.065	18.222.401	19.492.623
Crédito Pessoal	2.953.056	85.035	441.620	3.479.711	3.031.526
Crédito Imobiliário	5.379.960	7.550	78.911	5.466.421	5.731.334
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	12.714.839	177.829	586.347	13.479.015	14.022.604
Outros	2.897.881	136.409	741.686	3.775.976	3.383.511
Pessoa Jurídica	**17.575.778**	**195.594**	**1.208.247**	**18.979.619**	**16.549.592**
Operações de Câmbio	3.223.045	1.391	64.898	3.289.334	2.854.208
Capital de Giro	6.926.741	36.986	369.593	7.333.320	5.268.046
Conta Empresarial/Garantida	2.389.279	80.362	264.814	2.734.455	2.570.841
Crédito Imobiliário	887.377	21.799	-	909.176	722.604
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	2.123.866	18.912	110.221	2.252.999	3.335.456
Outros	2.025.470	36.144	398.721	2.460.335	1.798.437
Total	**60.699.917**	**833.678**	**4.628.979**	**66.162.574**	**65.061.559**
(Provisão)	(825.142)	(183.595)	(2.671.560)	(3.680.297)	(3.425.345)
Total Líquido da Provisão em 30/09/2026	**59.874.775**	**650.083**	**1.957.419**	**62.482.277**	
Total Líquido da Provisão em 31/12/2025	**59.546.882**	**499.120**	**1.590.212**		**61.636.214**

(b) Carteira de Crédito Segregada por Vencimento de Parcelas

Prazo por Vencimento	30/09/2026	31/12/2025
Vencidas a partir de 1 dia	2.243.441	1.818.290
A vencer até 3 meses	9.298.809	8.927.595
A vencer de 3 a 12 meses	15.564.281	16.684.729
A vencer de 1 a 5 anos	28.896.765	28.127.274
A vencer acima de 5 anos	10.159.278	9.503.671
Total	**66.162.574**	**65.061.559**

(c) Concentração da Carteira de Crédito dos Maiores Tomadores

	30/09/2026		31/12/2025	
Concentração dos Maiores Tomadores [1]	**Total**	**% da Carteira**	**Total**	**% da Carteira**
Maior Devedor	328.686	0,50	305.941	0,47
10 Maiores Devedores	2.419.207	3,66	2.215.243	3,41
20 Maiores Devedores	3.668.201	5,55	3.373.835	5,19
50 Maiores Devedores	5.967.125	9,02	5.469.778	8,41
100 Maiores Devedores	7.890.907	11,93	7.358.885	11,32

(1) Não estão contempladas operações com característica de operação de crédito da controlada Banrisul Pagamentos.

(d) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito Segregadas por Estágios

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	*Write-Off*	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/09/2026
Pessoa Física	**654.932**	**(13.967)**	**(36.001)**	**24.486**	**62.231**	**-**	**(113.616)**	**578.065**
Cartão de Crédito	127.475	(455)	(3.840)	598	3.478	-	(106.501)	20.755
Crédito Consignado	104.873	(1.233)	(3.048)	4.498	7.347	-	2.563	115.000
Crédito Pessoal	35.792	(438)	(3.827)	4.171	4.245	-	4.648	44.591
Crédito Imobiliário	29.680	(193)	(1.249)	2.707	5.594	-	(9.526)	27.013
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	206.564	(7.501)	(7.714)	8.235	23.704	-	(215)	223.073
Outros	150.548	(4.147)	(16.323)	4.277	17.863	-	(4.585)	147.633
Pessoa Jurídica	**246.626**	**(5.802)**	**(35.898)**	**1.826**	**27.919**	**-**	**12.406**	**247.077**
Operações de Câmbio	12.179	(32)	(197)	179	-	-	(2.557)	9.572
Capital de Giro	37.183	(1.603)	(11.124)	397	19.862	-	21.163	65.878
Conta Empresarial/Garantida	92.351	(2.277)	(13.896)	217	711	-	4.294	81.400
Crédito Imobiliário	10.047	(657)	-	348	-	-	886	10.624
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	52.508	(290)	(1.945)	321	1.903	-	(9.676)	42.821
Outros	42.358	(943)	(8.736)	364	5.443	-	(1.704)	36.782
Total	**901.558**	**(19.769)**	**(71.899)**	**26.312**	**90.150**	**-**	**(101.210)**	**825.142**

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	*Write-Off*	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/09/2026
Pessoa Física	**107.574**	**(24.486)**	**(42.668)**	**13.967**	**5.870**	**-**	**84.735**	**144.992**
Cartão de Crédito	8.646	(598)	(4.703)	455	1.355	-	15.788	20.943
Crédito Consignado	22.343	(4.498)	(7.508)	1.233	685	-	15.523	27.778
Crédito Pessoal	18.304	(4.171)	(7.273)	438	224	-	10.659	18.181
Crédito Imobiliário	3.593	(2.707)	(658)	193	234	-	2.569	3.224
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	19.049	(8.235)	(4.549)	7.501	2.220	-	23.187	39.173
Outros	35.639	(4.277)	(17.977)	4.147	1.152	-	17.009	35.693
Pessoa Jurídica	**30.019**	**(1.826)**	**(21.572)**	**5.802**	**801**	**-**	**25.379**	**38.603**
Operações de Câmbio	241	(179)	-	32	-	-	(60)	34
Capital de Giro	5.234	(397)	(7.982)	1.603	377	-	10.707	9.542
Conta Empresarial/Garantida	5.506	(217)	(3.323)	2.277	71	-	9.298	13.612
Crédito Imobiliário	348	(348)	-	657	-	-	2.890	3.547
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	6.804	(321)	(1.458)	290	181	-	(1.692)	3.804
Outros	11.886	(364)	(8.809)	943	172	-	4.236	8.064
Total	**137.593**	**(26.312)**	**(64.240)**	**19.769**	**6.671**	**-**	**110.114**	**183.595**

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	*Write-Off*	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/09/2026
Pessoa Física	**1.707.917**	**(62.231)**	**(5.870)**	**36.001**	**42.668**	**(822.012)**	**1.086.102**	**1.982.575**
Cartão de Crédito	238.780	(3.478)	(1.355)	3.840	4.703	(125.723)	140.476	257.243
Crédito Consignado	570.572	(7.347)	(685)	3.048	7.508	(328.997)	394.437	638.536
Crédito Pessoal	213.773	(4.245)	(224)	3.827	7.273	(127.006)	152.515	245.913
Crédito Imobiliário	27.230	(5.594)	(234)	1.249	658	(1.800)	23.325	44.834
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	250.827	(23.704)	(2.220)	7.714	4.549	(100.081)	157.785	294.870
Outros	406.735	(17.863)	(1.152)	16.323	17.977	(138.405)	217.564	501.179
Pessoa Jurídica	**678.277**	**(27.919)**	**(801)**	**35.898**	**21.572**	**(277.603)**	**259.561**	**688.985**
Operações de Câmbio	6.766	-	-	197	-	-	(1.834)	5.129
Capital de Giro	114.257	(19.862)	(377)	11.124	7.982	(123.542)	230.173	219.755
Conta Empresarial/Garantida	113.894	(711)	(71)	13.896	3.323	(47.941)	78.299	160.689
Crédito Imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	238.999	(1.903)	(181)	1.945	1.458	(43.674)	(120.672)	75.972
Outros	204.361	(5.443)	(172)	8.736	8.809	(62.446)	73.595	227.440
Total	**2.386.194**	**(90.150)**	**(6.671)**	**71.899**	**64.240**	**(1.099.615)**	**1.345.663**	**2.671.560**

Consolidado dos Três Estágios	Saldo Inicial 31/12/2025	*Write-Off*	Constituição/(Reversão) [1]	Saldo Final 30/09/2026
Pessoa Física	**2.470.423**	**(822.012)**	**1.057.221**	**2.705.632**
Cartão de Crédito	374.901	(125.723)	49.763	298.941
Crédito Consignado	697.788	(328.997)	412.523	781.314
Crédito Pessoal	267.869	(127.006)	167.822	308.685
Crédito Imobiliário	60.503	(1.800)	16.368	75.071
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	476.440	(100.081)	180.757	557.116
Outros	592.922	(138.405)	229.988	684.505
Pessoa Jurídica	**954.922**	**(277.603)**	**297.346**	**974.665**
Operações de Câmbio	19.186	-	(4.451)	14.735
Capital de Giro	156.674	(123.542)	262.043	295.175
Conta Empresarial/Garantida	211.751	(47.941)	91.891	255.701
Crédito Imobiliário	10.395	-	3.776	14.171
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	298.311	(43.674)	(132.040)	122.597
Outros	258.605	(62.446)	76.127	272.286
Total	**3.425.345**	**(1.099.615)**	**1.354.567**	**3.680.297**

(1) Na Demonstração do Resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R$1.105.960 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixada como prejuízo no montante de R$248.612.

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2024	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	*Write-Off*	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/09/2025
Pessoa Física	**579.908**	**(11.593)**	**(36.875)**	**19.627**	**95.833**	**-**	**(42.982)**	**603.918**
Cartão de Crédito	100.441	(592)	(7.104)	-	2.226	-	25.931	120.902
Crédito Consignado	128.627	(722)	(3.749)	778	7.136	-	(25.983)	106.087
Crédito Pessoal	197.402	(472)	(3.087)	258	3.862	-	(163.971)	33.992
Crédito Imobiliário	36.473	(314)	(586)	12.230	19.351	-	(38.107)	29.047
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	66.373	(7.802)	(8.446)	4.911	9.041	-	107.557	171.634
Outros	50.592	(1.691)	(13.903)	1.450	54.217	-	51.591	142.256
Pessoa Jurídica	**333.618**	**(3.279)**	**(24.385)**	**3.087**	**102.556**	**-**	**(163.769)**	**247.828**
Operações de Câmbio	90.076	-	(202)	-	-	-	(79.896)	9.978
Capital de Giro	69.589	(199)	(2.109)	29	32.930	-	(68.567)	31.673
Conta Empresarial/Garantida	90.210	(910)	(10.096)	67	980	-	17.392	97.643
Crédito Imobiliário	156	(138)	-	-	-	-	9.909	9.927
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	40.107	(1.528)	(9.375)	2.572	9.321	-	17.987	59.084
Outros	43.480	(504)	(2.603)	419	59.325	-	(60.594)	39.523
Total	**913.526**	**(14.872)**	**(61.260)**	**22.714**	**198.389**	**-**	**(206.751)**	**851.746**

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	*Write-Off*	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/09/2025
Pessoa Física	**233.931**	**(19.627)**	**(32.614)**	**11.593**	**2.673**	**-**	**(64.474)**	**131.482**
Cartão de Crédito	7.780	-	(1)	592	580	-	285	9.236
Crédito Consignado	106.155	(778)	(2.347)	722	195	-	(82.387)	21.560
Crédito Pessoal	20.696	(258)	(3.463)	472	112	-	2.123	19.682
Crédito Imobiliário	908	(12.230)	(2.815)	314	961	-	25.286	12.424
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	45.670	(4.911)	(15.052)	7.802	40	-	(1.829)	31.720
Outros	52.722	(1.450)	(8.936)	1.691	785	-	(7.952)	36.860
Pessoa Jurídica	**380.254**	**(3.087)**	**(6.678)**	**3.279**	**460**	**-**	**(343.016)**	**31.212**
Operações de Câmbio	17.509	-	-	-	-	-	(17.509)	-
Capital de Giro	43.019	(29)	(1.358)	199	16	-	(37.544)	4.303
Conta Empresarial/Garantida	2.112	(67)	(749)	910	37	-	2.624	4.867
Crédito Imobiliário	273	-	-	138	-	-	(243)	168
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	55.511	(2.572)	(3.166)	1.528	275	-	(44.382)	7.194
Outros	261.830	(419)	(1.405)	504	132	-	(245.962)	14.680
Total	**614.185**	**(22.714)**	**(39.292)**	**14.872**	**3.133**	**-**	**(407.490)**	**162.694**

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	*Write-Off*	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/09/2025
Pessoa Física	**793.313**	**(95.833)**	**(2.673)**	**36.875**	**32.614**	**(201.459)**	**1.054.217**	**1.617.054**
Cartão de Crédito	85.106	(2.226)	(580)	7.104	1	(18.839)	147.568	218.134
Crédito Consignado	327.637	(7.136)	(195)	3.749	2.347	(118.956)	330.985	538.431
Crédito Pessoal	231.833	(3.862)	(112)	3.087	3.463	(28.133)	2.862	209.138
Crédito Imobiliário	6.824	(19.351)	(961)	586	2.815	(1.656)	46.765	35.022
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	72.567	(9.041)	(40)	8.446	15.052	(7.990)	162.021	241.015
Outros	69.346	(54.217)	(785)	13.903	8.936	(25.885)	364.016	375.314
Pessoa Jurídica	**231.847**	**(102.556)**	**(460)**	**24.385**	**6.678**	**(11.221)**	**483.700**	**632.373**
Operações de Câmbio	3.884	-	-	202	-	-	2.469	6.555
Capital de Giro	54.226	(32.930)	(16)	2.109	1.358	(61)	80.303	104.989
Conta Empresarial/Garantida	29.136	(980)	(37)	10.096	749	(487)	67.117	105.594
Crédito Imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	82.315	(9.321)	(275)	9.375	3.166	(9.911)	148.114	223.463
Outros	62.286	(59.325)	(132)	2.603	1.405	(762)	185.697	191.772
Total	**1.025.160**	**(198.389)**	**(3.133)**	**61.260**	**39.292**	**(212.680)**	**1.537.917**	**2.249.427**

Consolidado dos Três Estágios	Saldo Inicial 31/12/2024	*Write-Off*	Constituição/(Reversão) [1]	Saldo Final 30/09/2025
Pessoa Física	**1.607.152**	**(201.459)**	**946.761**	**2.352.454**
Cartão de Crédito	193.327	(18.839)	173.784	348.272
Crédito Consignado	562.419	(118.956)	222.615	666.078
Crédito Pessoal	449.931	(28.133)	(158.986)	262.812
Crédito Imobiliário	44.205	(1.656)	33.944	76.493
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	184.610	(7.990)	267.749	444.369
Outros	172.660	(25.885)	407.655	554.430
Pessoa Jurídica	**945.719**	**(11.221)**	**(23.085)**	**911.413**
Operações de Câmbio	111.469	-	(94.936)	16.533
Capital de Giro	166.834	(61)	(25.808)	140.965
Conta Empresarial/Garantida	121.458	(487)	87.133	208.104
Crédito Imobiliário	429	-	9.666	10.095
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	177.933	(9.911)	121.719	289.741
Outros	367.596	(762)	(120.859)	245.975
Total	**2.552.871**	**(212.680)**	**923.676**	**3.263.867**

(1) Na Demonstração do Resultado, a perda esperada de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R$681.990 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixada como prejuízo no montante de R$241.677.

(e) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro como Arrendador

Apresenta-se a seguir a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de arrendamentos financeiros por vencimento:

Vencimentos	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante (Até 1 Ano)	1.438	(747)	1.330
Não Circulante (Acima de 1 Ano)	2.618	(1.351)	1.907
Total em 30/09/2026	**4.056**	**(2.098)**	**3.237**
Total em 31/12/2025	**6.739**	**(3.513)**	**5.285**

Nota 11 – Outros Ativos Financeiros

	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/09/2026	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025
Relações Interfinanceiras	3.489.381	-	3.489.381	3.007.178	920.361	3.927.539
Créditos Vinculados ao SFH [1]	960.004	-	960.004	-	920.361	920.361
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar [2]	2.521.275	-	2.521.275	2.998.794	-	2.998.794
Outros	8.102	-	8.102	8.384	-	8.384
Rendas a Receber	191.049	-	191.049	127.821	-	127.821
Adiantamento ao Fundo Garantidor de Crédito [3]	94.410	377.641	472.051	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	6.272	-	6.272	3.873	-	3.873
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.790.654	1.790.654	-	1.290.435	1.290.435
Pagamentos a Ressarcir	22.124	-	22.124	22.432	-	22.432
Títulos e Créditos a Receber [4]	236.469	297.861	534.330	223.259	281.026	504.285
Outros	40.792	-	40.792	60.207	-	60.207
Total	**4.080.497**	**2.466.156**	**6.546.653**	**3.444.770**	**2.491.822**	**5.936.592**

(1) Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional (SFH) estão compostos por:

- R$8.818 (31/12/2025 – R$24.588) refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto prefixada de 14,07% a.a. utilizada quando da aquisição de crédito junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) do Estado do Rio Grande do Sul;
- R$948.561 (31/12/2025 – R$893.268) refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá o direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo Taxa Referencial (TR) + 6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
- R$2.625 (31/12/2025 – R$2.505) refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura do FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados pela TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Adquirida: de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, créditos do FCVS. Os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis* no valor de R$957.379 (31/12/2025 – R$917.856). O seu valor de face é de R$957.540 (31/12/2025 – R$918.994). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, no momento da emissão dos títulos os valores de mercado poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Própria: referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

(2) Referem-se, principalmente, a transações de pagamentos de valores a receber de emissores de cartões (meios de pagamentos) no montante de R$2.432.467 (31/12/2025 - R$2.993.995) provenientes da controlada Banrisul Pagamentos.

(3) Em fevereiro de 2026, o Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) deliberou pela antecipação obrigatória de contribuições ordinárias das instituições financeiras associadas, com o objetivo de recompor o caixa do Fundo após desembolsos extraordinários relacionados à liquidação de determinadas instituições financeiras. A antecipação no montante de R$544.674 corresponde a 60 meses de contribuições ordinárias em 2026, com previsão de antecipação adicional de 12 meses nos exercícios de 2027 e 2028, restando saldo de R$472.051 ao final do período de reporte. Os valores antecipados foram registrados como ativo e são amortizados mensalmente por meio da compensação com as contribuições ordinárias vincendas.

(4) Títulos e créditos a receber são compostos principalmente por:

- Créditos a receber referente a depósitos judiciais efetuados pela União decorrentes de direito a receber de empresas que pertenciam ao mesmo grupo econômico, com trânsito julgado, os quais o Banrisul recebeu em dação e pagamento para quitação de empréstimos. Estes depósitos judiciais estão vinculados à ação rescisória ajuizada pela União, a qual havia sido julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região e aguardava julgamento de recurso especial apresentado pela União junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Houve julgamento do recurso interposto, com resultado favorável à União. Assim, como a liberação dos valores ao Banrisul depende do desfecho da ação judicial rescisória, e, em razão de mudança de entendimento do tribunal, com decisão não definitiva desfavorável ao Banrisul, a Administração constituiu provisão para perda esperada do valor integral. Esses depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, cuja liberação ou não depende da decisão final da ação judicial rescisória, totalizaram R$272.250 e são remunerados pela TR e juros;
- Outros créditos sem característica de crédito com o setor público municipal, no valor de R$55.312 (31/12/2025 – R$55.627) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas. Para estes créditos, existe provisão constituída no valor de R$52.784 (31/12/2025 – R$51.434); e
- Compras parceladas debitadas pela bandeira a faturar no valor de R$136.665 (31/12/2025 - R$107.962).

Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

						30/09/2026
	Sem Vencimento	**Até 3 Anos**	**De 3 a 5 Anos**	**Acima de 5 Anos**	**Valor Justo**	**Custo Atualizado**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) [1]	-	6.093.522	18.139.470	-	24.232.992	24.146.769
Cotas de Fundos de Investimento	55.418	-	-	-	55.418	43.429
Ações	2.400	-	-	-	2.400	2.400
Outros	21.969	-	-	-	21.969	21.969
Total [2]	**79.787**	**6.093.522**	**18.139.470**	**-**	**24.312.779**	**24.214.567**

						31/12/2025
	Sem Vencimento	**Até 3 Anos**	**De 3 a 5 Anos**	**Acima de 5 Anos**	**Valor Justo**	**Custo Atualizado**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) [1]	-	361.142	20.615.871	899.148	21.876.161	21.805.941
Cotas de Fundos de Investimento	39.851	-	-	-	39.851	28.709
Outros	21.969	-	-	-	21.969	21.969
Total [2]	**61.820**	**361.142**	**20.615.871**	**899.148**	**21.937.981**	**21.856.619**

(1) Tratam-se de títulos adquiridos com recursos de captação bancária e de vencimento de títulos públicos da carteira mantido até o vencimento e para negociação, cujo objetivo de aquisição é a rentabilização dos recursos disponíveis e flexibilidade de negociação antes do prazo de vencimento em caso de eventual mudança nas condições de mercado, oportunidades de investimento ou necessidade de caixa.
(2) Até a data de reporte não houve registro para perda esperada.

Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

							30/09/2026
	Sem Vencimento	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**De 1 a 3 Anos**	**Acima de 5 Anos**	**Valor Justo**	**Custo Atualizado**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	562.347	-	5.981	568.328	568.352
Cotas de Fundo de Investimento	291.476	-	-	-	-	291.476	291.476
Total	**291.476**	-	**562.347**	**-**	**5.981**	**859.804**	**859.828**

							31/12/2025
	Sem Vencimento	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**De 1 a 3 Anos**	**Acima de 5 Anos**	**Valor Justo**	**Custo Atualizado**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	340.014	-	21.609	361.623	361.687
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	999.446	-	-	-	999.446	999.556
Cotas de Fundo de Investimento	197.778	-	-	-	-	197.778	197.778
Total	**197.778**	**999.446**	**340.014**	-	**21.609**	**1.558.847**	**1.559.021**

Nota 14 – Outros Ativos

	30/09/2026	31/12/2025
Adiantamentos a Empregados	52.453	21.669
Ativos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego (Nota 35e)	181.246	181.544
Devedores Diversos	209.877	180.069
Bens Mantidos para Venda	129.998	126.040
Despesas Antecipadas	125.682	152.348
Outros	13.945	11.227
Total	**713.201**	**672.897**

Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas

(a) Créditos Tributários

Na tabela a seguir são apresentados os saldos de créditos tributários segregados em função das origens e desembolsos efetuados:

	31/12/2025	Constituição	Realização	30/09/2026
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.009.611	311.981	(404.558)	1.917.034
Provisão para Riscos Fiscais	19.021	3.230	(369)	21.882
Provisão para Riscos Trabalhistas	983.539	81.072	(229.395)	835.216
Provisão para Riscos Cíveis	122.694	24.974	(36.319)	111.349
Benefício Pós-Emprego	213.699	6.660	(317)	220.042
Outras Provisões Temporárias	84.335	163.793	(199.835)	48.293
Prejuízo Fiscal	135.056	333.359	-	468.415
Arrendamento Mercantil (IFRS 16)	101.738	26.926	(30.703)	97.961
Total de Créditos Tributários Registrados	**3.669.693**	**951.995**	**(901.496)**	**3.720.192**
Obrigações Fiscais Diferidas	(272.694)	(62.481)	48.810	(286.365)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	**3.396.999**	**889.514**	**(852.686)**	**3.433.827**

A realização desses créditos é esperada conforme a tabela que segue:

Ano	IR	CSLL	Total Registrados
2026	97.538	78.030	175.568
2027	418.537	334.830	753.367
2028	383.067	306.454	689.521
2029	307.464	245.972	553.436
2030	204.580	163.664	368.244
2031 a 2033	368.968	295.174	664.142
2034 a 2036	286.619	229.295	515.914
Total em 30/09/2026	**2.066.773**	**1.653.419**	**3.720.192**
Total em 31/12/2025	**2.038.718**	**1.630.975**	**3.669.693**

O valor presente total dos créditos tributários é de R$2.655.920 (31/12/2025 – R$2.632.922), calculados de acordo com a expectativa de realização do IR e da CSLL diferidos pela taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

(b) Obrigações Fiscais Diferidas

Na tabela a seguir são apresentados os saldos das provisões para IR e CSLL.

	30/09/2026	31/12/2025
Superveniência de Depreciação	1.824	2.793
TVM Próprios ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	44.195	36.615
TVM – Ajustes ao Valor Justo por meio do Resultado	-	792
Variação ao Valor Justo Dívida Subordinada – *Hedge Accounting*	-	1.558
CPC 06	814	-
Superávit Atuarial	125.746	112.821
Outros Débitos Temporários	15.825	16.377
Arrendamento Mercantil IFRS 16	97.961	101.738
Total	**286.365**	**272.694**

Nota 16 – Investimentos em Coligadas

As tabelas a seguir apresentam as empresas coligadas nas quais o Banrisul possui investimentos:

	Patrimônio Líquido 30/09/2026	Participação do Capital Social (%) 30/09/2026	Valor do Invest. 30/09/2026	Resultado Líquido 01/01 a 30/09/2026	Resultado de Equivalência 01/01 a 30/09/2026	Dividendos e JSCP Recebidos 01/01 a 30/09/2026
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	60.244	49,90	30.062	11.875	5.926	4.650
Banrisul Icatu Participações S.A.	354.452	49,99	177.191	139.519	69.746	36.323
Total	**414.696**		**207.253**	**151.394**	**75.672**	**40.973**

	Patrimônio Líquido 31/12/2025	Participação do Capital Social (%) 31/12/2025	Valor do Invest. 31/12/2025	Resultado Líquido 01/01 a 30/09/2025	Resultado de Equivalência 01/01 a 30/09/2025	Dividendos e JSCP Recebidos 01/01 a 30/09/2025
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	56.150	49,90	28.019	12.931	6.452	4.393
Banrisul Icatu Participações S.A.	283.515	49,99	141.729	133.444	66.709	100.418
Total	**339.665**		**169.748**	**146.375**	**73.161**	**104.811**

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado.

Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização.

Nota 17 – Imobilizado de Uso

	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Sistemas de Processamento de Dados	Outros	Total
Total em 31/12/2025							
Custo	622.286	75.036	361.165	201.032	705.668	30.069	1.995.256
Depreciação Acumulada	(327.758)	-	(143.448)	(105.195)	(436.462)	(23.636)	(1.036.499)
Valor Contábil Líquido	**294.528**	**75.036**	**217.717**	**95.837**	**269.206**	**6.433**	**958.757**
Aquisições	69.667	30.351	21.186	9.329	11.008	44	141.585
Alienações – Baixas Custo	(77.492)	(2.274)	-	(2.080)	(40.084)	(605)	(122.535)
Alienações – Baixas da Depreciação	67.413	-	-	1.911	30.803	505	100.632
Depreciação	(57.120)	-	(11.278)	(6.972)	(64.077)	(1.156)	(140.603)
Transferências Líquido Custo	(2.170)	(63.274)	-	659	62.655	(3)	(2.133)
Transferências Líquido Depreciação	687	-	-	63	(64)	2	688
Movimentação Líquida no Período	**985**	**(35.197)**	**9.908**	**2.910**	**241**	**(1.213)**	**(22.366)**
Total em 30/09/2026							
Custo	612.291	39.839	382.351	208.940	739.247	29.505	2.012.173
Depreciação Acumulada	(316.778)	-	(154.726)	(110.193)	(469.800)	(24.285)	(1.075.782)
Valor Contábil Líquido	**295.513**	**39.839**	**227.625**	**98.747**	**269.447**	**5.220**	**936.391**

Os contratos de arrendamento mercantil celebrados como arrendatário relacionam-se, basicamente, a imóveis e equipamentos de processamento de dados utilizados nas operações do Banrisul. Em geral, os contratos apresentam opção de renovação e reajuste anual conforme índice de preços. A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos de arrendamento por prazo de vencimento:

	30/09/2026	31/12/2025
Até 12 Meses	95.400	94.927
De 1 a 5 Anos	138.629	142.302
Acima de 5 Anos	9.033	6.264
Total [1]	**243.062**	**243.493**

(1) Contempla contratos de *leasing* financeiro junto a partes relacionadas no valor de R$60.016 (31/12/2025 - R$80.548) (Nota 37a).

Nota 18 – Intangível

	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento [1]	Outros	Total
Total em 31/12/2025				
Custo	325.560	1.618.582	875	1.945.017
Amortização Acumulada	(225.192)	(1.419.751)	(875)	(1.645.818)
Valor Contábil Líquido	**100.368**	**198.831**	**-**	**299.199**
Aquisições	3.447	1.237.364	-	1.240.811
Alienações – Baixas Custo	-	(1.305.173)	-	(1.305.173)
Alienações – Baixas da Amortização	-	1.305.173	-	1.305.173
Amortização Acumulada	(19.183)	(183.659)	-	(202.842)
Movimentação Líquida no Período	**(15.736)**	**1.053.705**	**-**	**1.037.969**
Total em 30/09/2026				
Custo	329.007	1.550.773	875	1.880.655
Amortização Acumulada	(244.375)	(298.237)	(875)	(543.487)
Valor Contábil Líquido	**84.632**	**1.252.536**	**-**	**1.337.168**

(1) Refere-se principalmente a contratos junto ao setor público (Estado do Rio Grande do Sul e prefeituras).

Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	30/09/2026	31/12/2025
Depósitos	24.930.225	2.253.505	10.161.222	26.806.881	25.654.601	15.373.380	105.179.814	100.557.914
À Vista	3.003.589	-	-	-	-	-	3.003.589	4.296.487
Poupança	10.621.055	-	-	-	-	-	10.621.055	10.927.247
Interfinanceiros	-	-	1.871.300	-	-	-	1.871.300	2.361.009
A Prazo [1]	-	2.253.505	8.289.922	26.806.881	25.654.601	15.373.380	78.378.289	71.826.919
Judiciais e Administrativos [2]	10.991.312	-	-	-	-	-	10.991.312	10.853.434
Outros Depósitos	314.269	-	-	-	-	-	314.269	292.818
Captações no Mercado Aberto	-	26.517.040	-	-	-	-	26.517.040	22.819.656
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	974.978	4.282.001	4.377.297	130.380	255	9.764.911	7.739.376
Letras Financeiras	-	389.776	2.634.276	4.152.111	118.287	255	7.294.705	4.800.179
Letras de Crédito Imobiliário	-	539.627	1.540.446	137.046	12.093	-	2.229.212	462.643
Letras de Crédito Agro	-	45.575	107.279	88.140	-	-	240.994	2.476.554
Letras Financeiras Subordinadas [3]	-	-	-	-	-	2.706.785	2.706.785	2.413.040
Obrigações por Empréstimos [4]	-	479.455	1.759.098	632.434	48.558	9.005	2.928.550	2.806.928
Obrigações por Repasses [5]	-	180.216	1.048.135	1.703.452	1.000.218	939.959	4.871.980	3.802.826
Outros Passivos Financeiros (Nota 20)	-	-	5.463.087	1.701	-	-	5.464.788	5.582.728
Total em 30/09/2026	**24.930.225**	**30.405.194**	**22.713.543**	**33.521.765**	**26.833.757**	**19.029.384**	**157.433.868**	
Total em 31/12/2025	**26.369.986**	**27.031.705**	**16.849.087**	**35.914.817**	**20.465.166**	**19.091.707**		**145.722.468**

(1) São realizados nas modalidades de encargos pós ou prefixados, os quais correspondem a 81,14% e 18,86% do total da carteira, respectivamente. Do total de captações em depósito a prazo, 65,32% possuem condição de resgate antecipado previamente pactuada, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(2) Refere-se principalmente a fundo constituído pela parcela não disponibilizada ao Estado do Rio Grande do Sul dos depósitos judiciais destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos (Nota 36a).

(3) As Letras Financeiras Subordinadas (LFSN) estão autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do PR do Banrisul, nos termos da Resolução BCB nº 122/21.

- Em 16/09/2022, o Banrisul realizou emissão de LFSN no montante de R$300.000 com remuneração de CDI + 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão;
- Em 11/08/2025, 03/09/2025, 17/12/2025, 19/12/2025 e 26/12/2025, o Banrisul realizou emissão de LFSN que totalizaram montante de R$1.850.000, todas com remuneração de CDI + 1,65% a.a., prazo de 10 anos e possibilidade de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão.

(4) Recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo variação cambial das respectivas moedas acrescida de juros e taxas. Também estão incluídas as obrigações por arrendamento mercantil conforme IFRS 16.

(5) Representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, Caixa Econômica Federal e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes como garantia desses recursos.

Nota 20 – Outros Passivos Financeiros

	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/09/2026	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025
Relações Interfinanceiras	823.405	-	823.405	713.893	-	713.893
Relações Interdependências	224.371	-	224.371	258.571	-	258.571
Operações de Câmbio	83.883	-	83.883	150.257	-	150.257
Negociação e Intermediação de Valores	6.202	-	6.202	4.551	-	4.551
Credores por Recursos a Liberar	58.332	-	58.332	49.042	-	49.042
Transações com Cartões a Pagar	1.289.782	-	1.289.782	1.248.842	-	1.248.842
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	2.366.253	-	2.366.253	2.672.524	-	2.672.524
Recursos em Trânsito de Terceiros	267.988	-	267.988	18.657	-	18.657
Outros	342.871	1.701	344.572	464.128	2.263	466.391
Total	**5.463.087**	**1.701**	**5.464.788**	**5.580.465**	**2.263**	**5.582.728**

Nota 21 – (Ativos)/Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

	30/09/2026	31/12/2025
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)/Passivo [1]	(5.304)	(99.213)
Operações de *Swap*	-	(99.112)
Operações de Câmbio	(5.304)	(101)
Dívidas Subordinadas [2]	-	1.689.405
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado	-	1.684.915
Provisão de Despesas e Encargos a Incorporar	-	4.490
Total	**(5.304)**	**1.590.192**

(1) Apresentado líquido entre ativo e passivo.
(2) Em 28/01/2021, o Banrisul realizou emissão de notas subordinadas (*Tier* 2) no mercado externo no montante de US$300.000 (trezentos milhões de dólares norte-americano), pelo prazo de 10 anos, com opção de resgate pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. Em 28/01/2026 foi realizada a opção de resgate pelo Banrisul, assim liquidando a dívida subordinada.

Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos

Em janeiro de 2026, o Banrisul procedeu à liquidação antecipada da dívida subordinada (*Tier 2*), emitida em janeiro de 2021 no valor total de US$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), mediante o exercício da opção de recompra integral a partir do 5º ano. Concomitantemente, foram liquidadas as operações de *swap* associadas à referida captação. Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de Contratos Futuros de DI, todos os contratos foram integralmente liquidados em janeiro de 2026 (31/12/2025 – R$998.898). No momento, o Banrisul não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* e Contratos Futuros de DI1.

As operações de câmbio são tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

Nota 23 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

(a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

(b) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. Apesar da incerteza inerente aos seus prazos e

desfecho das causas, provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total
Saldo Inicial em 31/12/2025	**50.690**	**2.186.223**	**273.463**	**7.679**	**2.518.055**
Constituição	-	97.933	21.313	-	119.246
Atualização Monetária	7.000	81.763	33.608	173	122.544
Reversão da Provisão	(676)	(164.213)	(21.467)	-	(186.356)
Baixas por Pagamento	(31)	(345.413)	(59.006)	-	(404.450)
Saldo Final em 30/09/2026	**56.983**	**1.856.293**	**247.911**	**7.852**	**2.169.039**

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2024	**849.648**	**1.755.876**	**289.917**	**7.455**	**2.902.896**
Constituição e Atualização Monetária	28.210	354.864	49.833	163	433.070
Reversão da Provisão	(275)	(537)	(11.867)	-	(12.679)
Baixas por Pagamento	(1.881)	(224.830)	(45.827)	-	(272.538)
Saldo Final em 30/09/2025	**875.702**	**1.885.373**	**282.056**	**7.618**	**3.050.749**

Ações Fiscais: provisões de contingências fiscais referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituídas pelo valor integral em discussão.

As causas de natureza fiscal referem-se a outras contingências relativas a impostos municipais e federais classificados pelos nossos assessores como perda provável que somam o montante de R$862 (31/12/2025 – R$1.270) e a auto de infração no âmbito da Secretaria da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos. O auto de infração exige contribuição previdenciária, principalmente, sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R$150.548 (31/12/2025 – R$132.936), classificada pelos nossos assessores como de perda possível no montante de R$127.503 (31/12/2025 – R$113.806) e como perda provável o montante de R$23.045 (31/12/2025 – R$19.130), devidamente provisionado. Além dessas, está provisionado R$33.054 (31/12/2025 – R$30.000) para encargos contratuais relacionados à processos judiciais de natureza fiscal.

Há ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R$581.435 (31/12/2025 – R$979.420). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais, para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não foram registradas provisões para contingências.

Em 30 de setembro de 2025, o saldo final de provisões para ações fiscais do Banrisul totalizava R$875.416, incluindo valores de IR e CSLL sobre a dedução da despesa da quitação do déficit atuarial da FBSS, questionada pela Receita Federal para o período de 1998 a 2005, para a qual o Banrisul registrava uma provisão para contingências no valor de R$846.495. À luz da opinião dos consultores jurídicos do Banrisul e dos critérios do IAS 37, o Banrisul concluiu que não havia elementos que justificassem a manutenção da classificação do risco de perda como “provável”, determinando a reclassificação do risco de perda para “remota”, com a consequente reversão da provisão. Dessa forma, no quarto trimestre de 2025, foi revertida a totalidade da provisão referente ao déficit atuarial da FBSS.

Ações Trabalhistas: decorrem de processos na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público, tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul em conformidade com sua Política de Provisionamento para a classificação e provisionamento das ações trabalhistas, implementada desde o segundo semestre de 2020, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R$1.143.000 (31/12/2025 – R$973.512), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração salarial e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Em 2026, o Banrisul disponibilizou a formalização de acordos individuais relativos às ações coletivas de 7ª e 8ª horas em diferentes etapas, abrangendo empregados ativos, aposentados ou aptos à aposentadoria até 31 de dezembro de 2026, conforme critérios de elegibilidade e funções abrangidas em cada período. Na primeira etapa, foram celebrados 526 acordos, correspondentes a 525 empregados, dentre 1.352 elegíveis, com desembolso em junho/2026 de R$116.794, valor já totalmente provisionado. Entre julho e agosto de 2026 foi reaberta a adesão onde foram firmados 236 acordos, correspondentes a 232 empregados, dentre 1.651 elegíveis, com desembolso em setembro/26 de R$35.335, valor já totalmente provisionado.

No total, a possibilidade de adesão foi disponibilizada a 2.176 empregados elegíveis, ao todo foram firmados 762 acordos, correspondentes a 757 empregados, com desembolso total provisionado de R$152.129.

Ações Cíveis: as ações judiciais de caráter cível que envolvem o Banrisul são, em sua maioria, movidas por clientes e usuários que pretendem anular ou se desobrigar de dívidas que o devedor não reconhece ou que alega serem indevidas; revisar dívidas bancárias e questionar cobranças ilícitas e juros abusivos; obter indenização por danos materiais e morais decorrentes de produtos e serviços bancários; e reaver expurgos inflacionários referentes a Planos Econômicos sobre aplicações financeiras (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II).

As estimativas do resultado e do impacto financeiro dessas ações são definidas pela natureza das demandas e pelo julgamento da Administração com base na opinião dos assessores jurídicos e nos elementos dos processos, considerando, também, a complexidade e a experiência de casos semelhantes.

O Banrisul provisiona as demandas cíveis conforme a sua Política de Provisionamento, que utiliza critérios individualizados ou massificados, de acordo com a natureza, o objeto e o fundamento das ações, visando facilitar o controle e a gestão das provisões.

Demandas massificadas são aquelas que não possuem decisão judicial e que, conforme o tipo e o objeto da ação, bem como a jurisprudência, o Banrisul as classifica como de risco provável, possível ou remoto. Para algumas demandas que, mesmo sem decisão, são classificadas como prováveis, o Banrisul estima um valor médio dos custos de condenação e de sucumbência históricos, gerando um valor de tíquete médio que poderá ter que desembolsar. Para adequar a probabilidade de perda, esse valor é revisado após a decisão judicial de mérito, nos casos de improcedência da ação ou alteração e nos valores de provisão nos casos de condenação do Banrisul.

As demandas individuais são aquelas que o Banrisul entende que não se enquadram na regra do contencioso massificado, seja pela natureza ou pelo objeto, quando estão em fase inicial, e aquelas que já possuem uma decisão favorável ou desfavorável que impacta a classificação de risco e os valores de provisão.

Existem ainda R$183.424 (31/12/2025 – R$128.859) relativos a processos movidos por terceiros contra o Banrisul cuja natureza dos processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, os quais a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras: Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Bacen em conexão com processos administrativos, também abertos pelo Bacen, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em abril de 2022, com decisão definitiva proferida pelo STJ que reconheceu a prescrição das multas aplicadas, a exceção de uma ínfima parcela, cuja condenação permaneceu, restando provisionado o valor de R$7.852 (31/12/2025 – R$7.679).

(c) Devedores por Depósito em Garantia

Apresentamos na tabela a seguir os saldos dos depósitos em garantia referentes aos passivos contingentes:

	30/09/2026	31/12/2025
Fiscais	147.221	169.358
Trabalhistas	1.478.399	965.134
Cíveis	165.034	155.943
Total	**1.790.654**	**1.290.435**

Nota 24 – Outros Passivos

	30/09/2026	31/12/2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	161.762	10.369
Obrigações Sociais e Estatutárias	85.481	414.801
Provisão de Pessoal	302.034	170.648
Obrigações por Convênios Oficiais e Serviços de Pagamento	113.880	164.374
Credores Diversos	733.969	192.987
Passivos Atuariais– Benefícios Pós-Emprego [1]	529.135	542.939
Provisões para Pagamentos a Efetuar	146.589	189.729
Rendas Antecipadas	95.673	104.337
Outros	6.310	7.239
Total	**2.174.833**	**1.797.423**

(1) Refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos a empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo (Nota 35e).

Nota 25 – Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul na data de reporte era de R$8.700.000 (31/12/2025 – R$8.300.000), subscrito e integralizado, representado por 408.974.477 ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul								
Ações em Circulação em 31/12/2025	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Circulação em 30/09/2026	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê								
Ações em Circulação em 31/12/2025	1	-	11	-	-	-	12	-
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Circulação em 30/09/2026	1	-	11	-	-	-	12	-
Outros								
Ações em Circulação em 31/12/2025	3.839.481	1,87	621.601	45,27	202.536.545	100,00	206.997.627	50,61
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Circulação em 30/09/2026	3.839.481	1,87	621.601	45,27	202.536.545	100,00	206.997.627	50,61
Total em 31/12/2025	**205.064.841**	**100,00**	**1.373.091**	**100,00**	**202.536.545**	**100,00**	**408.974.477**	**100,00**
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 30/09/2026	**205.064.841**	**100,00**	**1.373.091**	**100,00**	**202.536.545**	**100,00**	**408.974.477**	**100,00**

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

- Ações Preferenciais Classe A:
  - Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
  - Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;

  - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
  - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
- Ações Preferenciais Classe B:
  - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
  - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Reservas

- Reserva de Capital: refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referir a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados à sociedade;
- Reserva Legal: objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos;
- Reserva Estatutária: tem por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado; e
- Reserva de Expansão: tem por finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(c) Distribuição de Resultado

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

- 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social;
- Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado; e
- Até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado, que possui a finalidade de garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser fundamentado em lucros acumulados ou reservas de lucros. Os juros pagos poderão ser imputados, líquidos de IR, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou o montante de R$270.000 referente aos JSCP do período de reporte (01/01 a 30/09/2025 – R$290.000), imputado aos dividendos líquidos do IR retido na fonte. O pagamento dos JSCP resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R$121.500 (01/01 a 30/09/2025 – R$130.500).

O Banrisul mantém, desde o início de 2008, política de remuneração do capital com pagamento trimestral de JSCP e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de JCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido.

Em 28 de abril de 2026, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2026 no percentual equivalente a 15% sobre o Lucro Líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

Nota 26 – Receita Líquida com Juros e Similares

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Receitas com Juros e Similares	**6.093.961**	**17.694.541**	**5.822.322**	**15.934.433**
Resultado de Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo	764.670	2.162.284	737.327	2.037.001
Resultado de Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	5.329.291	15.532.257	5.084.995	13.897.432
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	550.080	1.570.722	487.715	1.284.266
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	132.111	388.342	150.855	421.488
Títulos e Valores Mobiliários	1.849.313	5.202.312	1.682.702	4.158.805
Operações de Crédito	2.796.444	8.369.466	2.763.671	8.002.536
Outros Ativos Financeiros	1.343	1.415	52	30.337
Despesas com Juros e Similares	**(4.496.919)**	**(12.800.721)**	**(4.156.393)**	**(11.059.854)**
Resultado de Passivos Financeiros ao Valor Justo	-	54.381	15.166	173.925
Resultado de Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(4.496.919)	(12.855.102)	(4.171.559)	(11.233.779)
Depósitos	(2.994.798)	(8.670.418)	(2.805.871)	(7.384.617)
Captação no Mercado Aberto	(917.717)	(2.550.355)	(904.051)	(2.456.311)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(309.763)	(1.019.527)	(362.918)	(881.307)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(103.321)	(103.321)	(98.719)	(511.544)
Total	**1.597.042**	**4.893.820**	**1.665.929**	**4.874.579**

Nota 27 – Ganhos/(Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Ganhos/(Perdas) Líquidas com Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	(2.849)	(13.930)	(12.144)
Ganhos/(Perdas) Líquidas com Ativos Financeiros pelo Valor Justo por Meio do Resultado	(540)	(387)	6.471	27.405
Ganhos/(Perdas) com Derivativos	(997)	(67.096)	(62.366)	(338.614)
Total	**(1.537)**	**(70.332)**	**(69.825)**	**(323.353)**

Nota 28 – Receitas de Prestação de Serviços

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Administração de Fundos	42.063	118.081	38.666	102.327
Cobrança e Custódia	13.005	39.318	14.465	42.013
Administração de Consórcios	32.405	92.851	27.311	89.721
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	122.360	369.447	127.875	394.515
Arrecadação	5.934	20.851	7.006	22.967
Comissões de Corretagem de Seguros	75.218	225.507	78.720	228.100
Cartão de Crédito	65.659	190.261	61.531	182.053
Serviços de Conta Corrente	159.623	471.670	154.929	458.678
Outras	21.615	59.009	21.689	58.761
Total	**537.882**	**1.586.995**	**532.192**	**1.579.135**

Nota 29 – Despesas de Pessoal

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Remuneração Direta	392.566	1.146.550	347.131	1.011.734
Benefícios	122.903	370.539	111.161	335.308
Encargos Sociais	158.681	474.937	149.053	436.192
Treinamento	2.625	6.588	2.378	5.015
Participações dos Empregados no Resultado	56.169	171.360	70.079	205.684
Total	**732.944**	**2.169.974**	**679.802**	**1.993.933**

Nota 30 – Outras Despesas Administrativas

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Comunicações	18.617	49.649	17.892	55.136
Processamento de Dados	69.372	188.927	74.053	202.455
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	42.151	110.222	34.924	104.055
Depreciação e Amortização	130.174	343.445	103.190	305.059
Aluguéis e Condomínios	19.795	59.889	6.737	42.982
Serviços de Terceiros	152.300	403.816	122.128	363.596
Serviços Técnicos Especializados	73.610	213.187	66.588	172.349
Propaganda, Promoções e Publicidade [1]	38.844	113.565	47.847	126.837
Manutenção e Conservação de Bens	35.864	102.980	32.137	89.161
Água, Energia e Gás	7.306	23.713	7.468	24.158
Serviços do Sistema Financeiro	8.852	30.602	10.784	31.812
Outras [2]	31.578	98.641	27.201	89.678
Total	**628.463**	**1.738.636**	**550.949**	**1.607.278**

(1) Composto, principalmente, por R$48.178 (01/01 a 30/09/2025 – R$59.176) de despesa com propaganda institucional e R$63.098 (01/01 a 30/09/2025 – R$62.976) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.
(2) Composto, principalmente, por R$15.423 de despesas destinadas ao Banrisul Instituto Cultural e Social (Nota 37a) e por R$19.709 de despesas relacionadas a emolumentos. No ano de 2025, composto, principalmente, por R$32.090 de despesas relacionadas a emolumentos.

Nota 31 – Outras Receitas Operacionais

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	5.345	17.645	5.411	17.053
Reversão de Provisões Operacionais	93	27.471	(195)	31.554
Tarifas Interbancárias	2.978	9.399	3.894	12.103
Títulos de Créditos a Receber	7.131	20.794	7.415	20.747
Receitas Diversas com Cartões	3.671	20.933	6.941	16.160
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	4.632	9.305	16.105	21.696
Atualização de Depósitos Judiciais	31.845	84.105	21.099	63.930
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	59.810	187.297	81.522	227.134
Rendas de Portabilidade de Operações de Crédito	10.178	33.839	16.813	36.525
Atualização de Ativo Atuarial	-	29.160	-	26.277
Outras	9.897	43.703	13.497	36.659
Total	**135.580**	**483.651**	**172.502**	**509.838**

Nota 32 – Outras Despesas Operacionais

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Descontos Concedidos em Renegociações	157.777	268.283	15.463	64.711
Despesas com Cartões	2.694	7.780	2.015	7.379
Convênio Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	76.309	228.812	74.817	225.430
Convênios Crédito Consignado	2.749	7.306	2.611	6.874
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	3.322	9.807	5.118	10.977
Despesas Associados a Transações de Pagamento	33.839	104.758	35.821	104.690
Despesas de Portabilidade de Operações de Crédito	2.583	6.467	2.798	9.186
Atualização Monetária sobre Liberação de Financiamento	1.321	4.517	2.268	6.507
Bônus Banrisul de Vantagens	8.643	24.824	6.072	26.400
Tarifas Não Recebidas	13.494	29.726	8.003	17.994
Atualização de Obrigações Atuariais	96	96	56	56
Ressarcimentos Correspondentes Bancários			(125)	-
Serviços de Processamento de Folha de Pagamentos	5.772	17.850	4.966	16.186
Outras	18.582	71.652	17.051	52.331
Total	**327.181**	**781.878**	**176.934**	**548.721**

Nota 33 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A seguir apresenta-se a reconciliação da despesa/receita de IR e CSLL:

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	**140.912**	**872.946**	**496.067**	**1.338.894**
Encargo Total do IR e CSLL às Alíquotas Vigentes (Nota 3h)	(49.832)	(307.602)	(193.020)	(515.457)
Efeito no Cálculo dos Tributos	**55.400**	**139.323**	**62.727**	**172.518**
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	73.803	212.507	49.500	130.500
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.924	34.053	9.753	32.923
Juros sobre o Capital Próprio Recebido	(38.512)	(114.220)	-	-
Outros Valores	12.185	6.983	3.474	9.095
Total de IR e CSLL	**5.568**	**(168.279)**	**(130.293)**	**(342.939)**
Corrente	(78.065)	(222.080)	(75.060)	(295.042)
Diferido	83.633	53.801	(55.233)	(47.897)

Nota 34 – Lucro por Ação

A tabela a seguir apresenta o LPA utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores – R$ Mil	**146.253**	**704.022**	**365.601**	**995.478**
Ações Ordinárias	73.333	352.975	183.317	499.061
Ações Preferenciais A	491	2.425	1.227	3.509
Ações Preferenciais B	72.429	348.622	181.057	492.908
Média Ponderada das Ações em Circulação	**408.974.477**	**408.974.477**	**408.974.477**	**408.974.477**
Média Ponderada de Número de Ações Ordinárias	205.064.841	205.064.841	205.064.841	205.064.841
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais A	1.373.091	1.373.091	1.373.091	1.373.091
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais B	202.536.545	202.536.545	202.536.545	202.536.545
Lucro Básico e Diluído por Ação – R$				
Ação Ordinária	0,36	1,72	0,89	2,43
Ação Preferencial A	0,36	1,77	0,89	2,56
Ação Preferencial B	0,36	1,72	0,89	2,43

Nota 35 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

O Banrisul é patrocinador da FBSS e da Cabergs, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica, respectivamente, a seus funcionários.

A FBSS é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes (empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários) mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política de Previdência Complementar do Banrisul executada pela FBSS, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, das Leis Complementares de números 108 e 109 de 29 de maio de 2001, e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, bem como está em concordância com a Resolução CMN nº 4.994/22.

O artigo 8º da Resolução CMN nº 4.994/22 determina que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos (AETQ)

como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos participantes e das patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pelas patrocinadoras e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, foi designado pelo Conselho Deliberativo da FBSS um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB).

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa, responsável pelos cálculos atuariais no caso dos Planos de Benefícios estruturados na modalidade de benefício definido e contribuição variável, os atuários internos da própria FBSS no caso do plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação. Conta ainda com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de benefício definido), dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de contribuição variável) e do Plano FBPREV CD (modalidade de contribuição definida), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18, Resolução Previc nº 23/23 e Portaria Previc nº 324/26.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, sendo revisadas periodicamente.

	Planos de Previdência (% a.a.)					Planos de Saúde (% a.a.)[1]			Prêmio Aposentadoria
Hipóteses Econômicas – 30/06/2026	**PBI**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**PAM**	**POD**	**PROMED**	**(% a.a.)**
Taxa Real de Desconto Atuarial	8,10	7,90	8,02	7,86	8,05	7,78	7,78	7,78	8,17
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	8,10	7,90	8,02	7,86	8,05	7,78	7,78	7,78	8,17
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	2,32	-	3,36	2,08	1,81	Conforme Plano [2]	n/a	n/a	3,36
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,37	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,13	4,13	4,13	4,13	4,13	4,13	4,13	4,13	4,13
Taxa de Desconto Nominal	12,56	12,36	12,48	12,31	12,51	12,23	12,23	12,23	12,64
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	12,56	12,36	12,48	12,31	12,51	12,23	12,23	12,23	12,64
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,55	4,13	7,63	6,30	6,01	Conforme Plano [2]	n/a	n/a	7,63
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	4,52	4,13	4,13	4,13	4,13	4,13	5,17	5,17	4,13

	Planos de Previdência (% a.a.)					Planos de Saúde (% a.a.) [1]			Prêmio Aposentadoria
Hipóteses Econômicas – 31/12/2025	**PBI**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**PAM**	**POD**	**PROMED**	**(% a.a.)**
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,41	7,30	7,36	7,28	7,37	7,24	7,24	7,24	7,65
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,41	7,30	7,36	7,28	7,37	7,24	7,24	7,24	7,65
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	2,32	-	3,36	2,08	1,81	Conforme Plano [2]	n/a	n/a	3,36
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,37	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05
Taxa de Desconto Nominal	11,76	11,65	11,71	11,62	11,72	11,58	11,58	11,58	12,01
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	11,76	11,65	11,71	11,62	11,72	11,58	11,58	11,58	12,01
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,46	4,05	7,55	6,21	5,93	Conforme Plano [2]	n/a	n/a	7,55
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	4,43	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	5,09	5,09	4,05

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).
(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

As Hipóteses Demográficas de 30 de junho de 2026 permanecem as mesmas informações divulgadas em 31 de dezembro de 2025 conforme abaixo:

Hipóteses Demográficas – 31/12/2025	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência							
PBI	AT – 2000 suavizada 10% por sexo	AT-49 por sexo	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência PBI 2015-2024	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência Saldado 2015-2024	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB-83 (- 50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV II 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV III	AT-2000 suavizada 10% por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV III 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
Planos de Saúde [1]							
PAM	Conforme Planos de Previdência [2]	Conforme Planos de Previdência [2]	Conforme Planos de Previdência [2]	Conforme Planos de Previdência [2]	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência [2]
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
PROMED	AT - 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	n/a

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).
(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas utilizadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada período, observando os princípios estabelecidos pela Resolução CVM nº 110/22 e pela Resolução CMN nº 4.877/20, as quais são usadas para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência 30/06/2026.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, combinada com a Resolução Previc nº 23/23 e com a Portaria Previc nº 324/26, a FBSS elabora estudos visando o estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde ao recolhimento de percentuais do salário de participação. O PBI foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao PBS e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV CD (FBPREV CD): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição definida, abrangem benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez, abono anual (opcional) e pensão por morte. A contribuição normal do participante é composta por apenas uma parcela:

- Parcela básica: pode variar entre 1% e 6% (intervalos de 0,50%) aplicado sobre o salário de participação.

Além da contribuição básica, o participante poderá efetuar contribuições adicionais, mensais e facultativas, não inferiores a 1% aplicado sobre o salário de participação, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições básicas dos participantes.

Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED): o Banrisul oferece plano de saúde por meio da Cabergs a seus funcionários ativos e aos aposentados pela FBSS.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego): o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a FBSS juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros visando a redução ou eliminação dos riscos atuariais dos planos. Através de seus planos de benefício definido, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos: as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo na ausência de mercado ativo. Caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos: uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou do governo resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada, parcialmente, por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação: algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. Ressalta-se, porém, que em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação. A maior parte dos ativos do plano, ou não são afetados (títulos com juros prefixados), ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida: a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos vigentes em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 são as seguintes:

30/06/2026	Alocação %					
Categorias	**PB I**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**Saúde**
Caixa e Equivalente	-	-	-	-	-	0,09
Renda Fixa	77,35	79,02	76,68	77,76	82,54	98,53
Renda Variável	6,25	5,55	9,37	6,96	6,29	1,38
Imóveis	6,32	3,62	-	1,16	4,88	-
Outros	10,08	11,81	13,95	14,12	6,29	-
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

31/12/2025	Alocação %					
Categorias	**PB I**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**Saúde**
Caixa e Equivalente	-	-	-	-	-	0,07
Renda Fixa	78,35	80,87	74,61	78,10	82,08	98,76
Renda Variável	7,19	5,97	10,23	7,77	7,11	1,17
Imóveis	6,36	3,63	-	1,21	4,88	-
Outros	8,10	9,53	15,16	12,92	5,93	-
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Os ativos dos planos de benefício definido incluem ações do Banrisul com um valor justo de R$7.934 (31/12/2025 – R$7.614) e imóveis alugados com um valor justo de R$147.068 (31/12/2025 – R$165.031).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do passivo/(ativo) atuarial líquido para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, preparados, respectivamente, com base no laudo atuarial de 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e de acordo com a IAS 19, é demonstrado a seguir:

Passivos/(Ativos) registrados no Balanço Patrimonial com benefícios de:	30/06/2026	31/12/2025
Planos de Previdência	394.823	409.155
PBI	387.495	371.822
PBS	4.839	28.035
FBPREV	(4)	(4)
FBPREV II	(81)	(77)
FBPREV III	2.574	9.379
Planos de Saúde	(181.161)	(181.463)
Prêmio Aposentadoria	132.775	133.703
Total	**346.437**	**361.395**

A composição do passivo/(ativo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e de acordo com a IAS 19 é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 30/06/2026	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.059.378	1.220.832	20.298	212.879	290.415	181.161	132.775
Valor Justo dos Ativos do Plano	(671.883)	(1.277.912)	(45.362)	(322.271)	(318.131)	(414.302)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	**387.495**	**(57.080)**	**(25.064)**	**(109.392)**	**(27.716)**	**(233.141)**	**132.775**
Efeito do Teto de Ativo	-	-	25.060	109.311	-	51.980	-
Passivos Adicionais	-	61.919	-	-	30.290	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	**387.495**	**4.839**	**(4)**	**(81)**	**2.574**	**(181.161)**	**132.775**

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.082.047	1.244.633	20.710	218.055	305.081	181.463	133.703
Valor Justo dos Ativos do Plano	(750.739)	(1.257.336)	(42.707)	(307.533)	(311.687)	(396.481)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	**331.308**	**(12.703)**	**(21.997)**	**(89.478)**	**(6.606)**	**(215.018)**	**133.703**
Efeito do Teto de Ativo	-	-	21.993	89.401	-	33.555	-
Passivos Adicionais	40.514	40.738	-	-	15.985	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	**371.822**	**28.035**	**(4)**	**(77)**	**9.379**	**(181.463)**	**133.703**

Resultado no Período – 01/01/2026 a 30/06/2026	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	8	-	279	(301)	(13)	846	2.123
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	59.831	69.023	1.149	12.079	16.827	10.105	6.365
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(41.738)	(70.055)	(2.455)	(17.345)	(17.306)	(22.963)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	2.382	2.373	1.287	5.197	937	1.944	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	**20.483**	**1.341**	**260**	**(370)**	**445**	**(10.068)**	**8.488**

Resultado do Exercício – 01/01/2025 a 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	(10)	-	350	(237)	(13)	1.560	3.704
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	129.670	145.503	2.240	23.998	35.721	20.881	12.470
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(89.323)	(143.076)	(4.738)	(33.726)	(36.277)	(45.833)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	2.467	9.784	3.459	1.532	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	**40.337**	**2.427**	**319**	**(181)**	**2.890**	**(21.860)**	**16.174**

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2026	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	90.244	(3.058)	(880)	(6.823)	(7.134)	5.142	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(26.208)	(35.147)	(996)	(7.023)	(11.956)	(3.871)	(399)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(42.896)	18.808	1.780	14.713	13.368	16.481	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	**21.140**	**(19.397)**	**(96)**	**867**	**(5.722)**	**17.752**	**(399)**

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	35.610	(4.883)	(1.675)	(11.270)	90	9.334	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(24.225)	(3.501)	699	13.314	6.038	(655)	5.427
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	40.514	40.738	1.115	(1.022)	(21.595)	17.935	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	**51.899**	**32.354**	**139**	**1.022**	**(15.467)**	**26.614**	**5.427**

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 30/06/2026	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	**371.822**	**28.035**	**(4)**	**(77)**	**9.379**	**(181.463)**	**133.703**
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	20.483	1.341	260	(370)	445	(10.068)	8.488
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	21.140	(19.397)	(96)	867	(5.722)	17.752	(399)
Contribuições do Empregador	(25.950)	(5.140)	(164)	(501)	(1.528)	(7.382)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(9.017)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	**387.495**	**4.839**	**(4)**	**(81)**	**2.574**	**(181.161)**	**132.775**

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	**332.368**	**3.157**	**(2)**	**(68)**	**24.639**	**(172.947)**	**123.321**
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	40.337	2.427	319	(181)	2.890	(21.860)	16.174
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	51.899	32.354	139	1.022	(15.467)	26.614	5.427
Contribuições do Empregador	(52.782)	(9.903)	(460)	(850)	(2.683)	(13.270)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(11.219)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	**371.822**	**28.035**	**(4)**	**(77)**	**9.379**	**(181.463)**	**133.703**

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 30/06/2026	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	**(750.739)**	**(1.257.336)**	**(42.707)**	**(307.533)**	**(311.687)**	**(396.481)**	**-**
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	95.505	62.982	1.013	10.435	20.764	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(39.205)	(5.305)	(169)	(504)	(1.240)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(25.950)	(5.140)	(164)	(501)	(1.528)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(41.738)	(70.055)	(2.455)	(17.345)	(17.306)	(22.963)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	90.244	(3.058)	(880)	(6.823)	(7.134)	5.142	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	**(671.883)**	**(1.277.912)**	**(45.362)**	**(322.271)**	**(318.131)**	**(414.302)**	**-**

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	**(768.593)**	**(1.222.761)**	**(37.864)**	**(282.121)**	**(310.284)**	**(359.982)**	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	204.503	133.627	2.506	21.288	40.138	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(80.154)	(10.340)	(476)	(854)	(2.671)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(52.782)	(9.903)	(460)	(850)	(2.683)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(89.323)	(143.076)	(4.738)	(33.726)	(36.277)	(45.833)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	35.610	(4.883)	(1.675)	(11.270)	90	9.334	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	**(750.739)**	**(1.257.336)**	**(42.707)**	**(307.533)**	**(311.687)**	**(396.481)**	-

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 30/06/2026	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	**1.082.047**	**1.244.633**	**20.710**	**218.055**	**305.081**	**181.463**	**133.703**
Custo do Serviço Corrente Líquido	8	-	279	(301)	(13)	846	2.123
Contribuições de Participante Realizadas no Período	39.205	5.305	169	504	1.240	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	59.831	69.023	1.149	12.079	16.827	10.105	6.365
Benefícios Pagos no Período	(95.505)	(62.982)	(1.013)	(10.435)	(20.764)	(7.382)	(9.017)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(26.208)	(35.147)	(996)	(7.023)	(11.956)	(3.871)	(399)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	**1.059.378**	**1.220.832**	**20.298**	**212.879**	**290.415**	**181.161**	**132.775**

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	**1.100.961**	**1.225.918**	**19.451**	**201.414**	**300.802**	**172.947**	**123.321**
Custo do Serviço Corrente Líquido	(10)	-	350	(237)	(13)	1.560	3.704
Contribuições de Participante Realizadas no Período	80.154	10.340	476	854	2.671	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	129.670	145.503	2.240	23.998	35.721	20.881	12.470
Benefícios Pagos no Período	(204.503)	(133.627)	(2.506)	(21.288)	(40.138)	(13.270)	(11.219)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(24.225)	(3.501)	699	13.314	6.038	(655)	5.427
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	**1.082.047**	**1.244.633**	**20.710**	**218.055**	**305.081**	**181.463**	**133.703**

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviços Corrente Líquido	5	-	231	(228)	(29)	783	1.990
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	60.386	69.446	1.158	12.083	16.508	10.631	6.375
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(38.296)	(73.201)	(2.697)	(18.678)	(18.328)	(25.337)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	3.825	1.564	6.730	1.895	3.179	-
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	**22.095**	**70**	**256**	**(93)**	**46**	**(10.744)**	**8.365**

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	25.127	5.499	169	463	2.222	7.547	-
Contribuições do Participante	42.855	5.499	169	463	2.222	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	111.708	68.541	1.168	10.779	20.713	7.547	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	28.794

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Vencimento de Obrigações Atuariais	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2026	111.708	68.541	1.168	10.779	20.713	7.547	28.794
2027	210.531	132.364	1.881	20.800	36.914	15.694	33.453
2028	203.887	130.366	1.891	20.405	35.963	15.719	8.826
2029	197.978	128.295	1.870	20.117	34.967	15.792	10.313
2030	190.044	126.089	1.855	19.822	33.998	15.784	8.144
2031 a 2035	836.829	591.056	9.222	94.982	153.241	77.453	17.526

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

						Planos de Saúde			
***Duration* (em anos)**	**PBI**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**PAM**	**POD**	**PROMED**	**Prêmio Aposentadoria**
30/06/2026	6,87	8,66	7,59	9,00	7,27	Conforme Planos de Previdência [1]	8,68	10,68	6,13
31/12/2025	7,01	8,88	7,67	9,22	7,43	Conforme Planos de Previdência [1]	8,81	10,89	5,97

(1) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

						Planos de Saúde			
Quantidade de Participantes – 31/12/2025	**PBI**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**PAM**	**POD**	**PROMED**	**Prêmio Aposentadoria**
Ativos	107	269	4.692	2.273	87	1.182	251	6.741	9.277
Assistidos	2.782	2.556	138	2.403	1.444	7.543	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.871	6.458	-
Total	**2.889**	**2.825**	**4.830**	**4.676**	**1.531**	**8.725**	**3.122**	**13.199**	**9.277**

						Planos de Saúde			
Quantidade de Participantes – 31/12/2024	**PBI**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**PAM**	**POD**	**PROMED**	**Prêmio Aposentadoria**
Ativos	109	295	4.801	2.420	94	1.327	283	7.022	9.360
Assistidos	2.839	2.562	121	2.310	1.460	7.295	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.991	6.481	-
Total	**2.948**	**2.857**	**4.922**	**4.730**	**1.554**	**8.622**	**3.274**	**13.503**	**9.360**

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir, o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas, destacando-se o impacto do efeito do valor presente das obrigações atuariais (VPOA).

PBI		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(33.942)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	36.136
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(27.376)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	29.918
PBS		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(48.823)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	52.625
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(32.449)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	36.220
FBPREV		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(717)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	769
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(1.104)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	1.112
FBPREV II		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.867)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	9.592
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(3.069)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	3.457
FBPREV III		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(10.285)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	10.632
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(8.051)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	8.803
Planos de Saúde		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.056)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	8.808
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(4.295)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	4.792
Prêmio Aposentadoria		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(3.463)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	3.735
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(181)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	182

Nota 36 – Compromissos e Outras Informações Relevantes

(a) Estado do Rio Grande do Sul

Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul disponibiliza ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados pelo Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado do Rio Grande do Sul ou os Municípios do mesmo Estado .A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. O saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pelas mesmas regras da caderneta de poupança, conforme Lei nº 12.703/12; artigo 11º, §1º, da Lei nº 9.289/96; e artigo 12º da Lei nº 8.177/91, totalizavam na data de reporte R$18.007.324 (31/12/2025 – R$17.001.441), dos quais R$9.823.501 (31/12/2025 – R$9.823.501) foram disponibilizados ao Estado, mediante solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo de Reserva, está registrado na rubrica Depósitos Judiciais e Administrativos.

Desde janeiro de 2018 não estão sendo transferidos novos valores ao Estado até a habilitação, conforme determina a legislação vigente.

(b) Fundos e Carteiras Administradas

O Grupo Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	30/09/2026	31/12/2025
Fundos de Investimentos [1]	23.713.708	21.095.335
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento	47.379	40.143
Fundos de Ações	125.745	127.835
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	10.928	10.409
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	16.499.575	13.443.707
Carteiras Administradas	474.370	519.940
Total	**40.871.705**	**35.237.369**

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(c) Consórcios

A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável, na data de reporte, pela administração de 112 (31/12/2025 – 120) grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis e serviços que reúnem 63.870 (31/12/2025 – 71.998) consorciados ativos.

Nota 37 – Transações com Partes Relacionadas

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Estado do Rio Grande do Sul e suas entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN nº 4.818/20. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

(a) Partes Relacionadas

- Estado do Rio Grande do Sul: em junho de 2026, o Banrisul firmou contrato com o Estado do Rio Grande do Sul e com o Instituto de Previdência do Estado (IPERGS), por meio do qual foi recontratada a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade, originariamente contratada em 17 de junho de 2016. Em razão dos termos ajustados no referido Contrato, o Banrisul efetuou o pagamento do preço em parcela única, no montante de R$1.234.044. O novo contrato foi firmado pelo prazo de cinco anos, podendo ser renovado por igual período mediante novo acordo de preço. Por meio deste contrato o Banrisul mantém a condição de instituição financeira responsável pela centralização e processamento de créditos provenientes de 100 % (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo Estado, lançados em conta bancária de titularidade dos servidores, empregados públicos civis e militares do Estado, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado. O contrato prevê que o Banrisul não fará jus à remuneração direta a ser paga pelo Estado pela prestação de serviços e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos. Os serviços abrangidos pelo contrato serão prestados a aproximadamente 294 mil servidores. O Banrisul poderá ofertar produtos e serviços bancários aos servidores ativos, inativos e pensionistas, obtendo, em contrapartida, as respectivas receitas e as tarifas regulamentares. O valor contratado e pago ao Estado não contempla as Autarquias e Fundações vinculadas à Administração Direta Estadual, cujos processos de negociação, formalização contratual e pagamento ocorrerão de forma individualizada, mediante celebração de contratos específicos com cada entidade. Na data-base destas demonstrações financeiras, tais contratações encontravam-se em fase de tratativas e formalização. De acordo com as práticas contábeis aplicáveis, o valor desembolsado foi reconhecido como ativo intangível, sendo sua realização no resultado efetuada de forma sistemática ao longo do prazo contratual, refletindo o consumo dos benefícios econômicos esperados decorrentes da operação;
- Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul: referem-se principalmente às empresas Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA), Companhia Riograndense de Mineração (CRM),

Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS;

- Empresas Controladas e Coligadas do Banrisul: conforme relacionado na Nota Explicativa 2a;
- FBSS: entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;
- Cabergs: associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa;
- Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Grupo Banrisul; e
- Banrisul Instituto Cultural e Social: associação civil sem fins lucrativos que visa aperfeiçoar as ações das empresas do Grupo Banrisul voltadas a projetos sociais, culturais e de educação.

As principais transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/09/2026	31/12/2025	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	**(17.050.162)**	**(14.889.999)**	**(1.648.873)**	**(1.527.534)**
Outros Ativos	5.574	4.861	1	-
Depósitos à Vista	(490.081)	(1.426.525)	-	-
Captações no Mercado Aberto [1]	(16.499.575)	(13.443.707)	(1.648.874)	(1.527.534)
Obrigações por Empréstimos [2]	(5.100)	(10.288)	-	-
Outros Passivos	(60.980)	(14.340)	-	-
Fundação Banrisul de Seguridade Social	**(243.458)**	**(237.809)**	**(28.498)**	**(4.378)**
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(73.862)	(66.948)	(13.862)	(4.378)
Letras Financeiras Subordinadas	(114.636)	(100.556)	(14.636)	-
Obrigações por Empréstimos	(54.916)	(70.260)	-	-
Outros Passivos	(44)	(45)	-	-
Banrisul Instituto Cultural e Social	**(32.560)**	**(23.253)**	**(17.624)**	**-**
Depósitos a Prazo	(12.779)	(12.628)	(732)	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(19.781)	(10.625)	(1.469)	-
Outras Despesas Administrativas	-	-	(15.423)	-
Total	**(17.326.180)**	**(15.151.061)**	**(1.694.995)**	**(1.531.912)**

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.
(2) Refere-se a contratos de *leasing* financeiro.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração à Administração do Banrisul, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Risco e Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	20.250	18.205
Remuneração	15.918	14.181
Encargos Sociais	4.332	4.024
Benefícios Pós-Emprego	741	747
Planos de Previdência Complementar [1]	741	747
Total	**20.991**	**18.952**

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, tendo sido pago prêmio de seguro no montante de R$2.000.

(c) Participação Acionária

Para a data de reporte os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração, do Comitê de Risco e do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 12 ações, conforme Nota 25a.

Nota 38 – Informações por Segmentos

As informações por segmento foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimentos e outros fins, considerando o ambiente regulatório e as semelhanças entre os produtos e serviços.

A Administração, considerando as operações realizadas por meio do Banrisul e suas controladas, apresenta quatro segmentos de negócio: Bancário, Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização), Consórcios e Outros Segmentos.

As informações dos segmentos, demonstradas na tabela a seguir, foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen, que considera os procedimentos específicos e demais disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras e os valores totais.

O Consolidado Gerencial do Banrisul apresenta os resultados por segmento de acordo com esse arcabouço normativo, sendo estes resultados reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos no segmento e de avaliação do desempenho do segmento.

O Banrisul não possui cliente que representam mais de 10% da sua receita líquida total.

Segmento Bancário: esse segmento compreende produtos e serviços como captação de recursos por meio de depósitos e letras de crédito, operações de crédito, serviços de conta corrente, cartão de crédito e arrecadação de tributos. Também fazem parte do segmento bancário os serviços de meios de pagamentos com prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), produtos e serviços esses que geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários através da empresa controlada Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. Os serviços ofertados dentro do segmento bancário são disponibilizados aos clientes por meio da rede de agências e canais de distribuição.

Segmento de Seguridade: nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros, planos de previdência privada e títulos de capitalização nos canais do Banrisul. O resultado desse segmento provém principalmente de tarifas e comissões e das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência e títulos de capitalização.

Segmento de Consórcios: esse segmento é responsável pela criação e administração de grupos de consórcios nos segmentos de imóveis, automóveis, motocicletas, maquinário agrícola, dentre outros bens e serviços.

Outros Segmentos: esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores. Compreende os segmentos que realizam a intermediação das negociações de investimentos, compra e venda de ativos, de renda fixa e renda variável de clientes junto à B3 S.A., administração de fundos de investimentos, locação de espaços, armazenamento, digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos, sendo apresentados agregados por não serem individualmente representativos.

	01/01 a 30/09/2026							
	Bancário	**Seguridade**	**Consórcios**	**Outros Segmentos**	**Transações Intersegmentos**	**Consolidado Gerencial**	**Ajustes de GAAP**	**IFRS**
Receitas de Juros e Similares	17.682.504	54.312	69.493	27.234	(126.639)	17.706.904	(12.363)	17.694.541
Despesas de Juros e Similares	(12.927.751)	-	(78)	-	127.108	(12.800.721)	-	(12.800.721)
Receita Líquida de Juros	**4.754.753**	**54.312**	**69.415**	**27.234**	**469**	**4.906.183**	**(12.363)**	**4.893.820**
Perda Líquida Esperada	(1.110.679)	-	-	-	-	(1.110.679)	6.711	(1.103.968)
Receita Líquida de Juros após Provisão para Perdas	**3.644.074**	**54.312**	**69.415**	**27.234**	**469**	**3.795.504**	**(5.652)**	**3.789.852**
Receita não de Juros	**1.911.422**	**299.880**	**111.669**	**76.523**	**(147.947)**	**2.251.547**	**4.265**	**2.255.812**
Receitas de Prestação de Serviços	1.188.198	225.507	101.775	74.025	(2.510)	1.586.995	-	1.586.995
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	(69.865)	-	-	(4)	(463)	(70.332)	-	(70.332)
Resultado de Participação em Coligadas	5.926	65.481	-	-	-	71.407	4.265	75.672
Outras Receitas Operacionais [(1)]	787.163	8.892	9.894	2.502	(144.974)	663.477	-	663.477
Despesas não de Juros	**(5.170.757)**	**(52.894)**	**(54.417)**	**(46.308)**	**154.013**	**(5.170.363)**	**(2.355)**	**(5.172.718)**
Despesas de Pessoal	(2.157.188)	(2.736)	(1.824)	(11.998)	3.772	(2.169.974)	-	(2.169.974)
Outras Despesas Administrativas	(1.794.246)	(18.874)	(36.481)	(29.653)	142.973	(1.736.281)	(2.355)	(1.738.636)
Despesas Tributárias	(374.233)	(31.104)	(16.214)	(5.257)	12	(426.796)	-	(426.796)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(56.968)	(17)	216	1.335	-	(55.434)	-	(55.434)
Outras Despesas Operacionais	(788.122)	(163)	(114)	(735)	7.256	(781.878)	-	(781.878)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	**384.739**	**301.298**	**126.667**	**57.449**	**6.535**	**876.688**	**(3.742)**	**872.946**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**(44.944)**	**(80.038)**	**(30.677)**	**(16.224)**	**-**	**(171.883)**	**3.604**	**(168.279)**
Lucro Líquido do Período	**339.795**	**221.260**	**95.990**	**41.225**	**6.535**	**704.805**	**(138)**	**704.667**
Ativo em 30/09/2026	**174.919.726**	**666.999**	**810.818**	**326.465**	**(2.635.097)**	**174.088.911**	**380.659**	**174.469.570**
Passivo em 30/09/2026	**163.298.708**	**166.687**	**179.341**	**52.007**	**(1.232.752)**	**162.463.991**	**97.961**	**162.561.952**
Patrimônio Líquido em 30/09/2026	**11.621.018**	**500.312**	**631.477**	**274.458**	**(1.402.345)**	**11.624.920**	**282.698**	**11.907.618**

	01/01 a 30/09/2025							
	Bancário	**Seguridade**	**Consórcios**	**Outros Segmentos**	**Transações Intersegmentos**	**Consolidado Gerencial**	**Ajustes de GAAP**	**IFRS**
Receitas de Juros	15.944.029	44.421	60.763	22.498	(101.979)	15.969.732	(35.299)	15.934.433
Despesas de Juros	(11.161.745)	-	(93)	(1)	101.985	(11.059.854)	-	(11.059.854)
Receita Líquida de Juros	**4.782.284**	**44.421**	**60.670**	**22.497**	**6**	**4.909.878**	**(35.299)**	**4.874.579**
Perda Líquida Esperada	(710.598)	-	(34)	110	-	(710.522)	128.008	(582.514)
Receita Líquida de Juros após Provisão para Perdas	**4.071.686**	**44.421**	**60.636**	**22.607**	**6**	**4.199.356**	**92.709**	**4.292.065**
Receita não de Juros	**1.720.016**	**291.069**	**102.331**	**77.514**	**(154.005)**	**2.036.925**	**3.863**	**2.040.788**
Receitas de Prestação de Serviços	1.184.698	228.100	97.972	73.838	(5.473)	1.579.135	-	1.579.135
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	(323.384)	-	-	35	(4)	(323.353)	-	(323.353)
Resultado de Participação em Coligadas	6.453	62.845	-	-	-	69.298	3.863	73.161
Outras Receitas Operacionais [1]	852.249	124	4.359	3.641	(148.528)	711.845	-	711.845
Despesas não de Juros	**(4.968.360)**	**(67.467)**	**(60.389)**	**(44.884)**	**159.631**	**(4.981.469)**	**(12.490)**	**(4.993.959)**
Despesas de Pessoal	(1.984.104)	(2.586)	(2.302)	(11.186)	6.245	(1.993.933)	-	(1.993.933)
Outras Despesas Administrativas	(1.641.015)	(32.206)	(40.699)	(28.591)	147.487	(1.595.024)	(12.254)	(1.607.278)
Despesas Tributárias	(368.775)	(32.630)	(16.983)	(5.023)	11	(423.400)	(236)	(423.636)
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(420.497)	(6)	(90)	202	-	(420.391)	-	(420.391)
Outras Despesas Operacionais	(553.969)	(39)	(315)	(286)	5.888	(548.721)	-	(548.721)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	**823.342**	**268.023**	**102.578**	**55.237**	**5.632**	**1.254.812**	**84.082**	**1.338.894**
Impostos	**(183.267)**	**(69.660)**	**(32.601)**	**(21.312)**	-	**(306.840)**	**(36.099)**	**(342.939)**
Lucro Líquido do Período	**640.075**	**198.363**	**69.977**	**33.925**	**5.632**	**947.972**	**47.983**	**995.955**
Ativo - 31/12/2025	**164.299.919**	**525.349**	**775.269**	**305.192**	**(2.435.677)**	**163.470.052**	**388.480**	**163.858.532**
Passivo - 31/12/2025	**153.174.686**	**180.817**	**219.252**	**54.818**	**(1.337.930)**	**152.291.643**	**101.738**	**152.393.381**
Patrimônio Líquido - 31/12/2025	**11.125.233**	**344.532**	**556.017**	**250.374**	**(1.097.747)**	**11.178.409**	**286.742**	**11.465.151**

(1) Contempla Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior

Nota 39 – Outras Informações

Em acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20, apresenta-se a seguir as principais diferenças existentes entre os critérios, os procedimentos e as regras para identificação, classificação, reconhecimento e mensuração aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS e os aplicados nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen (demonstrações financeiras em BRGAAP). As indicações remetem às tabelas seguintes contendo os ajustes de GAAP.

Demonstrações Financeiras em BRGAAP	Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Provisão para Perda Esperada de Ativos Financeiros (1)	
A provisão para perda esperada de ativos financeiros é constituída a partir dos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, dentre os quais há provisão mínima para os créditos considerados problemáticos de acordo com a classificação e conforme o período de atraso.	A provisão é baseada em modelo de perda esperada (IFRS 9), onde todos os ativos financeiros, incluindo títulos e valores mobiliários e limites de crédito concedidos são classificados em três estágios, com a incorporação de cenários macroeconômicos e com base no tempo de vida do ativo. A avaliação do estágio é baseada no aumento significativo do risco de crédito comparado ao reconhecimento inicial. O método de apuração da provisão necessária é calculado de forma massificada ou individual a partir da *probability of default* (PD) vezes a *loss given default* (LGD) vezes a *exposure at default* (ED).
Taxa Efetiva de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro (2)	
Até 31/12/2024, as operações de crédito e arrendamento mercantil foram registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base no indexador e na taxa de juros pactuados no momento da contratação. A partir de 01/01/2025, a Resolução CMN nº 4.966/21 entrou em vigor estabelecendo novos critérios prospectivos para uso da TJE nessas operações.	As receitas ou despesas geradas na origem das operações de crédito, que são incrementais e diretamente atribuíveis à sua originação, compõem o custo amortizado dos instrumentos antes da provisão para a perda esperada, apresentado no ativo. A apropriação das receitas e despesas é realizada *pro rata temporis* pelo método da TJE. As operações de arrendamento mercantil financeiro não se enquadram nos critérios de mensuração via TJE aplicáveis a instrumentos financeiros, observando regulamentação específica.
IR/CSLL Diferidos (apuração de tributos diferidos sobre os ajustes de GAAP) (3)	
O crédito tributário ou obrigação fiscal de IR e CSLL diferidos são calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras e na expectativa de realização em 10 anos.	São reconhecidos os efeitos tributários sobre os ajustes de GAAP realizados na conversão das demonstrações financeiras para o padrão IFRS. Para fins de IFRS, devem ser reconhecidos os impostos diferidos, cuja realização seja provável.
Contratos Seguros – IFRS 17 (4)	
Não Requerido.	A IFRS 17 substitui a IFRS 4 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação de contratos de seguro. O Banrisul não possui operações que estão dentro do escopo da norma de contratos de seguros, entretanto, a Rio Grande Seguros e Previdência S.A., investida operacional indireta, é afetada pelas referidas normas contábeis. Desta forma o Banrisul reconhece através de equivalência patrimonial os efeitos da aplicação da norma nos contratos de seguros da referida empresa.
Requerimentos específicos de divulgação em Notas Explicativas	
Segmentos de Negócios: Não Requerido	Segmentos de Negócios: Abertura de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliarem os efeitos financeiros das atividades de negócio nas quais se envolve e os ambientes econômicos que opera (Nota 38).

Apresentamos a seguir os ajustes de GAAP demonstrando as contas contábeis onde os ajustes ocorreram. As indicações contidas remetem à tabela anterior:

Balanço Patrimonial			**30/09/2026**			**31/12/2025**
Ativo	**Consolidado BRGAAP**	**Ajustes de GAAP**	**IFRS**	**Consolidado BRGAAP**	**Ajustes de GAAP**	**IFRS**
Disponibilidades	1.154.012	-	1.154.012	1.298.124	-	1.298.124
Ativos Financeiros	165.547.989	415.939	165.963.928	156.169.101	421.592	156.590.693
Ao Custo Amortizado	140.369.467	415.939	140.785.406	132.572.033	421.592	132.993.625
Depósitos Compulsórios no Banco Central	16.142.890	-	16.142.890	15.861.036	-	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.590.081	-	3.590.081	4.024.499	-	4.024.499
Títulos e Valores Mobiliários	52.361.256	-	52.361.256	45.848.429	-	45.848.429
Operações de Crédito [2]	66.142.161	20.413	66.162.574	65.028.781	32.778	65.061.559
Outros Ativos Financeiros	6.546.653	-	6.546.653	5.936.592	-	5.936.592
(Provisões para Perdas Esperadas) [1]	(4.413.574)	395.526	(4.018.048)	(4.127.304)	388.814	(3.738.490)
(Operações de Crédito)	(4.075.823)	395.526	(3.680.297)	(3.814.159)	388.814	(3.425.345)
(Outros Ativos Financeiros)	(337.751)	-	(337.751)	(313.145)	-	(313.145)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – TVM	24.312.779	-	24.312.779	21.937.981	-	21.937.981
Ao Valor Justo por meio do Resultado – TVM e Instrumentos Financeiros	865.743	-	865.743	1.659.087	-	1.659.087
Ativos Fiscais	4.256.653	(99.036)	4.157.617	3.967.976	(98.862)	3.869.114
Correntes	437.425	-	437.425	199.421	-	199.421
Diferidos [3]	3.819.228	(99.036)	3.720.192	3.768.555	(98.862)	3.669.693
Outros Ativos	713.201	-	713.201	672.897	-	672.897
Investimentos [4]	172.572	34.681	207.253	135.428	34.320	169.748
Imobilizado de Uso	906.814	29.577	936.391	926.844	31.913	958.757
Intangível	1.337.670	(502)	1.337.168	299.682	(483)	299.199
Total do Ativo	**174.088.911**	**380.659**	**174.469.570**	**163.470.052**	**388.480**	**163.858.532**
Passivo						
Passivos Financeiros	157.517.431	-	157.517.431	147.521.081	-	147.521.081
Ao Custo Amortizado	157.433.868	-	157.433.868	145.722.468	-	145.722.468
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	635	-	635	1.690.432	-	1.690.432
Provisão para Perda Esperada	82.928	-	82.928	108.181	-	108.181
Compromissos de Empréstimos	69.764	-	69.764	96.100	-	96.100
Garantias Financeiras	13.164	-	13.164	12.081	-	12.081
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	2.169.039	-	2.169.039	2.518.055	-	2.518.055
Passivos Fiscais	602.688	97.961	700.649	455.084	101.738	556.822
Correntes	414.284	-	414.284	284.128	-	284.128
Diferidos [3]	188.404	97.961	286.365	170.956	101.738	272.694
Outros Passivos	2.174.833	-	2.174.833	1.797.423	-	1.797.423
Total do Passivo	**162.463.991**	**97.961**	**162.561.952**	**152.291.643**	**101.738**	**152.393.381**
Patrimônio Líquido						
Capital Social	8.700.000	-	8.700.000	8.300.000	-	8.300.000
Reservas de Capital	5.098	-	5.098	5.098	-	5.098
Reservas de Lucros	2.977.782	293.214	3.270.996	3.008.334	281.991	3.290.325
Outros Resultados Abrangentes (ORA) [4]	(130.926)	845	(130.081)	(138.460)	4.751	(133.709)
Lucros Acumulados	69.064	(11.361)	57.703	-	-	-
Participação de Não Controladores	3.902	-	3.902	3.437	-	3.437
Patrimônio Líquido	**11.624.920**	**282.698**	**11.907.618**	**11.178.409**	**286.742**	**11.465.151**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**174.088.911**	**380.659**	**174.469.570**	**163.470.052**	**388.480**	**163.858.532**

Demonstração do Resultado	01/01 a 30/09/2026			01/01 a 30/09/2025		
	Consolidado BRGAAP	Ajuste de GAAP	IFRS	Consolidado BRGAAP	Ajuste de GAAP	IFRS
Receita com Juros e Similares [2]	17.706.904	(12.363)	17.694.541	15.969.732	(35.299)	15.934.433
Despesas com Juros e Similares	(12.800.721)	-	(12.800.721)	(11.059.854)	-	(11.059.854)
Receita Líquida com Juros e Similares	**4.906.183**	**(12.363)**	**4.893.820**	**4.909.878**	**(35.299)**	**4.874.579**
Ganhos/(Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	**(70.332)**	**-**	**(70.332)**	**(323.353)**	**-**	**(323.353)**
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	**179.826**	**-**	**179.826**	**202.007**	**-**	**202.007**
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida [1]	**(1.110.679)**	**6.711**	**(1.103.968)**	**(710.522)**	**128.008**	**(582.514)**
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(1.112.671)	6.711	(1.105.960)	(784.539)	102.549	(681.990)
Outros Instrumentos Financeiros	1.992	-	1.992	74.017	25.459	99.476
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**(3.028.310)**	**1.910**	**(3.026.400)**	**(2.823.198)**	**(8.627)**	**(2.831.825)**
Receita de Prestação de Serviços	1.586.995	-	1.586.995	1.579.135	-	1.579.135
Despesas de Pessoal	(2.169.974)	-	(2.169.974)	(1.993.933)	-	(1.993.933)
Outras Despesas Administrativas	(1.736.281)	(2.355)	(1.738.636)	(1.595.024)	(12.254)	(1.607.278)
Despesas Tributárias	(426.796)	-	(426.796)	(423.400)	(236)	(423.636)
Resultado de Participação em Controladas e Coligadas [4]	71.407	4.265	75.672	69.298	3.863	73.161
Outras Receitas Operacionais	483.651	-	483.651	509.838	-	509.838
Outras Despesas Operacionais	(781.878)	-	(781.878)	(548.721)	-	(548.721)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(55.434)	-	(55.434)	(420.391)	-	(420.391)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	**876.688**	**(3.742)**	**872.946**	**1.254.812**	**84.082**	**1.338.894**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido [3]	**(171.883)**	**3.604**	**(168.279)**	**(306.840)**	**(36.099)**	**(342.939)**
Lucro Líquido do Período	**704.805**	**(138)**	**704.667**	**947.972**	**47.983**	**995.955**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em IFRS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banco"), em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o *IAS 34 - Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting,* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB).

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas incluem a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais consolidados, em 31 de dezembro de 2025 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 09 de fevereiro de 2026 sem modificação e às demonstrações consolidadas, do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 10 de novembro de 2025, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 09 de novembro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP-206103/0

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Diretoria

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Presidente

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente

CARLOS ALUÍSIO VAZ MALAFAIA
ELIZABETE REJANE SODRÉ TAVARES
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
IVANOR ANTÔNIO DURANTI
KALIL SEHBE NETO
MARCIA ADRIANA CELESTINO
ROBSON OLIVEIRA SANTOS
Diretores

Conselho de Administração

ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ
Presidente

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Vice-Presidente

EDUARDO CUNHA DA COSTA
EDUARDO JUNIOR DE MATOS LEWANDOWSKI
JORGE LUIS TONETTO
JÚLIO CÉSAR LOPES ABRANTES
LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
MÁRCIA ADRIANA CELESTINO
RAMIRO SILVEIRA SEVERO
RICARDO ENGLERT
URBANO SCHMITT
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRC RS 38.534


banrisul